



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 16

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 25 de março de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa e Deputado Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, prosseguiu-se com o período dedicado às **Declarações Políticas**, tendo usado da palavra o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS/PP*), no seguimento do qual intervieram os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), João Bruto da Costa (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Menezes*).

A **Declaração Política** que se seguiu foi apresentada pelo Sr. Deputado Carlos Furtado (*CH*), sobre a qual intervieram seguidamente os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Pedro Neves (*PAN*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*).

Seguiu-se a **Declaração Política** feita pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), sobre a qual intervieram os Srs. Deputados Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Rui Martins (*CDS/PP*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), Tiago Lopes (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Menezes*).

No **Período de Tratamento de Assuntos Políticos** para uma intervenção de **interesse político relevante** usou da palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia, tendo igualmente proferido intervenções sobre a mesma os Srs. Deputados Pedro Pinto (*CDS-PP*), Carlos Ferreira (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*CH*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Menezes*).

Prosseguindo com a agenda de trabalhos, o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*), em nome do Grupo Parlamentar do PS, fez a apresentação em Plenário do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII – “Medida de apoio ao reforço dos incentivos à contratação de jovens”**.

Também para apresentar em Plenário o **Projeto de Resolução n.º 51/XII – “Modelo alternativo de Transporte Marítimo de Mercadoria nos Açores”**, da responsabilidade do Grupo Parlamentar do CDS-PP, usou da palavra o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS/PP*).

Relativamente ao **Projeto de Resolução n.º 1/XII – “Recomenda ao Governo Regional a atribuição de um Subsídio de Risco aos Bombeiros Profissionais ao Serviço das Associações Humanitárias dos Açores como suplemento remuneratório”**, procedeu à sua apresentação, pela Representação Parlamentar do PAN, o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), tendo-se seguido nas intervenções sobre este assunto os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), João Vasco Costa (*PS*), José Pacheco (*CH*), Gustavo Alves (*PPM*), Carlos Ferreira (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Alexandra Manes (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Submetida à votação, esta iniciativa foi aprovada por unanimidade.

Dando continuidade à agenda de trabalhos, procedeu-se à discussão do **Projeto de Resolução n.º 11/XII – “Medidas de Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntárias da Região Autónoma dos Açores para fazer face**

às contingências resultantes da pandemia COVID-19”, da responsabilidade do Grupo Parlamentar do PSD, tendo feito a sua apresentação o Sr. Carlos Ferreira (*PSD*), ao qual se seguiram os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*), José Ávila (*PS*), Gustavo Alves (*PPM*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Posto à votação o Projeto de Resolução em apreciação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a discussão do **Projeto de Resolução n.º 4/XII – “Apoio extraordinário aos produtores agropecuários da ilha das Flores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, através do Sr. Deputado José Gabriel Eduardo (*PS*). Seguiram-se, no uso da palavra sobre este assunto os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), Rui Martins (*CDS/PP*), Manuel Ramos (*PS*), Gustavo Alves (*PPM*), e a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

O presente Projeto de Resolução foi aprovado por maioria.

Seguiram-se 3 **Pedidos de Autorização e Levantamento de Impedimento Legal**, sem qualquer intervenção, conforme abaixo mencionados:

- Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto possa participar, enquanto declarante, em diligências de audição no âmbito do Processo n.º 568/15 - **Aprovado por unanimidade.**

- Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 665/20 - **Aprovado por unanimidade.**

- Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 87/20 - **Aprovado por unanimidade.**

Passou-se ao ponto seguinte da agenda - **Petição n.º 52/XI – “Justiça e equidade para os TSDT Açores”**, apresentada por Carlos Alberto Medeiros Mendonça, na qualidade de primeiro subscritor.

Coube à Deputada Elisa Sousa (*PSD*), na qualidade de Relatora da Comissão de Política Geral, a apresentação do Relatório, à qual seguiram-se, no uso da palavra, as Sras. Deputadas Ana Quental (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*) e Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e, ainda, o Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*).

O **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 45/XII – “Prorrogação do prazo de candidatura ao Vale ME Digital Açores e ao Vale Exportar Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, foi rejeitado por maioria.

Participaram na discussão deste ponto da agenda os Srs. Deputados Vílson Ponte Gomes (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

Seguiu-se o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 46/XII – “Recomenda ao Governo Regional a inclusão de uma auditoria técnica ao projeto e à construção do molhe norte no estudo em modelo físico reduzido já encomendado pela “Portos dos Açores” ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil relativo ao projeto de reordenamento da bacia do porto da Horta”**, da responsabilidade do Grupo Parlamentar do BE, tendo procedido à sua apresentação o Sr. Deputado António Lima (*BE*).

O Pedido de Urgência em apreço foi aprovado por unanimidade.

A aprovação do ponto anterior fez com que se passasse de imediato à discussão e posterior votação do **Projeto de Resolução n.º 46/XII – “Recomenda ao Governo Regional a inclusão de uma auditoria técnica ao projeto e à construção do molhe norte no estudo em modelo físico reduzido já encomendado pela “Portos dos Açores” ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil relativo ao projeto de reordenamento da bacia do porto da Horta”**.

Sobre este assunto intervieram os seguintes Srs. Deputados:

António Lima (*BE*), Carlos Ferreira (*PSD*), Nuno Barata (*IL*): Tiago Branco (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Miguel Costa (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Vasco Cordeiro (*PS*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*) e dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota Borges*).

Sem que se tivessem esgotado as intervenções sobre esta iniciativa, os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra ao Sr. Secretário.

(Eram 10 horas e 06 minutos)

Secretário: Bom dia a todos.

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Vílson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Flávio da Silva Soares

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

CHEGA (CH)

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

José Eduardo Cunha Pacheco

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Esta manhã está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Não entraram na Mesa votos. Vamos dar, assim, continuidade às declarações políticas.

Para este período, o Partido Socialista dispõe de 48 minutos, o PSD 40 minutos, o CDS/PP 16 de minutos, o CHEGA, o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem cada de 12 minutos, a Iniciativa Liberal e o PAN dispõem cada de 10 minutos e o Governo de 20 minutos.

Para uma declaração política tem a palavra pelo CDS/PP, o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

GARANTIR A CONFIANÇA NO FUTURO

A pandemia do novo coronavírus alterou profundamente a vida dos açorianos obrigando a um esforço contínuo da defesa da vida e da saúde pública por parte de todos nós, em particular, do Sistema Regional de Saúde e das respostas sociais aos mais idosos e vulneráveis.

A situação atual da pandemia provocada pela doença COVID-19 impõe uma análise contínua e implementação de medidas que permitam uma resposta eficaz ao combate epidemiológico que travamos, bem como um ajustamento

prudente e constante das medidas restritivas que se impuseram neste contexto. Importa, por isso, garantir a necessária confiança dos açorianos no processo como condição fundamental para reerguermos, com a solidariedade e a determinação de todos, os nossos sectores económicos, o quotidiano das nossas ilhas e, por fim, recuperar a normalidade das nossas vidas.

Hoje, sabendo que ainda não vencemos a epidemia, temos de perspetivar os próximos passos e prepararmo-nos por forma a retomar a atividade económica e a possível normalidade social.

Para esta situação em particular, O CDS JÁ DIZIA EM ABRIL DE 2020 QUE ERA NECESSÁRIO CAPACITAR E PREPARAR O SISTEMA REGIONAL DE SAÚDE, MAS O ESFORÇO É CONTINUO.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Afirmámos que era necessário, em primeiro lugar, preparar e capacitar o nosso Sistema Regional de Saúde para futuros cenários de crescimento do número de casos por forma a garantir, tendo por base a experiência já adquirida, a proteção da saúde das populações das 9 ilhas.

Afirmámos como imprescindível calcular a capacidade instalada a nível hospitalar em internamento e em cuidados intensivos para situações epidemiológicas, articular devidamente as diferentes unidades orgânicas e as diferentes entidades competentes em matéria de saúde pública, permitindo assim sistematizar os diferentes níveis de resposta para melhor corresponder a novos e exponenciais episódios da epidemia.

Consideramos que assume especial relevância o reforço da formação em medicina de emergência e suporte avançado de vida dos profissionais de saúde.

Neste quadro, procurando preparar e corresponder continuamente às exigências de saúde pública, é fundamental acompanhar, em continuidade, os progressos científicos e desenvolver as necessárias respostas, razão pela qual se

entende como essencial, também, o reforço de especialistas de saúde pública no Sistema Regional de Saúde.

Já em abril de 2020 defendemos a constituição de um grupo de trabalho epidemiológico permanente.

Propusemos ao anterior Governo que este grupo de trabalho, no âmbito das suas competências, deveria definir as escalas de risco epidemiológicas e estabelecer em função da capacidade instalada a nível hospitalar em internamento e em cuidados intensivos, devendo, também, elaborar as orientações necessárias que devem consubstanciar as medidas a desenvolver.

Mas foi o novo Governo que implementou esta medida, criou uma escala de risco, e tornou mais clara a necessidade de adequar medidas para mitigar a propagação da doença.

No sentido de prevenir e proteger, desde muito cedo, a Organização Mundial de Saúde e o “Roteiro Europeu Comum com vista a levantar as medidas de contenção da Covid-19”, indicavam a capacidade dos sistemas de saúde procederem à testagem da doença, como uma ferramenta fundamental para o combate à propagação da epidemia e para o levantamento das restrições implementadas.

Trata-se de uma medida essencial para uma melhor e indispensável proteção de todos e que deve ser priorizada.

Neste contexto, é necessário que os Açores tenham capacidade de testar em massa para responder eficazmente à deteção precoce da contaminação, permitindo o isolamento atempado dos doentes, a inventariação profilática dos seus contactos e um mais célere corte das cadeias de transmissão. Em consequência, reduz-se a incerteza da propagação e aumenta-se a confiança das populações nestes processos. Foi por isso que esta Assembleia aprovou a aquisição de testes rápidos para dotar as unidades de saúde de capacidade de rastreio de surtos.

Atendendo à necessidade de prosseguirmos em frente com confiança, é fundamental continuar o processo de vacinação, de forma firme e sem convulsões ou ruídos desnecessários.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Impõe-se, por isso, termos UMA REGIÃO UNIDA NUM OBJETIVO COMUM, numa etapa do processo de combate à COVID-19 em que se procura restabelecer a economia e tendo em atenção a importância do turismo no conjunto das nossas ilhas.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Os nossos esforços devem por isso concorrer para UMA REGIÃO PRONTA PARA RESPONDER

Os desafios que enfrentamos exigem que procuremos encontrar soluções para responder aos problemas.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro) e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Na maior crise da nossa geração, este é o momento em que nos superamos e nos unimos para corresponder.

A nossa resposta será tanto mais capaz quanto maior for a capacidade que tivermos em consensualizar as medidas necessárias. Estamos certos de que todos contribuiremos para superar as dificuldades e reafirmarmos a nossa unidade frente a um inimigo comum nesta nova etapa do combate que travamos. Estamos certos de que juntos somos capazes de ultrapassar os obstáculos e reerguermos-nos perante os novos desafios.

Há não muito tempo, em setembro de 2020, foi publicado o relatório “A World in Disorder” (“Um Mundo em Desordem”, em tradução livre), elaborado pelo GPMB - Global Preparedness Monitoring Board, órgão independente lançado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Banco Mundial, fornecendo uma avaliação severa da resposta global à COVID-19 e alertando os

governantes para a imperiosidade de o mundo se preparar para pandemias e emergências sanitárias futuras.

É um alerta para que estejamos prontos para responder.

É nesse sentido, e neste esforço conjunto de contribuir para uma melhoria das respostas do Serviço Regional de Saúde, que o CDS se encontra a ultimar e irá apresentar a esta Assembleia um Projeto de Resolução que Recomenda ao Governo Regional a contratação de médicos especialistas em Saúde Pública para a Região Autónoma dos Açores.

Vozes do Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) e dos **Deputados da bancada do CDS-PP**: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para participação neste debate relativo a esta declaração política.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O CDS fez aqui uma declaração política na linha daquela que tem sido a sua atuação política ao longo das últimas legislaturas, em que centrou muita da sua ação política na área da saúde.

Eu reconheço, e muitos reconhecerão, que o CDS/PP teve razão, em muitas destas matérias, antes do tempo.

Ao longo de todas estas legislaturas, foram implementadas, até inclusivamente aprovadas neste Parlamento, diversas iniciativas nesta área.

O que agora nos é proposto e é destacado por parte do CDS/PP, é a preocupação em dotar o sistema de saúde de mecanismos eficazes para combater a atual situação de pandemia, mas não só; também para melhorar os cuidados de saúde da nossa população.

A aposta na prevenção.

A aposta na melhoria dos cuidados de saúde à nossa população, projetando os recursos que são necessários.

Esta perspetiva é também apresentada numa forma não conflituosa com aquele que é o passado, mas sobretudo, projetando uma visão de futuro. E é também isso que este Governo Regional tem tentado fazer e que é não ter uma preocupação excessiva em culpar o passado, mas colocar antes os olhos no futuro e nas soluções que é preciso encontrar.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Concentrar o essencial da nossa energia na mudança que é preciso operar no futuro. O que é preciso é resolver problemas. E essa tem sido a nossa preocupação.

Mas um bom governo, um governo eficaz, é aquele que tem a capacidade de olhar para o futuro e para aquilo que é necessário projetar para o futuro, no sentido de melhorar os cuidados de saúde.

É isso que o Governo tem vindo a fazer e é isso, aliás, que irá fazer no âmbito do próximo Plano e Orçamento, uma vez que dotará a área da saúde de meios muito superiores ao que tem vindo a ser feito.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Porque essa corresponde verdadeiramente à necessidade do sistema e porque essa é efetivamente uma prioridade.

Por isso, Sr. Deputado, o que eu lhe quero dizer é que me revejo na sua declaração política e nos princípios que ali desenhou.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

***Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Felicito o Grupo Parlamentar do CDS/PP por esta declaração política que vem relembrar a importância do tempo em que vivemos. A importância do combate que temos que fazer na Região Autónoma dos Açores à Covid-19 e também o esforço com que todos temos de contribuir para o sucesso desta *empreitada*.

Estranhamente, vejo que da parte da oposição não tem havido um estímulo, nem sequer através desta declaração política, para dizerem ao que vêm. Para, mais uma vez, poderem reafirmar qual é a vossa predisposição para ajudar este Governo e colaborar com ele numa tarefa que é de todos e da qual ninguém está dispensado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Este é o Governo Regional que não abandona as suas responsabilidades.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro) e Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Este é o Governo Regional que assume os riscos e as medidas, por mais difíceis que sejam, para de facto podermos ter sucesso neste combate à pandemia.

Esta nova composição do Parlamento dos Açores - não merecia naturalmente o Povo dos Açores uma atitude vingativa por parte de quem não se conforma com os resultados que levaram a esta solução governativa - precisava também de ter uma atitude semelhante por parte das oposições atuais...

Deputado João Vasco Costa (PS): Está a ver-se ao espelho?

O Orador: ... do que tiveram as oposições – como bem lembrou o Sr. Deputado Rui Martins na sua intervenção – na anterior Legislatura.

Na anterior Legislatura tivemos oposições que ajudaram o Governo Regional a tomar as medidas difíceis de tomar para controlarmos e combatermos a Covid-19.

(Aplausos das bancadas da coligação)

O Orador: Ou seja, tínhamos uma oposição consciente das suas obrigações. Infelizmente, o que temos hoje é uma oposição vingativa sobre os resultados eleitorais que levaram à composição deste Parlamento e desta solução governativa.

(Aplausos das bancadas da Coligação e CHEGA)

O Orador: E essa é uma atitude lamentável por parte das oposições atuais. Queria também salientar este esforço que o Governo Regional tem feito, no sentido de melhorar a capacidade de resposta do Serviço Regional de Saúde às incidências constantes e cada vez mais inesperadas que esta situação de pandemia nos tem trazido.

Deputado João Vasco Costa (PS): Tem de se esforçar mais!

O Orador: Quer na vertente dos cuidados que deixaram de ser prestados por via das necessidades de confinamento e das dificuldades de mobilidade, entre outras, mas também por via do reforço efetivo do Serviço Regional de Saúde e da sua capacidade de resposta. E, aqui, não podemos deixar de ter uma palavra, sempre, de valorização dos profissionais de saúde que têm feito um esforço sobre humano para corresponder às suas obrigações, as quais muitos teimam em não valorizar e reconhecer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e do Governo)

O Orador: Os nossos profissionais de saúde estão de parabéns no combate que têm feito.

E, por isso, como disse o Sr. Deputado Rui Martins do CDS/PP, no processo que temos também desafiante de fazer valer, como já ficou expresso aqui no início desta sessão plenária, na passada 3ª feira, o sucesso que queremos que a Região tenha no processo de vacinação da população dos Açores, para obtermos o mais rapidamente possível a imunidade de grupo que tão necessária é para a retoma económica, da vida e da normalidade da vida social dos açorianos.

Esse processo exigia, e exige, unidade.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Como disse o Sr. Deputado Rui Martins, precisamos duma Região unida, solidária, compreensiva e sabedora de todas as iniciativas que este Governo Regional tem desenvolvido, para que tenhamos a solidariedade de outros parceiros nesse processo que é essencial para combatermos e recuperarmos a nossa economia, a nossa vida social e, sobretudo, para salvaguardarmos a saúde do Povo dos Açores e a saúde dos açorianos.

É nessa medida que se exigia que esta oposição fosse mais proativa, no sentido do apoio que é necessário para que este Governo tenha o maior sucesso e o reconhecimento do trabalho efetivo que tem sido feito no combate à pandemia.

Disse.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação, do CHEGA e do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para manifestar a posição do Governo Regional relativamente à declaração política apresentada pelo CDS/PP, deixando uma nota daquilo que me parecem duas dimensões fundamentais da abordagem em relação ao enorme problema que temos em mãos e que foram referidas, por mais do que uma vez, pelo Sr. Deputado Rui Martins e também noutras intervenções que foram aqui feitas, relacionadas com estes dois princípios básicos da nossa relação perante os problemas e perante as nossas responsabilidades: são exatamente a **confiança** e a **responsabilidade**.

É importante que perante algo com esta dimensão, que afeta transversalmente a vida de todos nós numa forma marcante, e nalguns casos irreversível, tenhamos responsabilidade para o enfrentar.

Esta responsabilidade, conforme tenho dito, é de todos. Desde logo, do Governo, assumindo o que é a sua competência e obrigação estatutária e legal, ao nível das medidas que toma, dos recursos que aloca a este combate e ao nível do que é a intervenção responsável sobre esta matéria. E também ao nível do que corresponde a cada um, aos vários partidos e agentes políticos e ao cidadão.

Para além disto, é importante que tenhamos confiança neste processo.

Todos os sinais de ruído, todos os sinais de agitação, todos os sinais de perturbação, apenas têm um objetivo e, infelizmente, muitas vezes um resultado: criar instabilidade, criar a desconfiança que em nada tranquiliza um processo que, por si só, já é intranquilo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, quero manifestar a minha saudação ao Grupo Parlamentar do CDS/PP, pela forma responsável como manifestou aqui a sua posição política sobre esta matéria. E queria deixar uma nota final sobre aquilo que, mais uma vez, fica aqui demonstrado: a riqueza desta solução governativa.

Esta é uma solução governativa que recebe contributos de todos. Os contributos dos vários partidos políticos que fazem parte da Coligação, conforme foi aqui referido nesta declaração política. Mas também os contributos de todos aqueles que queiram contribuir, construtiva e positivamente, para combatermos isto e para, de um dia para o outro, conseguirmos acordar com mais serenidade, com melhor sol – conforme o tempo agora nos dá, mas sobretudo, com a confiança de que melhores tempos hão de vir e que vamos voltar à verdadeira normalidade. É importante e todos anseiam por isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Todos anseiam – não tenho dúvidas sobre isso. Independentemente da forma mais clara ou menos clara como se manifestam, estou ciente de que todos querem que passemos por isto o mais depressa possível. E passaremos através das medidas que são tomadas, conforme foi referido, da testagem massiva que temos feito, de todas aquelas medidas que têm sido adotadas e, sobretudo, com aquilo por que todos anseiam, que é a vacinação o mais rapidamente possível de toda a população açoriana, para conseguirmos ultrapassar isto da melhor maneira e o mais depressa possível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Martins para encerrar esta declaração política.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Executivo:

Efetivamente esta declaração política que o CDS aqui trouxe, é no sentido daquilo que tanto o Deputado Paulo Estêvão como o Deputado Bruto da Costa acabaram por evidenciar e, no fundo, é um alerta para a valorização que tem que ser feita e para a responsabilidade que todos os partidos aqui representados têm em contribuir para a clarificação das medidas que sejam decididas e implementadas, ao invés de provocar ruído com alegadas incoerências e contradições que em nada ajudam a esclarecer aquilo que efetivamente está em vigor. Assegurar às pessoas que realmente estamos a caminhar no sentido certo para proteger as suas vidas e melhorar o regresso e a retoma da atividade económica, porque a pandemia veio mudar a nossa realidade diária. Mas também não se pense que haverá a normalidade como conhecíamos na época *pré-Covid*. Ou seja, neste momento, temos um processo de vacinação a decorrer, o qual se exige e pretende que seja o mais rápido possível para se atingir, como muito bem afirmou o Deputado João Bruto da Costa, a imunidade de grupo, porque este processo de vacinação será o caminho e será por esta via também que deixaremos de viver ciclos de contágio, (as tais *vagas*) ou mesmo novas pandemias, pelo mesmo vírus.

Por isso, o Governo anterior contou com os contributos do CDS. Os açorianos continuam sempre a contar com os contributos do CDS. Este Governo por conta com os contributos dos três partidos que o suportam em coligação e também tem tido participação ativa dos outros partidos que têm acordos de incidência parlamentar, para a ultrapassagem desta situação pandémica que vivemos. E é

por isso que se exige a todos nós esse trabalho e esse esforço contínuo e conjunto, para – juntos - ultrapassarmos a situação que vivemos, podendo retomar e dar alguma qualidade de vida e um regresso a uma certa normalidade à população açoriana.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política.

Passamos para a próxima. Tem a palavra, para tal, o Sr. Deputado Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Organização Mundial *Global Footprint Network* tem, nos últimos anos, dado um alerta importante à nossa civilização. A população mundial tem consumido mais recursos do que aqueles que, efetivamente, deveriam ser consumidos.

Nos últimos anos, entre o final de julho e o princípio de agosto tem sido a data que têm sido consumidos os recursos que, supostamente, deveriam ser consumidos até 31 de dezembro de cada ano.

Isto para aquela geração que teve a melhor informação e formação de todos os tempos, e que traz consigo esta pesada responsabilidade de estar a consumir mais recursos do que aqueles que deveriam consumir, é um mau momento. É um mau exemplo quer para a geração que nos trouxe até aqui, que tudo fez para

nos dar melhores condições de vida, quer para aqueles a quem vamos deixar como herança o planeta que consumimos em excesso.

Dizer que estamos a fazer um crédito de recursos nem sequer é correto, porque desde 1970 que estamos a consumir mais recursos do que aqueles que deveríamos consumir.

Isso não pode ser considerado um crédito, porque um crédito seria se, efetivamente, no decurso da nossa vida útil conseguíssemos pagar esse crédito. Efetivamente, não vamos conseguir porque nenhum de nós passará, mais 50 anos, a tentar pagar uma dívida que fez.

Portanto, neste pressuposto, estamos em crer que este crédito vai ser pago pelas próximas gerações. E nós não podemos ser egoístas ao ponto de deixar esta herança aos nossos filhos e netos.

Aquele nosso egoísmo que até nem nos permitiu assegurar a juventude da nossa população mundial, porque os problemas demográficos que nós, principalmente os ocidentais temos deixado que aconteçam, e levaram ao envelhecimento da nossa população,

esses poucos que nos sucederão, ainda terão o compromisso de pagar o encargo da nossa pegada, quer ecológica, quer até monetária.

Aqui, enquanto políticos, temos ainda uma responsabilidade acrescida: a responsabilidade de fazer de guias de sociedade que temos para além de cumprir, fazer cumprir esse pressuposto de que temos de viver com aquilo que pudermos.

Nesta Casa, como noutras casas da Democracia, temos a obrigação de legislar, fiscalizar e criar condições para que este planeta seja mais sustentável e mais propício a que as próximas gerações sejam felizes e capazes de também eles se assumirem como donos deste mundo que atualmente nós somos.

Queria, ainda, dizer que na base naquilo que é a legislação produzida nesta Casa, como noutras casas, temos a obrigação de ser rigorosos e criteriosos;

temos a obrigação de conseguirmos fazer o nosso melhor, porque é para isso que nos pagam.

Queria apenas, e como é meu costume já, lembrar que especificamente esta Casa da Democracia, custa a cada açoriano 50 euros por ano, que numa família de 4 pessoas são 200 euros, e este custo deverá ser bem aplicado. É essa a nossa obrigação.

Deputado Carlos Silva (PS): E o RSI?

O Orador: O apelo que faço é aquele que também trago comigo no meu ser: cada resma de papel que conseguirmos poupar, cada *toner* que não usemos, cada cadeira que não seja preciso renovar...

Deputado Francisco César (PS): A sério?!

O Orador: ...cada viagem que não precisemos fazer, tudo isso pode reverter a favor de outros valores desta nossa sociedade.

Uma viagem poupada pode representar, por exemplo, o custo de uma consulta de especialidade que poderá ser feita a alguém que dela precise e que pode ajudar a salvar uma vida.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Uma palavra ainda para lembrar a carinhosa bazuca que todos aguardamos que chegue e que ajude a resolver os problemas da nossa sociedade e da nossa Região em concreto. É da maior importância que a atribuição destes valores e a fiscalização destas atribuições sejam feitos com todo o rigor, no sentido de não criar mais assimetrias sociais que tantas vezes aconteceram nesta terra.

Perguntarão, naturalmente, os senhores e as senhoras aqui presentes, afinal onde está a Declaração Política? Sim, a Declaração Política podendo não estar, mas, no meu entender, está e está porque os que estão lá fora esperam que aqui

dentro se lembre a voz deles, que aqui se reflita aquilo que são os anseios da população. É isso que, enquanto representante do povo, estou aqui a fazer.
Disse.

(Aplausos das bancadas da Coligação e do Deputado José Pacheco)

Deputado José Ávila (PS): Nunca pensei ver isto!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputada Ana Luis (PS): Sempre estou para ver o que é que o senhor vai dizer!

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu vejo que alguns Deputados do Partido Socialista estão entusiasticamente a participar neste debate...

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD e CDS/PP)

...mas só através de apartes.

Era bom que se inscrevessem e mostrassem a sua discordância em relação ao que foi dito, porque já sobre a declaração política anterior, o Partido Socialista não fez menção de fazer qualquer intervenção – não fez mesmo nenhuma intervenção – e, portanto, também mostrou a sua discordância através de apartes. É uma oposição inusitada, ou seja, fazer oposição através de apartes!

Terá a sua explicação, com certeza, não terão muito para dizer, porque se tivessem alguma coisa para dizer sobre os assuntos que estão aqui a ser debatidos, ter-se-iam inscrito – com certeza!

Mas é a vossa estratégia, respeito...

Deputada Andreia Costa (PS): Claro que é! – não se preocupe.

O Orador: ... e obviamente V. Exas. é que são responsáveis pelas vossas inscrições.

Da minha parte e da parte do PPM, compreendo bem a mensagem que o Sr. Deputado Carlos Furtado quis aqui passar.

Deputado Miguel Costa (PS): Pudera!

O Orador: O Sr. Deputado Carlos Furtado destacou fundamentalmente dois aspetos: o primeiro dos quais tem a ver com as questões ambientais.

A sua preocupação com a sustentabilidade do planeta. A sua preocupação com as questões ambientais e de sustentabilidade também nos Açores. E as políticas que têm que ser assumidas a este respeito.

Eu devo dizer que é essa a nossa perspetiva, desde sempre. Aliás, como primeiro partido ecologista português e também como partido ecologista da Península Ibérica, pois pertence por exemplo ao património político do PPM a criação da Reserva Ecológica Nacional e também a criação a Reserva Agrícola Nacional. Por isso, o PPM é um partido que está muito à vontade nas questões ambientais e em relação a outras questões fundamentais com isso relacionadas.

Estas duas medidas – a criação da Reserva Ecológica Nacional e também a criação a Reserva Agrícola Nacional – foram absolutamente fundamentais para aquilo que tem vindo a ser feito ao longo destes anos. Continuam a ser dois pilares da política no ambiente nestas matérias.

Por isso, da minha parte e da parte do PPM, partilhamos das preocupações do Sr. Deputado nesta matéria.

Outra questão que V. Ex^a. apresentou ali de uma forma prática, prende-se com a redução das despesas do Parlamento naquilo que pode ser poupado.

Eu devo dizer-lhe que, nesse aspeto, este Parlamento quer com o atual Presidente quer com a anterior Presidente, a Sra. Deputada Ana Luis, penso que tem sido exemplar. A verdade é que nós, hoje, reunimos muito menos vezes de forma presencial, porque se apostou nas novas tecnologias. E já se fazia isso

antes da pandemia. Essa é a verdade e há que reconhecer o que foi feito. Foram instalados os equipamentos necessários para que isso se pudesse fazer.

Portanto, a nível da redução de despesas, eu penso que o Parlamento dos Açores tem sido exemplar. É só comparar com o que acontece com as Assembleias da República e da Região Autónoma da Madeira. Nestas áreas todos temos a aprender uns com os outros, mas eu posso dizer que comparando os resultados, nós não ficamos mal na fotografia, pelo contrário, o Parlamento dos Açores tem dado o exemplo nesta matéria.

Por isso, o que quero dizer, Sr. Deputado, é que nesta área e neste aspeto em concreto, o Parlamento dos Açores é um bom exemplo nacional.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

***Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também uma breve alocução a esta Assembleia, no sentido de secundar e enaltecer a temática da declaração política do partido CHEGA, no que diz respeito à preocupação com as questões ambientais. Efetivamente, se existe tema que tem dominado nos últimos anos a salvaguarda da nossa existência enquanto condição humana e do planeta, prende-se, sobretudo, com as condições que temos que ter em atenção quanto à preservação do nosso clima e do nosso ambiente. E, nesta medida, também cumpre enaltecer o programa do Governo Regional dos Açores que tem um capítulo muito dedicado a esta matéria que é importante preservar e enaltecer.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: O ambiente, sobretudo em ilhas como as que nós vivemos, perdidas a meio do Atlântico Norte, têm um ecossistema e um sistema ambiental que tem que ser cuidadosamente preservado. E, nesta medida, aliado ao programa do

Governo, com a preocupação trazida a este plenário na declaração política do CHEGA, o Grupo Parlamentar do PSD inevitavelmente associa-se às preocupações aqui trazidas, bem como enaltece e secunda tudo aquilo que o Governo Regional dos Açores tem no seu programa.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o Governo Regional felicita a declaração política que nos trouxe, hoje, o CHEGA a esta Casa, pelo Sr. Deputado Carlos Furtado.

Naturalmente são preocupações que nós partilhamos. E é uma questão preocupante, quer da sustentabilidade quer do consumo excessivo de recursos que o planeta tem para oferecer. É uma preocupação deste Governo. É certamente uma preocupação deste Parlamento. E é uma preocupação de todos nós.

É verdade que o contributo que a Região deu, dá e dará para esta delapidação de recursos do nosso planeta, é insignificante, quando comparada com outras por esse mundo fora. Mas o facto de nós contribuirmos numa forma reduzida para os impactos ao nível da delapidação de recursos, não significa que não vamos

ser abrangidos numa forma muito significativa pelos seus impactos. E isso vê-se claramente ao nível das alterações climáticas.

O nosso contributo, ao nível das emissões de CO2 para a atmosfera, é diminuto, é pequeno. Mas os impactos dessas alterações climáticas, vão atingir todos de igual forma. E isso é de facto muito desequilibrado.

Neste caso, não há um *plano b*, como se costuma dizer, não há um segundo planeta, não há uma segunda casa. E é esta que tem que ser preservada.

O Governo Regional tudo fará, dentro das suas competências – como sabem, aliás há muito tempo que não existia uma secretaria regional dedicada exclusivamente ao ambiente e com forte pendor nas alterações climáticas – para matérias como conservação da natureza, proteção dos recursos hídricos, ordenamento do território, sustentabilidade e neutralidade carbónica, serem atingidas como desideratos.

O ambiente tem tido de facto uma preocupação evidente nos últimos anos, não é de agora nos Açores. É realmente uma área que tem tido muita dedicação. E obviamente que isso continuará, será reforçado e tudo faremos para que, dentro do âmbito da nossa ação, possamos minimizar os efeitos desse consumo excessivo dos recursos naturais do planeta, sendo certo que estes efeitos poderão vir a ser agravados pelo fenómeno das alterações climáticas.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Portanto, é importante que nós nos possamos adaptar, antecipar esses efeitos e mitigá-los. É exatamente por isso que existe um Plano Regional de Alterações Climáticas.

É por isso que entrou há pouco tempo em vigor um projeto (LIFE IP CLIMAZ), que irá permitir implementar cerca de 75% das medidas de implementação do Plano Regional (de Alterações Climáticas) e, portanto, será esse o desiderato deste Governo Regional.

Daí que reforço, uma vez mais, a importância desta temática e saúdo o Grupo Parlamentar do CHEGA, por ter trazido esta matéria tão importante na forma duma declaração política.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta preocupação também é partilhada pelo Grupo Parlamentar do CDS. Sem dúvida que o consumo excessivo dos nossos recursos é algo que preocupa a todos, acho que essa preocupação é transversal a todos nós, porque sem dúvida, cada vez mais, temos que caminhar para um consumo consciente e sustentável. É algo que se impõe, quer na nossa Região quer no nosso país e a nível mundial.

Sem dúvida que o ato de consumir não é dependente só de quem consome, mas também de tudo o que envolve, seja a parte ambiental seja a parte económica. E essa consciência e essa pegada que é deixada, terá que fazer parte, cada vez mais, das nossas vidas e daquilo que é a nossa ação enquanto cidadãos e enquanto políticos, na medida em que é necessário apresentar medidas que envolvam também a questão ambiental e que nos levem a reduzir a pegada ecológica na Região.

Aliás, é preciso dizer que essa premissa e essa preocupação já vinha de trás e foi trazida pelo anterior Governo quanto às questões ambientais e, tal como já foi também plasmado no programa do Governo, é uma premissa deste novo Executivo, até para mais numa Região como a nossa, em que a natureza é um dos nossos maiores patrimónios, sendo necessário também assegurar, pois isso ajuda-nos quer na nossa identidade enquanto Região mas também em tudo

aquilo que nos traz em termos económicos, desde o turismo natureza e por aí fora.

Portanto, é algo que temos que estimar. E essa preocupação também está refletida no programa do Governo, na intenção do mesmo quanto às questões ambientais. E, portanto, parece-nos que estamos a caminhar no rumo certo quanto a esta problemática.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

***Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho obviamente que saudar o CHEGA ou qualquer partido que fale sobre o ambiente e as alterações climáticas.

Ainda para mais, quando temos a circunstância da pandemia do COVID, em que (por algumas situações pandémicas), esquecemos um pouco das alterações que, sem dúvida, serão ainda piores do que o COVID, ou pelo menos não vão ser tão temporárias.

É que com tantas urgências e o estarmos sempre em cima a tentar *apagar o fogo*, é bastante difícil pensarmos noutras prioridades. Isto sem dúvida o PAN percebe.

No entanto, falar apenas das alterações climáticas e mandar uns chavões cá para fora, mais uma vez não dá soluções. Não fala sobre nada.

Qual é o problema nos Açores?

Qual é o problema de Portugal? E qual é o problema do mundo relativamente a esta temática das alterações climáticas?

Descobri que é o papel!

Descobri que são as resmas de papel e também os *tonners* que a gente gasta! Falo pelo PAN, eu nem sequer uso papel, por isso não é um problema nosso. E aí sinto-me completamente isento para falar sobre isso.

Mas foi preciso vir o Sr. Secretário Regional do Ambiente e das Alterações Climáticas dar aqui uma *ajudinha* ao CHEGA, porque obviamente este não sabe qual é o problema dos Açores.

O problema não é de facto as resmas de papel gastas por esta Assembleia.

O problema é que, desde 1990 até 2014, nós aumentámos em 64% o dióxido de carbono. E, neste caso, falo do metano (48% a mais), devido à parte **excessiva** do aumento da agropecuária (não é por causa da tourada!) que, como devem saber, o metano é 23 vezes mais – na equivalência do CO₂. Este é um dos problemas que temos nos Açores.

Outro dos problemas que temos nos Açores – e que ninguém fala – é a água.

Temos água em todo lado e em todas as ilhas – errado! Não temos água!

Não é o PAN que diz. É o IPMA. Foi o Secretário Regional da Agricultura na última Legislatura que disse “nós não temos água!”.

Nós gastamos 26 milhões de litros de água diários - não são dados do PAN, nós fizemos as contas e dava 21 milhões – apenas para a agropecuária. Aqui está o problema.

A ERSARA disse esta semana que o problema é do autoclismo na casa das pessoas! O autoclismo, meus senhores!

20% da água gasta nos Açores é da população açoriana, é dos cidadãos.

80% é da agropecuária, e não das indústrias, porque estas estão fora dessa percentagem.

Este é o problema dos Açores! Nós não temos água!

Por isso é que em 2018 e 2019 tivemos escassez de água, obviamente. Tivemos em situação de seca extrema e seca severa em várias ilhas, como S. Miguel, Terceira, Graciosa e St^a. Maria. Até podemos ter excedente de água, mas não fazemos a captação correta e não há sequer uma contabilização – e neste caso, saúdo o Sr. Secretário, porque ainda bem que vamos meter os contadores à vontade. Foram precisos estes anos todos para conseguirmos colocar os contadores e para fiscalizarmos quanto é que gastamos de água, qual é a captação de água por cada agricultor. E aqui sabemos uma coisa: é a agricultura que tem que pagar a água!

A água é um produto finito!

A água é o produto mais importante que nós temos!

Deviam todos saber que – aprendemos na escola – sem água, ninguém sobrevive. Nós temos graves problemas. E devido às nossas condições geográficas – sim, sem dúvida temos mais pluviosidade que outras regiões – a pluviosidade não está maior, aliás, reduziu bastante. Num dia, temos tanta pluviosidade que não conseguimos sequer reter essa água e temos mais dias de seca. Esta é a verdade!

Não sou eu que digo, é o IPMA!

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Eu não sou técnico. Eu simplesmente agarro nos dados, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Esta é a realidade. Eu não venho aqui *mandar números para o ar*. Estes números podem ser vistos por qualquer cidadão.

O CHEGA é que falou sobre as alterações climáticas e o problema, meus senhores, é... do papel!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

***Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para participar neste debate, no âmbito desta declaração política, e para, relativamente à primeira das preocupações que aqui foi manifestada, dizer que sobre ela fala bem o património de políticas e de ações do Partido Socialista.

A forma como este partido contribuiu, no fundo, para a transformação da abordagem que, no âmbito das questões ambientais, existe na nossa Região.

Em segundo lugar, eu gostaria de saudar o Sr. Secretário Regional pelo equilíbrio da sua intervenção. E dizer-lhe que, naturalmente, da parte do Partido Socialista aqui estivemos, aqui estamos e aqui estaremos, para contribuir para que a nossa Região continue a ter as condições para ultrapassar os desafios com que, neste e noutros domínios, vai sendo confrontada.

Em terceiro lugar, gostaria de dizer que, certamente, nós temos muitos desafios neste domínio, certamente, ainda há muito trabalho para fazer, mas não podemos também, individualmente, culpabilizar sectores, esquecendo aquele que é o contributo que os mesmos trazem para o nosso desenvolvimento.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Deputado Pedro Neves (PAN): Então tudo é economia?!

O Orador: Há um trabalho feito, aliás, não é a primeira vez que se instalam contadores para a contabilização e a faturação de água a agricultores. Este é um processo que já se iniciou, e faço votos para que continue, naturalmente, e que se aprofunde. Mas não é nessa perspetiva de culpabilização que acho que devemos falar.

Nos agricultores, devemos procurar aliados para a preservação do nosso meio ambiente e não culpados de eventuais passivos, ou desafios ambientais, com que estejamos confrontados.

É essa a abordagem do Partido Socialista e gostaria de deixá-la registada, neste momento.

A declaração política que aqui nos foi trazida, não teve apenas essa preocupação. Nem foi apenas esse o seu objetivo.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, no seu papel de *carro vassoura* parlamentar...

(Risos do PS)

... e da Coligação, tentou *compor* as coisas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu?!

Deputado Nuno Barata (IL): Deste o mote.

O Orador: O Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral foi mais cuidadoso, nem sequer tocou no assunto, ficou-se pelo ambiente. Mas eu gostaria de recomendar, francamente, ao Sr. Deputado que fez a intervenção – Carlos Furtado - que, em vez de culpabilizar o Parlamento sobre o que quer que seja, até pelos motivos referidos pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, olhasse primeiro para aqueles que são os efeitos e as consequências dos apoios políticos do CHEGA, nomeadamente ao maior Governo de sempre da história da Autonomia e aos custos que isso acarreta em termos de nomeações políticas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Isso é demagogia! Quem diria!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Furtado para encerrar esta declaração política.

***Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por responder à intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, para dizer que a necessidade que o fez levantar-se da bancada para defender o Governo a que presidiu até há bem pouco tempo, quando comparado com o novo Governo, mostra bem que provavelmente há números que lhe são desagradáveis...

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são?

Deputado Francisco César (PS): Quais são esses números?! Diga lá!

O Orador: ... e, por isso, tenta agora empurrar para cima do novo Governo custos que se calhar existiam noutros tempos. Mas eu estou ainda a aguardar explicações do novo Governo, relativamente à estrutura de custos, nomeadamente até da Orgânica, para percebermos efetivamente quem é que está mal.

Aguardemos, pois, com serenidade!

Vasco Cordeiro (PS): Então se calhar está a falar demais!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Quando temos o maior setor empresarial dos Açores falido, tem o descaramento de vir falar nesta Casa nesse tom?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Descaramento Sr. Presidente do Governo, é outra coisa! Mas também podemos falar sobre isso!

O Orador: Relativamente ao que disse o Sr. Deputado Pedro Neves, provavelmente o senhor percebeu mal, porque a figura que usei foi a de declaração política, não era apresentação de nenhuma iniciativa com o objetivo de resolver qualquer situação.

Foi uma declaração política, com o objetivo de deixar um alerta a todos nós, nesta Casa, e não propriamente um momento de crítica. E deve ser interpretado como tal.

Já aqui durante esta semana se falou em figuras da televisão, como a do Asterix. E eu iria buscar a figura de um filme para expressar aquele que é o meu sentimento. Todos nós provavelmente conhecemos o filme *A Lista de Schindler* onde, no final, numa das últimas cenas, Oscar Schindler assume e faz a sua *mea-culpa*, ao olhar para o anel que traz no dedo e diz “este anel podia ter comprado a vida de mais 2 pessoas. Aquele carro podia ter comprado a vida de mais 10 pessoas”. Ele, reconheceu o seu egoísmo, que levou a que houvesse 12 pessoas, naqueles 2 bens materiais, que não foram salvas. E não foram salvas, porque ele preferiu acautelar os seus bens.

A minha intervenção foi basicamente neste sentido: cada um de nós assuma essa posição. Aquilo que conseguir poupar que o faça em nome dessa causa, do bem maior, que é também pensar nos outros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, a minha intervenção não foi um recado à bancada A ou à bancada B, nem ao Governo C.

Esta intervenção foi um apelo para que cada um de nós faça aquilo que deve fazer, porque é para isso que nos pagam e é essa educação que eu creio todos nós tivemos na infância. Uma educação de preocupação com o próximo.

Disse.

(Aplausos do Deputado José Pacheco)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Está encerrada esta declaração política. Passamos à próxima.

Tem a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pandemia pelos seus efeitos imediatos na saúde das pessoas, mas também pelas suas nefastas e imediatas consequências na economia, afetou profundamente a vida de todas e todos nós.

Ela tem sido por isso o centro das atenções dos poderes públicos. Não estando esta batalha ainda ganha, vislumbra-se no horizonte a saída deste inferno sanitário.

A vacinação permite-nos antever esse horizonte de esperança e paralelamente projetar o futuro com mais confiança. Apesar desta esperança, é preciso fazer muito para revigorar a economia, o emprego e, conseqüentemente, para trazer alguma normalidade à vida das pessoas.

O legado desta pandemia é sério em todas as áreas das nossas vidas, em particular sobre os mais vulneráveis, por exemplo, no que diz respeito ao emprego ou na área onde centrarei esta minha intervenção, na saúde.

A resposta dos cuidados de saúde na Região, como sabemos, já não era muito saudável antes da pandemia. A prová-lo estavam as infíndáveis listas de espera para consulta e cirurgias que os dados mostravam estar em crescimento.

A concentração de esforços na pandemia, obrigou a que os doentes não Covid fossem preteridos ou que, por medo, não comparecessem aos atos médicos agendados.

Necessariamente todas as listas de espera aumentaram, o que quer dizer que mais pessoas sofrem. Numa primeira abordagem urge perguntar: qual é a real dimensão da situação atual e quais as respostas necessárias?

Esta semana soubemos finalmente quantos açorianos e açorianas estavam em listas de espera em 2020, porque o Bloco denunciou a falta dos relatórios. São mais de 13 mil cirurgias e mais de 11 mil pessoas. Um aumento de mais de 10%, face a 2010, com um aumento de tempo de espera de 15,7%.

Desconhece-se ainda o que fará o Governo para combater as listas de espera. Quero enfatizar que por trás de cada um destes números está uma pessoa em sofrimento.

O Governo tem de ter, no mínimo, a mesma exigência que tinha o maior partido que o suporta no passado recente, quando era oposição sobre este mesmo assunto.

Todos nos lembramos da exigência do PSD (no ano passado): queria saber qual a situação e qual o plano de combate às listas de espera.

Hoje, em função da verdade e dos mesmos princípios, cabe ao Governo ser claro na resposta, não só sobre a situação das listas de espera, mas fundamentalmente sobre o que fará para as combater.

Estranhamente nem o PSD, nem o Governo assumem hoje perante os doentes qual é a solução.

Nesta área, e noutras áreas, ouvimos muitas proclamações, mas capacidade de resposta não se vislumbra.

Já vimos que o Governo Regional, não tem o plano que tanto reivindicou para atacar as listas de espera, mas também sabemos que nos últimos meses o Serviço Regional de Saúde perdeu 50 enfermeiros e que mais de 40 médicos ou saíram ou acumulam a atividade no HDES com o recém-inaugurado hospital privado em São Miguel.

Vários deles são ou eram – desconhecemos - diretores de serviço, desconhecendo-se se mantêm esse cargo dirigente em acumulação com um hospital que terá, como já foi anunciado, atividade convencionada com o Serviço Regional de Saúde, o que levanta importantes questões de ordem ética.

A presidente da secção regional da ordem dos médicos afirmou que se assiste a uma contratação importante de médicos residentes do HDES para o recém-inaugurado hospital privado.

Segundo a opinião desta responsável, o Hospital de Ponta Delgada fica impossibilitado de fazer face a muitas das necessidades que tem, pela simples razão de não poder contar com o trabalho extraordinário destes médicos que partiram (ou acumulam) para o hospital privado.

Incrivelmente nada disto parece preocupar o Governo Regional!

O Bloco de Esquerda, nesta altura de urgência, e a bem dos açorianos e açorianas defende que o Governo deve deitar mão de todos os instrumentos que tragam aumento de capacidade de resposta para fazer este combate às listas de espera.

Naturalmente que entra nesta equação o setor privado e social.

Já foi assumido pelo Presidente do Governo que existirão convenções com o novo hospital privado. Quem sabe convenções de atividade cirúrgica? O problema é que, no caso das cirurgias, em que em algumas áreas, como a ortopedia, todos os médicos do hospital privado são do HDES.

Que mais valia trará, então, essa (possível) convenção, se os médicos são exatamente os mesmos?

Naturalmente, com toda a transparência, essas mesmas convenções a celebrar serão do acesso dos membros desta Casa, se os solicitarem. E digo naturalmente, porque este Governo fez da transparência o seu lema.

Mas se estamos num período extraordinário, que exige medidas extraordinárias, é obrigação de qualquer governo recorrer aos instrumentos legais para garantir a resposta do SRS.

O Estado de Emergência em vigor prevê que o Governo possa impedir a saída de profissionais de saúde do SNS – na redação da declaração do estado de emergência - de modo a garantir a capacidade de resposta do SNS.

Como explica então o Governo que, em pleno estado de emergência, tenham saído dezenas de profissionais do SRS como foi anunciado pela ordem dos enfermeiros?

Porque é que o Governo não regulamentou essa norma e assistiu impávido à saída de profissionais quando mais precisamos deles?

Porque é que não transformou contratos precários e estágios em lugares do quadro, como alertou atempadamente a ordem dos enfermeiros?

Mas para além das medidas de emergência, exigem-se caminhos para o futuro para defender e reforçar o Serviço Regional de Saúde.

Neste campo, duas questões assumem-se como centrais: por um lado, a tradicional suborçamentação do sector da saúde que impede o planeamento, aumenta encargos e impossibilita a boa gestão, em que tudo fica mais caro e serve pior as populações. Sobre esta matéria já ouvimos muito deste Governo, estabilizando agora na lógica de não se poder acabar com a suborçamentação num ano.

Perante esta prenuncia de caminho, que é em tudo idêntico ao anterior governo do PS, percebe-se que vamos continuar a engordar a dívida do SRS e com isso a prejudicar o acesso aos cuidados de saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Deputado José Contente (PS): O Sr. Deputado também faz apartes?

O Orador: Por outro lado, o pilar decisivo em qualquer serviço de saúde são os seus profissionais. Neste quadro a falta de médicos é particularmente grave.

No entanto, as medidas que propõe o Governo no orçamento para fixar médicos pouco diferem das existentes, mantendo o seu carácter temporário e limitado, apenas aumentando ligeiramente o valor total do incentivo.

E para os restantes trabalhadores, vai o Governo repor as carreiras dignas contando todo o tempo de serviço entre outras justas reivindicações para enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica?

Concorda com a criação de uma carreira digna de auxiliar de saúde para os assistentes operacionais do SRS?

Sem respostas claras a estas questões nada muda nos cuidados de saúde dos açorianos e açorianas, mantendo-se a ilusão da resolução dos problemas e o empurrar com a barriga para a frente que penhora o futuro do SRS.

Disse.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

***Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Assistimos à declaração política do Bloco de Esquerda e do Sr. Deputado António Lima, quase como que a fazer uma retrospectiva do que tem sido o estado de saúde dos açorianos e da Região Autónoma dos Açores, ao longo dos últimos 24 anos.

Efetivamente o estado degradante em que a saúde se encontra tem uma origem que está assente nas políticas que foram implementadas pelo Governo do Partido Socialista. Este é que é o ponto de partida que deve nortear a declaração política do Sr. Deputado António Lima.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, nesta medida, as listas de espera existentes nas cirurgias, nas consultas e nos meios de diagnóstico, afligem todos os açorianos. E só quem sente na pele a necessidade de aguardar por uma chamada telefónica para fazer uma consulta ou um meio de diagnóstico ou mesmo uma cirurgia. Só quem passa por esta situação é que sabe qual o drama em que vive.

Este Governo Regional, no âmbito da sua atuação, tem o dever, tal qual como foi expresso no seu programa, de acudir a estes açorianos que estão efetivamente à espera de ver resolvido um problema de saúde que os aflige.

É este o desígnio e é esta necessidade que tem que nortear a atuação política deste Governo Regional dos Açores na defesa da saúde dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é preciso recordar esta Assembleia que a intervenção do Bloco de Esquerda peca por ser prematura. E esquece-se propositadamente que este Governo Regional nem sequer ainda tem um plano e orçamento aprovados por esta Casa.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E é preciso aqui, desde já, desafiar o Bloco de Esquerda para que vote positivamente o plano e orçamento que o Governo Regional dos Açores irá apresentar a esta Assembleia, para que então tenha os instrumentos necessários para efetivar uma política de defesa da saúde dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

O Orador: Este Governo Regional tem este desígnio. E sabe - o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto – que contará com a solidariedade do Grupo Parlamentar do PSD, e dos partidos da Coligação, para o auxiliar na implementação das políticas de saúde pública que são necessárias na nossa Região. Mas também sabe e tem consciência de que esta bancada parlamentar irá manter-se fiel aos princípios que aqui foram anunciados perante o Sr. Presidente desta Assembleia que se manterá também vigilante e fiscalizador da ação governativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E, nesta medida, jamais hesitaremos em chamar a atenção ao Governo Regional dos Açores...

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Secretário é que não está a gostar nada disso!

O Orador: ... se efetivamente não cumprir aquilo com que se comprometeu perante o povo dos Açores.

Muito obrigado Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

Deputado Bruno Belo (PSD): O Sr. Deputado António Lima só tem que votar a favor do próximo orçamento.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Esta preocupação aqui trazida por esta declaração política do Bloco de Esquerda já vem de há muito, não é nada novo. Não é de agora e todos nós conhecemos histórias de doentes que desesperam à espera duma consulta, dum exame ou duma cirurgia.

Também nesse sentido, e posso falar não só em nome do Grupo Parlamentar do CDS, mas no concreto, houve muitos contributos, desde logo da nossa bancada,

desde o Vale Saúde ao CIRURGE, para se combater este flagelo do nosso Serviço Regional de Saúde.

E muitos foram, por isso, os contributos neste combate às listas de espera.

No aspeto da valorização do Serviço Regional de Saúde e das carreiras, também o CDS tem propostas concretas que já foram aqui apresentadas e algumas delas até foram votadas favoravelmente pelo Bloco de Esquerda.

É igualmente de realçar que há uma nova realidade com este Governo o qual, através do seu Presidente e do Secretário Regional da Saúde, aqui presente, já deram sinais muito claros das prioridades para a saúde, seja na questão da resolução das carreiras de enfermagem, seja naquilo que se pretende com as restantes carreiras da saúde, como é o caso dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, ou os assistentes operacionais ou até mesmo as carreiras médicas que viram, na anterior legislatura, a contabilização de pontos, mas nunca viram efetivamente a sua situação salarial regularizada.

Por outro lado, também há a realçar nesta intervenção do Bloco de Esquerda – eu julgo que acaba por ser um bocadinho infeliz - o preconceito ideológico relativamente à oferta de cuidados de saúde no privado.

Todos nós sabemos que para uma efetiva e boa gestão dos recursos da Região, a realidade deve ser a de usufruir ou utilizar primeiro os recursos públicos locais, depois recurso ao privado local; depois o público regional e a seguir o privado regional; depois o público nacional e a seguir o privado nacional; depois o público internacional e só depois o privado internacional.

Este deve ser o percurso para podermos dar uma boa prestação de cuidados de saúde a todos os portugueses e, nomeadamente e em específico, aos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Este é que deve ser o percurso a fazer.

Por isso, o facto de termos na Região, neste momento, um hospital privado, passa a robustecer esta nossa oferta e dá oportunidade aos açorianos de

acederem a soluções mais próximas, mais céleres, evitando esta inevitabilidade da deslocação ao exterior da Região.

Deputado João Bruto da Costa (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É mais uma resposta que visa reduzir e minimizar os constrangimentos do acesso à saúde na Região.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN, ao contrário do Bloco de Esquerda, não tem *tampão ideológico*. Aí não há qualquer problema. Vou ser o mais pragmático possível. É isso que o PAN faz.

Deputado António Lima (BE): Eu não tenho problema nenhum.

O Orador: Neste caso, tenho que dar razão ao Bloco de Esquerda que podia ter esperado um bocadinho até eu lhe dar razão e saudar aquilo que foi apresentado.

(Risos do Deputado António Lima)

Isto porquê?

Há um hospital privado, ok tudo bem!

Temos é mais um recurso – sem dúvida.

Essa é a diferença entre nós e o Bloco de Esquerda. Mas só quando esgotada a capacidade do Serviço Regional de Saúde.

Só que agora temos um problema: essa capacidade vai ser esgotada rapidamente, porque todos os profissionais estão a ir para o privado – este é o problema! E isto não vai ajudar em nada o SRS no problema da redução das listas de espera. Este é que é o maior problema, Sr. Deputado Rui Martins.

Isto é uma concorrência que estamos a ter relativamente aos profissionais. E porquê? Uma coisa muito simples. E o PAN já entregou nos serviços da Assembleia, e agora está em Comissão, um diploma que tem a ver com os incentivos e a fixação de médicos na Região que é bem necessária para termos esses profissionais cá. Nós temos falta de profissionais. E agora que já são tão poucos, ainda estamos a dividi-los entre o privado e o público.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Não, não estamos a dividir, Sr. Deputado. Estamos a fixar mais profissionais.

O Orador: Aí é que está o maior problema que nós temos. É que além de verificar que não estamos a exceder o máximo dos programas que podemos fazer em termos de cirurgia, que também passa por usar os blocos operatórios do SRS para o privado – S. Miguel tem, por isso já não é preciso, mas podemos continuar a fazer na Terceira e no Faial – e isso ajuda na redução das listas de espera, mas não podemos retirar os únicos profissionais que temos, quando não conseguimos sequer garantir novos profissionais, porque não temos incentivos suficientes. Esses profissionais preferem ir para Faro ou Bragança do que vir para os Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

***Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para dar um contributo daquilo que é a perspetiva do Governo que, de resto, foi instado a participar neste debate pela declaração política do Bloco de Esquerda. Para dizer, conforme também já foi aqui referido, que assistimos a um retrato, na visão do BE, sobre o Serviço Regional de Saúde. Foi este diagnóstico – para usar a linguagem do setor – que o Bloco apresentou.

Na realidade, estou certo, que nem o Bloco de Esquerda nem nenhum açoriano acredita sequer que em 3 meses, pudéssemos resolver tudo aquilo que resulta de anos e anos da cristalização dum SRS subfinanciado e marcado pelas listas de espera.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo)

O Orador: Obviamente estamos perante um problema que está estruturado no Serviço Regional de Saúde, de subfinanciamento, de listas de espera de anos e tudo isto é essencial e urgente combater. E é isso que estamos a fazer, conforme já anunciámos e conforme está previsto na proposta de plano e orçamento, numa forma clara e bem vincada.

Deputado João Vasco Costa (PS): Anunciar, anunciaram. O pior é que não fizeram!

O Orador: Devo dizer que apenas relativamente à retoma da atividade assistencial necessária para ultrapassarmos os problemas que referiu, está prevista a quantia de 3,4 milhões de euros.

É a forma generosa...

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): E responsável!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... com que este Governo entende a saúde dos açorianos.

Não é o setor da saúde, nem é o Secretário da Saúde, nem é a tutela. É saúde dos açorianos!

O Governo Regional entende como prioridade da sua ação resolver os problemas estruturais dos quais os açorianos vêm a padecer há anos!

Devo dizer também, relativamente à informação do SIGICA, já foram publicados relatórios de janeiro e fevereiro de 2021. Estamos em março. Houve aqui, de facto, um atraso que tem a ver com a alteração do próprio modelo do relatório que passa a ter um *relatório-resumo* mensal.

Cada vez mais, e sempre, no caminho da transparência e da informação detalhada, para que todos saibam o mesmo sobre tudo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostaria também de fazer uma referência à questão do dito *dilema* entre o público e o privado. Já o manifestei várias vezes e vou reiterar aquilo que é a perspetiva deste Governo.

Não podemos abordar as várias respostas que se possam dar à saúde dos açorianos, com base em complexos ideológicos.

O privado e o público são sempre respostas que não dividem, mas multiplicam as soluções para a saúde dos açorianos. E é importante que tenhamos a noção disso. Porque muitas vezes aqueles que defendem acirradamente o tal pretense *serviço público de saúde*, esquecem-se que essa defesa levou a problemas imensos desse serviço. E vou dar um exemplo ao qual já recorri antes: o que é fizeram estas *defesas intransigentes* do serviço público de saúde? Foi introduzir no serviço público o privado, através das empresas prestadoras de serviços que estão no exterior da Região, que são essenciais para manter as respostas mínimas das urgências e nas ilhas mais pequenas onde, se não fossem eles, nem tínhamos resposta. Mas o que se fez foi pagar, muitas vezes a peso de ouro,

essas empresas privadas que estão a utilizar recursos públicos dentro do serviço público!

Já viram a incoerência?!

Deputado António Lima (BE): O Bloco não tem nada a ver com isso.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Pois o Bloco nunca tem nada a ver com nada. Mas também não é Governo!

O Orador: A incoerência daqueles que defendem esse dito *serviço público*, dita o estado em que ele está!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, as respostas privadas, para além duma inevitabilidade, são a resposta que, duma forma sistémica como temos defendido, integrada, coordenada e complementar, conseguem responder mais imediatamente aos problemas das pessoas, através de protocolos, de convenções e desta multiplicidade.

E não é verdade que estejam a sair todos os profissionais!

Deputado António Lima (BE): Mas saíram muitos!

O Orador: Essa é, obviamente, uma visão alarmista e que não corresponde à realidade!

O que acontece é que há profissionais de saúde que acumulam no público e no privado, como sempre aconteceu. E gostava que houvesse aqui um Sr. Deputado que me dissesse que antes não havia profissionais que fizessem isso, como um profissional de qualquer atividade o pode fazer, desde que a entidade patronal o autorize.

Por isso, queria esclarecer que esta questão é apenas um falso problema, porque temos em causa aqui uma solução, ou seja, temos mais uma resposta para o sistema de saúde, mas também e no essencial, naquilo que me parece decisivo e que é o reforço do Serviço Regional de Saúde.

Há uma aposta clara, determinada e assumida deste Governo de reforçar o Serviço Regional de Saúde, quer através do fim do subfinanciamento da saúde, que é vergonhoso o que se passou nos últimos anos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e há uma aposta clara, em termos financeiros, deste Governo no âmbito do plano e orçamento, no sentido de acabar com o subfinanciamento da saúde. Há também uma aposta clara no combate às listas de espera, duma forma assumida – como já referi aqui – com verbas substanciais e robustas, para acabarmos com este drama que é o das listas de espera.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se isso é um drama público, social nos discursos, imaginem o que é para cada um dos açorianos que pena há anos para ter uma consulta ou uma cirurgia!

É com isso que queremos acabar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo)

O Orador: Por outro lado, pretendemos fazer uma reestruturação do Serviço Regional de Saúde, ao nível das carreiras, dando estabilidade aos respetivos profissionais, para que eles acreditem no serviço no qual trabalham, para que eles se sintam motivados e incentivados. Falo dos médicos, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, assistentes operacionais, dando-lhes condições efetivas de prestar as suas atividades profissionais, com meios e com recursos, mas com a remuneração justa e adequada àquilo que é o seu trabalho e a sua responsabilidade.

É isto que já foi assumido perante os representantes dos respetivos setores. Já o fizemos. Já o dissemos. E todos eles sabem que é isso que vai acontecer, mal sejam aprovados os instrumentos necessários para o efeito, no caso concreto, o plano e o orçamento.

Obviamente que nenhum açoriano acredita que este Governo, sem plano e orçamento, podia ter resolvido tudo isto.

Parece que há alguns Srs. Deputados – eu sei que também não acreditam – querem fazer passar esta mensagem, para criar aqui uma *nuvem* relativamente ao trabalho do Governo Regional e àquilo que são os seus propósitos efetivos e, mais do que isso, aquilo que queremos concretizar em prol da saúde dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo)

O Orador: Gostaria de deixar aqui uma nota em relação a uma área muito importante que é a prevenção e o rastreio oncológico.

Temos, nos Açores, problemas graves a este nível, mas também temos soluções. Temos capacidade instalada e há trabalho feito. Isto parou com a pandemia e depois de termos estado durante meses sem qualquer rastreio, já foi reiniciado.

Não esperámos pelo plano e orçamento. Eram verbas que podíamos alocar, de acordo com as disponibilidades que temos e foi o que fizemos.

Já retomámos o rastreio e já foram retomados os 4 programas de rastreio oncológico na RAA, criando novas dinâmicas.

O Plano para 2021 contempla 175 mil euros para isso.

Já estão reatados os programas, sendo que no âmbito do ROCMA – programa da mama feminino – serão rastreadas 15 mil mulheres, perfazendo uma taxa de

participação da população de 75%; no ROCA – rastreio do colo do útero – serão rastreadas 9 mil 750 mulheres – uma meta também de 75%, maior taxa de participação de sempre; no ROCRA serão rastreados cerca de 12 mil homens e mulheres, uma taxa previsível de 45%; no pico da cavidade oral, cerca de 14 mil homens e mulheres, numa meta de 58%. Isto é, temos os problemas identificados. Temos as soluções identificadas. Temos os meios financeiros, queira este Parlamento aprovar, nos termos em que está previsto, a proposta de plano e orçamento. Temos tudo previsto. Tenhamos tempo e meios para concretizar.

Está tudo identificado, Sr. Deputado, temos sobretudo, muita vontade de concretizar e resolver problemas que vêm de anos. E queira crer que contamos consigo e com todos os Srs. Deputados para que, com os seus contributos, possamos chegar ao que será o sucesso dos açorianos ao nível da sua saúde.

Creia que isto não é um mero discurso, não são palavras de circunstância. O contributo que todos podem dar é necessariamente desejado e esperado por este Governo. É também isto que constrói este tempo novo.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

***Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não haja dúvidas que sobre as questões da saúde, todos temos preocupações, todos temos soluções, todos gostamos de agitar a bandeira, para que aqueles que estão lá em casa se sintam mais seguros e mais tranquilos em relação à

prestação de cuidados de saúde que é uma função primeira do Estado – garantir a equidade no acesso aos cuidados de saúde. Essa é uma das funções do Estado, juntamente com a Educação e Justiça.

Não posso, no entanto, deixar de referir aqui, quer da parte do Sr. Deputado António Lima quer da parte do Sr. Deputado Pedro Neves, um complexo ideológico em relação à liberdade de escolha dos cidadãos e à liberdade de escolha – note-se – onde vão trabalhar estes cidadãos.

A liberdade de escola dos cidadãos em relação à prestação de serviços de saúde, é uma coisa. Mas estamos a chegar ao ponto de coartar a liberdade de escolha dos profissionais do ramo onde vão trabalhar!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo)

O Orador: Era só o que mais faltava!

Se já é grave dizer às pessoas que não podem ir àquele hospital e que têm que ir àqueloutro, imaginem o que é dizer a um médico “o senhor não pode trabalhar neste hospital, tem que trabalhar naquele”. Era só mesmo o que mais faltava!

Centrando-me na questão do acesso dos cidadãos, com equidade, à prestação de cuidados de saúde, também aqui não pode haver complexos ideológicos, porque todo o cidadão tem que ter o direito de ser tratado no Hospital do Divino Espírito Santo, no Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira ou no Hospital Internacional dos Açores que também foi pago pelos seus impostos, porque não há investimento completamente privado nesse aspeto. O investimento privado que existiu, também é feito com participações quer de apoios da União Europeia quer com capitais da Região Autónoma dos Açores. E, portanto, tem que ser garantido o acesso com equidade de todos os cidadãos a esses serviços.

Tem que ser dada liberdade deste cidadão escolher onde é que quer ser tratado. Depois o Estado paga, seja no público seja no privado. E há ganhos para o Estado, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Ou seja, o estado é o acionista!

O Orador: Há ganhos para o Estado, porque nesses hospitais privados, muitas vezes (senão sempre!), o custo com esses tratamentos é mais barato, do que no público.

(Aparte inaudível do Deputado Tiago Lopes)

É verdade Sr. Deputado!

Portanto, há que dar a liberdade de escolha ao cidadão, até porque é vantajoso para o Estado, neste caso a Região, que o cidadão, além de ter essa liberdade, seja tratado de forma mais eficaz e mais eficiente para o orçamento da Região Autónoma dos Açores.

E disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E disse muito bem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do Presidente do Governo Regional dos Açores: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

***Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os impactos da pandemia no que se refere à normal atividade assistencial fora do âmbito da Covid-19, são uma realidade na nossa Região, no País e por todo o mundo.

Para combater e minimizar os impactos provocados pela pandemia, o Grupo Parlamentar do PS ao longo dos últimos 4 meses, tem dado fortemente o seu contributo.

Fizemo-lo, quando em dezembro solicitámos a presença do Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto na Comissão de Assuntos Sociais, para saber quais as orientações e qual a intervenção do Governo Regional dos Açores para a época natalícia e fim de ano?

Citando o Sr. Presidente do Governo Regional, no final de dezembro de 2020, estava “tudo controlado”. Tão controlado estava, que em janeiro ultrapassámos os 900 casos ativos.

Ainda em dezembro quando a Agência Europeia do Medicamento aprovou as primeiras vacinas para o continente europeu, na mesma audição ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, perguntámos qual o plano de vacinação regional relativamente à Covid-19. Ainda não estava preparado, apesar da Direção Regional da Saúde ter já publicado o seu no início do mês de janeiro. E o que temos, neste momento, é um processo de vacinação pouco claro e pouco transparente.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Essa intervenção é sobre outra coisa.

Trouxe a intervenção já escrita e agora tem que a ler.

O senhor tem jeito para fazer atas!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Não apoiado!

O Orador: O que assistimos é a uma tentativa de escamotear o ziguezaguear do processo de vacinação, com a falta de vacinas!

Já em janeiro, após o registo do 1º caso positivo de Covid-19 associado à variante inglesa, o Grupo Parlamentar do PS...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Perante uma intervenção responsável, o senhor esteve calado! E agora vem falar!

O Orador: ... novamente em audição do Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto, novamente na Comissão de Assuntos Sociais, perguntou qual era o plano e a estratégia para fazer face à nova estirpe. Afirmaram – o Sr. Secretário e o Sr. Presidente da Comissão de Acompanhamento – que era um caso isolado e que estava tudo controlado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): É uma vergonha!

O Orador: De fevereiro para março, no espaço de 1 mês, passámos de 3 casos de Covid-19 associados à variante inglesa, para cerca de 100. E ainda em fevereiro, na última sessão plenária, o Grupo Parlamentar do PS propôs a criação duma comissão para o acompanhamento da pandemia. Foi chumbada pelos partidos que suportam o Governo Regional. Foi chumbada, porque não fazia sentido no entendimento de V. Exas.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Sobre a declaração política do Bloco de Esquerda, nada!

Perante uma intervenção responsável, nada!

O Orador: Não fazia sentido, porque a situação pandémica na Região, no entendimento de V. Exas, “estava a evoluir favoravelmente”.

Passados 4 meses de governação, o que todos assistimos é que às questões e às soluções propostas pelo Grupo Parlamentar do PS, V. Exas. demonstraram tudo, menos humildade democrática. Entenderam como crítica e não tiveram a

humildade de perceber que eram chamadas de atenção pertinentes e construtivas.

(Apartes inaudíveis de vários Deputados da bancada do PSD, de alguns Membros do Governo e do Deputado centrista Rui Martins)

Presidente: Sr. Deputado Tiago Lopes, permita-me que o interrompa. Eu não estou a conseguir ouvir a sua intervenção.

Portanto, peço às Sras., aos Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo que permitam o Sr. Deputado Tiago Lopes continuar a sua intervenção e ser escutado.

Muito obrigado.

O Orador: Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como estava a referir, e atendendo ao exposto, está mais que visto que Grupo Parlamentar do PS tem feito o seu trabalho...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Que é falar mal todo o dia!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Mal feito!

O Orador: Contudo, a situação é a que todos nós conhecemos.

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, todos nós sabemos e esta Casa, de algum histórico de falta de moderação e alguns históricos relacionados com violência, portanto agradecia que se procurasse moderar naquilo que é a sua intervenção e naquilo que é o seu papel enquanto Membro do Governo.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Violência...? Violência?!

O Orador: Como eu estava a referir e atendendo ao exposto, está mais que visto que o Grupo Parlamentar do PS tem feito o seu trabalho. Contudo, a situação é aquela que todos nós conhecemos.

Como relatado nos comunicados diários, transmissão comunitária da variante inglesa do novo Corona Vírus.

Teremos, deste modo, maior demora na tão desejada retoma socioeconómica e na retoma da atividade assistencial na área da saúde. E, tal como o Bloco de Esquerda muito bem referiu, quem anteriormente exigiu planos de recuperação, passados 4 meses de governação, onde está um único plano?

Quando começa este Governo Regional efetivamente a governar?

O Grupo Parlamentar do PS tem feito o seu trabalho.

Exige-se, portanto, neste momento, que o Governo Regional dos Açores faça o seu.

Obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto pede a palavra para?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): Para defesa da honra, Sr. Presidente. É que o Sr. Deputado acusou-me aqui de violência e eu nunca usei isso.

Presidente: Tem a palavra e tem 3 minutos.

***Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, lamento que, mais uma vez, o Sr. Deputado Tiago Lopes se refugie ora nos instrumentos regimentais que não permitem que tenha

resposta, ora em artigos de jornal ou noutras formas sub-reptícias de fazer o ataque pessoal!

Deputado José Ávila (PS): Era só o que faltava!

O Orador: Na primeira intervenção que houve aqui sobre a saúde, o Sr. Deputado Tiago Lopes e o Partido Socialista mantiveram-se no silêncio. Isto é, perante uma intervenção responsável, de confiança, construtiva, a resposta do PS foi o silêncio!

À boleia do Bloco de Esquerda, conforme muitas vezes acontece, que fala sobre o Serviço Regional de Saúde, que não fala sobre a pandemia nos termos que foram referidos pelo Sr. Deputado Tiago Lopes, o senhor traz um documento escrito de ataque ao Governo e ao Secretário da Saúde e faz ataque pessoal de violência!

Isto é inadmissível! Eu não aceito isso!

Utilize os argumentos que bem entender, em termos políticos, no confronto leal e direto, mas sobretudo, no confronto sério!

Deputado Miguel Costa (PS): O Sr. é que disse que ele era criminoso referindo-se ao caso do Nordeste!

Isso é o quê, senão um ataque pessoal?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Tiago Lopes tem 3 minutos para dar explicações.

***Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de pedir a transcrição daquilo que foram as minhas declarações, porque o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, incompreensivelmente – e desculpem-me a expressão – *enfiou uma carapuça* que não era dirigida a si.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Ainda é pior não assumir o que diz!

O Orador: Aquilo que eu falei – e se puder consulte a transcrição das minhas declarações – referindo-me a um histórico de violência verbal nesta Casa. Não era dirigido a si. Mas é interessante saber que efetivamente se sentiu atingido por aquilo que foram as minhas palavras.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): O senhor já não sabe o que diz!

O Orador: Portanto, assim sendo, eu solicitava que fosse feita a transcrição das minhas declarações, para que o Sr. Secretário Regional da Saúde, com a devida calma e parcimónia, pudesse ler e perceber que não era efetivamente dirigido a si.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está registado o seu pedido.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente para uma interpelação à Mesa.

Presidente: À Mesa - gostei desse pormenor.

Faça favor Sr. Deputado.

***Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

É para solicitar à Mesa que, no âmbito do que foi solicitado pelo Sr. Deputado Tiago Lopes, que fique esclarecido a quem é que se dirigia quando acusou de “violência” neste Parlamento.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Cada um assume aqui as suas responsabilidades!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

A senhora é que nem por isso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor é que nem por isso!

Presidente: Está registada a sua interpelação Sr. Deputado.

Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Presidente: Srs. Deputados Andreia Cardoso e João Bruto da Costa, podem permitir que o Sr. Deputado Paulo Estêvão use da palavra?

Muito obrigado.

Faça favor Sr. Deputado.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado Sr. Presidente, pelo seu papel pacificador.

Eu não vou fazer o que o Sr. Deputado Tiago Lopes e o Partido Socialista fizeram na intervenção que realizaram, a propósito duma intervenção realizada pelo Bloco de Esquerda, ou seja, utilizar de forma exclusiva as questões que aqui foram colocadas, e muito bem, pelo BE para dirigir ataques políticos ao Governo e ataques pessoais ao Sr. Secretário.

Esse tipo de intervenção política é absolutamente condenável e significa um desrespeito também ao Bloco de Esquerda que aqui fez a sua intervenção, vendo como ela foi instrumentalizada para o ataque político e pessoal!

Deputado José Ávila (PS): Oh, paciência! Quem o viu e quem o vê!

O Orador: Por isso, e em relação às questões que colocou, quero lhe dizer que estou muito preocupado e partilho da sua preocupação em relação às mais de 13 mil cirurgias que foram identificadas e que estão em atraso e que estão por realizar.

Devo dizer lhe que este problema se resolve da seguinte forma: o que é prioritário para o PPM, é que sejam projetados mais recursos para o sistema regional de saúde.

Como muitas vezes o Bloco de Esquerda criticou, o PPM também, um dos problemas que este setor enfrentou foi o facto de, sucessivamente ao longo de muitos anos, o Partido Socialista ter sub-orçamentado as verbas que o mesmo necessita. Esse foi o grande problema. Sem meios e sem dinheiro, não se podem dar respostas eficazes neste setor e noutros.

A questão é a seguinte – veja bem: no plano e orçamento, este Governo Regional tem previsto para o setor da saúde 485 milhões de euros. É uma verba recorde. É uma verba sem precedentes. E isso significa um esforço tremendo do Governo Regional para resolver muitos problemas que herdámos das legislaturas anteriores nesta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

O Orador: E este esforço deve ser reconhecido e valorizado!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP) e Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Perguntam-me quando é que o Governo Regional começa a resolver os problemas da área da saúde?

Já começou a resolvê-los. Mas a partir do momento em que tivermos o instrumento orçamental, que é o maior de sempre, é evidente que já teremos os mecanismos necessários para implementar as respostas objetivas que o setor necessita.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo)

E nós temos essas verbas alocadas.

Veja bem, Sr. Deputado: são mais 38% do que as verbas previstas em 2019, pelo anterior Governo.

Deputado Carlos Silva (PS): 2020!

O Orador: Ou 2020, mais 17%. Ou seja, é um aumento muitíssimo significativo em relação ao passado.

E, Sr. Deputado, já aqui fui acusado de servir de *carro vassoura*. Mas o que o Governo aqui faz é também servir de *carro vassoura* em relação aos problemas que o Partido Socialista nos deixou neste setor.

Veja bem, vamos pagar 75 milhões de euros da dívida aos fornecedores que o Governo anterior nos deixou!

Tínhamos uma absoluta falta de credibilidade no mercado, que dificultava a aquisição dos produtos e equipamentos que os nossos hospitais necessitam!

Pois, nós vamos servir agora de *carro vassoura*, porque vamos limpar 75 milhões de euros dessa dívida!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo)

O Orador: E, Sr. Deputado, há uma parte em que eu discordo de V. Exa. embora concorde com a parte inicial e o diagnóstico que fez, e que já foi aqui abordada pelo Sr. Deputado Nuno Barata. Ou seja, nós não podemos transformar o nosso Sistema Regional de Saúde numa espécie de Alcatraz, em que dali não sai ninguém.

O que é necessário é criar as condições para que as pessoas não saiam. Mas é necessário que as pessoas não considerem que estamos a criar aqui um sistema prisional, uma espécie de Alcatraz. Isso não funciona!

O que funciona não é utilizar esse tipo de mecanismos e pressionar as pessoas desta forma. Mas, sim, criar as condições para que as pessoas se sintam cómodas em transferir-se ou ficar no nosso sistema regional de saúde.

É isso que tem que ser feito e não o contrário.

Devo dizer-lhe que criar um sistema privado...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... ao lado dum sistema público, basta olhar para os números em Portugal e ver onde é que nós temos as melhores respostas?

É onde existe o privado e o público, em que os meios se complementam. Os dados estão aí, basta consultar. A partir do momento em que é necessário e é possível criar sinergias, as respostas melhoram.

O que não se pode fazer – e termino, Sr. Presidente – é o que aconteceu por exemplo na Clínica do Bom Jesus, eu não estou esquecido. Foi uma matéria que a RTP-Açores levantou na altura, em que existiam conflitos de interesses e procedimentos pouco claros!

Deputado António Lima (BE): Ah e agora já não há?!

O Orador: E afinal, a RTP-Açores e os partidos políticos ao colocarem essa questão tinham razão. Tanto é assim que esta matéria foi enviada para o Ministério Público, como foi respondido através dum requerimento que eu fiz ao Governo Regional sobre este assunto.

Isso é que não pode acontecer! Mas já aconteceu e foi com o Governo anterior!

Finalmente, Sr. Deputado Tiago Lopes...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... termino consigo.

Nesta matéria, tem que existir sentido de responsabilidade. E V. Exa. já demonstrou o sentido de responsabilidade que tinha com dois episódios pouco recomendáveis.

Em 1º lugar, quando foram realizados os testes em massa em Rabo de Peixe, em que V. Exa. disse que era um *show off*.

O 2º episódio foi quando a Região estava a enfrentar dificuldades no final do anterior do Governo, na transição para este Governo, e V. Exa abandonou o lugar, abandonou os açorianos e abandonou as suas responsabilidades!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Informo que o PPM esgotou o seu tempo para este período de tratamento de assuntos políticos.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima para encerrar esta declaração política.

***Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradecendo as intervenções que se seguiram e o debate que foi interessante, começo por dizer que os partidos da Coligação e o Governo dizem que não tiveram ainda tempo para planear e trabalhar nas soluções que são necessárias.

Reconheço, como não podia deixar de ser, com razoabilidade, que não se pode mudar tudo, não se pode mudar a grande maioria das coisas em 3 ou 4 meses.

Mas há matérias que se podem mudar e isso deve ser feito, desde logo, a começar pelo planeamento que tanto exigia o PSD no ano passado, na recuperação das listas de espera. Tanto exigia e até recomendava. Em primeiro lugar, esse já poderia estar mais do que feito.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Eu acabei de dizer!

O Orador: Em segundo lugar, havia medidas muito simples, tal como alertei daquela tribuna.

Saíram profissionais do Serviço Regional de Saúde, verdade ou mentira? É verdade. Não foi o Bloco de Esquerda que disse. Foi a Secção Regional da Ordem dos Enfermeiros.

Saíram profissionais e o que é que fez o Governo? Ofereceu-lhe ou abriu vagas para eles ficarem no Serviço Regional de Saúde? Utilizou, se fosse caso de extrema necessidade, o estado de emergência que prevê e permite que o Governo possa impedir que eles saiam pelo menos durante esse estado de emergência?

O que é fez o Governo...? Ficou impávido a assistir a eles irem embora, enfermeiros a saírem, quando são precisos para, por exemplo, levar a cabo o processo de vacinação que está em curso.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Menezes*): Isso não é verdade!

Deputado Bruto da Costa (*PSD*): Não apoiado!

O Orador: Como é que vai vacinar os açorianos todos, quando tiver vacinas suficientes para escalar a vacinação e ampliá-la?

Como é que vai vacinar, se perdeu 50 enfermeiros? E essa é responsabilidade deste Governo e não a pode rejeitar!

O Orador: E sobre esta matéria, também, vieram os velhos fantasmas do preconceito ideológico sobre o público e o privado.

Talvez não tenham ouvido aquilo que eu disse ali daquela tribuna.

O Bloco de Esquerda, nesta altura em particular, para acorrer às listas de espera que são brutais e gritantes, defende que o Governo deve lançar mão de todos os recursos que estão ao seu dispor.

O que não se compreende é que esse recurso e essa produção acrescida que vai ser necessária para recuperar aquilo que ficou por fazer, se faça com os mesmos profissionais que trabalham nos hospitais públicos, mas que vão fazer o serviço num hospital privado. Ali, certamente que sairá mais caro à Região. E alguém ganhará com isso.

Isso não é proteger nem as pessoas nem o Serviço Regional de Saúde!

Isso só fará engordar os bolsos de alguns, à custa do drama que é o desespero das pessoas que esperam anos e anos por uma cirurgia!

Isso não serve o Serviço Regional de Saúde!

Fixar os profissionais, rever-lhes as carreiras, aumentar-lhes as condições de trabalho. Criar novas carreiras para aqueles que necessitam, como é o caso dos assistentes operacionais que são tão importantes e fundamentais no SRS, mas que são os que pior recebem e piores condições de trabalho têm. Isso tem que ser feito.

Sobre a liberdade de escolha que também foi aqui referida, eu gostaria de dizer que para ir a um hospital privado, a liberdade de escolha não existe. Só vai quem pode.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: não é verdade!

O Orador: O Serviço Regional de Saúde só tem de garantir a igualdade a todos os cidadãos.

Só para terminar este apontamento, cito Isabel Vaz, Presidente do Grupo Luz Saúde que em tempos disse que “melhor negócio do que o das armas, só o negócio da saúde”.

Por isso, diz quem sabe do negócio. Está tudo dito e explicou bem como é que estas coisas funcionam.

Certamente teremos oportunidade de debater o orçamento da saúde e a suborçamentação no próximo mês com o plano e orçamento.

Aquilo que teremos que fazer, não é apenas dizer que vamos acabar com a suborçamentação. É preciso perceber como é que ela vai ser feita. E se é para gastar dinheiro a engordar os lucros do hospital privado, esse não é o caminho.

Temos que investir no Serviço Regional de Saúde. E esse investimento tem que ser feito dentro de portas, porque no futuro é ele que nos vai acudir a todos, como tem sido durante esta pandemia. E como ficou demonstrado, sem o SRS não tínhamos recursos para atender a este momento tão grave das nossas vidas.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda também já esgotou o seu tempo para esta manhã.

Está encerrada esta intervenção política.

Vamos fazer o nosso intervalo da manhã. Regressamos às 12h25.

Eram 12 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas 33 minutos.

O PPM, a iniciativa Liberal e o PAN comunicaram à Mesa que não têm declarações políticas para este plenário.

Estava prevista uma comunicação do Governo Regional que, entretanto, também prescindiu da mesma.

Sendo assim, vou abrir um período reservado ao tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante ao abrigo do Artigo. 76º do nosso Regimento.

A Mesa tem uma inscrição para uma intervenção de interesse político relevante, uma coisa que não se faz há muitos anos na nossa Casa.

Portanto, é com gosto que dou a palavra para esse efeito, à Sra. Deputada Valdemira Gouveia. Dispõe de 10 minutos.

Tem a palavra.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Por um combate mais eficaz à problemática das dependências.

O grupo parlamentar do Partido Socialista traz hoje a esta casa um assunto de elevada complexidade e que, permitam-me dizê-lo, sem quaisquer rodeios, que tem sido uma causa pela qual me tenho empenhado há muito tempo.

Mas subo a esta tribuna, não para falar da minha experiência subjetiva no terreno, mas sim sobre o que nos é dito por esta população acerca deste problema psicossocial.

O grupo parlamentar do Partido Socialista traz aqui este assunto por forma a colocá-lo na agenda de prioridades do Governo Regional.

E isto porquê?

Segundo a informação do Instituto Nacional de Estatística - e cito - “as percentagens associadas à vulnerabilidade social, de 2018 totalizam mais de 20% da população residente em Portugal e mostram a necessidade de um acompanhamento social, onde seja estabelecida uma mediação entre o perfil de vulnerabilidade e os recursos disponíveis, a fim de se melhorar a qualidade da intervenção.”

Várias iniciativas foram levadas a efeito na nossa Região Autónoma dos Açores, por forma a que os nossos jovens e adultos, com comportamentos aditivos alterassem os seus modos de vida. No entanto todo este trabalho desenvolvido, mostrou-se, por vezes, aquém das necessidades manifestadas por estas pessoas com perturbação de dependências e comportamentos aditivos, sendo esta fragilidade também uma das causas e consequências da toxicodependência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Passo a citar ainda “de acordo com os estudos realizados referidos nos relatórios do Serviço de Intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências (SICAD) e o Observatório Europeu da droga e das Toxicodependências (OEDT) mostram-nos a todos esta dura realidade de que a toxicodependência é de facto um problema psicossocial e de saúde pública e que afeta todo o mundo e de forma especial e preocupante a nossa Região Autónoma dos Açores.

Em 2016/2017 a mesma entidade (SICAD) realizou junto da população portuguesa o IV inquérito Nacional do consumo de substâncias psicoativas e em 2019 apresentou o relatório com os dados atualizados.

A frieza dos números indicados e que mostra a existência de um aumento nos consumos de novas substâncias psicoativas na nossa Região.

Porém há a registar uma diminuição no consumo de cannabis, heroína e uma diminuição de 3,3 pontos percentuais, de consumo de álcool por parte dos nossos jovens e adultos, mantendo assim a Região abaixo da média Nacional, o que se deveu aos programas de prevenção levados a cabo em algumas Escolas da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Há que defender a prevenção e a intervenção nos comportamentos aditivos seguindo as características:

- Do reforço de equipas multidisciplinares que não se circunscrevam apenas à medicina e enfermagem, uma vez que se tratando de um problema com etiologia multideterminada, a sua intervenção deve ser também multidisciplinar, nomeadamente incluindo a promoção de saúde mental e psicoterapia;
- A necessidade de se realizar uma melhor e atenta investigação na área destes comportamentos aditivos, por forma a descobrir fatores específicos no contexto Açoriano assim como a sua interação com contextos universais de etiologia das dependências de substâncias psicoativas, subjacentes, aos dados preocupantes nos comportamentos aditivos da nossa Região, que subsistem em larga escala.
- Uma campanha de literacia em saúde pública e mental com enfoque na componente psicossocial da toxicod dependência, que desestigmatize as pessoas que padecem deste problema social, sensibilizando a comunidade para a importância de se envolver nesta luta que é de todos e todas nós, no sentido de não apenas da prevenção dos comportamentos aditivos, como também da inclusão destas pessoas na comunidade como membros ativos, válidos e sem serem alvo de preconceitos e discriminação.
- Um estudo aprofundado e com uma equipa multidisciplinar, com sociólogos e especialistas na área da antropologia, para que se possa compreender as especificidades, inclusivamente culturais e as suas

diferenças de Ilha para Ilha, do elevado consumo, nomeadamente do aumento de substâncias sintéticas.

Isso implica acompanhamento humano, que reconheça a individualidade da pessoa com estes comportamentos, não caindo em pseudossoluções que não reconheçam a diversidade desta população.

A intervenção pluridisciplinar com vista a articulação entre Associações, Fundações e IPSS e a própria envolvimento e colaboração comunidade na busca de outras estratégias e iniciativas fomentadoras da inclusão social.

É importante que esta população seja incluída em vertentes ocupacionais, sobretudo quando eles próprios mostram interesse.

Temos de atrair estes jovens consumidores mais difíceis e excluídos pela sociedade, por vezes estigmatizados, encaminhando-os para o tratamento à desabilitação, promovendo-os e dar-lhes um projeto de vida com uma certa dignidade.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Os princípios humanistas que alicerçam todo o espectro ideológico que compõe esta nossa Assembleia, impele-nos a concluir que não podemos abandonar estes e estas jovens que vivem em condições de vulnerabilidade social, seja pela ausência do vínculo dos seus familiares, pela negligência na prestação de cuidados de prevenção, ou até de desproteção de direitos fundamentais.

Assim, a terminar, importa dizer que o grupo parlamentar do Partido Socialista acredita na pertinência da articulação entre as entidades competentes, bem como a necessidade de se promover um trabalho concertado, desenvolvido por equipas especializadas, com vista a mobilizar competências numa terapia de continuidade, que visem a redução dos

comportamentos de risco e a promoção de literacia em saúde, bem como a reinserção social e ocupação laboral.

Esta é uma causa nos convoca a todos e a todas.

Disse.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Vou abrir agora um período, ao abrigo do Artigo 84º, para quem quiser prestar esclarecimentos ou formular pedidos de esclarecimento. Tem 3 minutos para o efeito, por cada pedido ou prestação de esclarecimento.

Evidentemente que este tempo será concedido a quem ainda tem tempo global previamente definido.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a Sra. Deputada Valdemira Gouveia pela sua intervenção. E não é por acaso que num local onde a litigância verbal muitas vezes predomina, como ainda há pouco se assistiu, conseguiu o aplauso unânime da câmara. Isso demonstra a pertinência da sua intervenção e a forma séria como a fez. E gostaria de saudá-la por isso.

De facto, conforme já tive oportunidade de referir, desde logo em sede da própria Comissão de Assuntos Sociais, estamos perante um drama transversal e que merece, da parte do Governo, a prioridade da sua atenção ao nível do setor que tutelou.

De facto, estamos perante um problema que não é de ninguém, não tem cor, nem qualquer orientação. É um problema transversal que destrói famílias, pessoas, a sociedade, nos seus mais variados níveis.

Nos Açores, temos números muito preocupantes. Se de facto há uma redução nas chamadas *drogas clássicas*, a situação é absolutamente inversa nas novas substâncias psicoativas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E devo referir, a título de exemplo, que em 2016-2017, 3.7% dos açorianos tinham consumido ao longo da vida este tipo de substâncias, quando a nível nacional eram 0.3% - estamos a ver a diferença.

Já no ano adiante, nos Açores eram 6.4 %, enquanto a nível nacional eram 0.5%. Nos últimos 12 meses, os açorianos que consumiram substâncias psicoativas eram 3.6%, passaram para 6.1%, quando a nível nacional eram 0.2% e 0.4%.

Estamos a falar de números assustadores e dramáticos. E independentemente do que tenha sido feito ou não, é esta a realidade que tem de ser atacada. E tem de ser atacada, na perspetiva do Governo Regional, a montante, na prevenção.

Tudo o que se possa fazer para tratar, para criminalizar, já estamos a minimizar danos e a tentar corrigir problemas. Temos que atacar antes deles existirem. E para isso, já anunciei na Comissão de Assuntos Sociais, e reitero aqui, que o Governo Regional vai implementar um programa global, interdisciplinar que envolva um conjunto de entidades que ataque este problema antes dele surgir.

Este programa envolve, desde logo, a própria educação. Entendemos que é essencial nas idades mais jovens haver uma consciencialização, uma sensibilização e uma intervenção eficaz, no sentido de evitar este tipo de consumos, mas também de uma forma particular, o desporto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Entendemos que o desporto é uma forma essencial de podermos atacar este problema. E o desporto de forma saudável, considerando – e temos essa consciência – que nos meios desportivos também há consumo de droga.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: É importante, por isso, haver uma sensibilização até dos próprios dirigentes, dando-lhes ações de formação, no sentido de identificarem e saberem abordar este problema, sem estigmatizar ou sem ter qualquer tipo de comportamento que acentue o problema.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Secretário.

O Orador: Terminou já Sr. Presidente.

E é esta formação transversal que defendemos, envolvendo a educação e os mais novos, com uma sensibilização permanente e eficaz, ao nível do desporto e com o programa que estamos a construir com as próprias autarquias locais, envolvendo todos os agentes que possam ter uma intervenção próxima e direta. E quando falo em autarquias locais, falo em termos de câmaras municipais e juntas de freguesia que são aqueles que, muitas vezes, melhor conhecem a realidade e sabem quais são os problemas que identificamos.

Este programa transversal terá uma abordagem de ilha, mas fundamentalmente, uma abordagem *chapéu* do todo regional, no sentido de atacarmos esse problema com eficácia, para que, daqui a algum tempo, consigamos fazer com que estes números não sejam os de agora e tenhamos uma sociedade muito mais saudável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nessa medida, o Governo Regional já prevê neste plano e orçamento verbas específicas, exatamente para a prevenção, onde estão previstos 1.140.488€ (milhão de euros), mas também prevemos, de acordo com aquilo que a Sra. Deputada referiu, programas específicos para a saúde mental e também para a aliteracia em saúde.

É nesta visão integrada e sistémica, em que tudo conta para resolver o problema dos açorianos e para que tenhamos melhor vida e melhor saúde, que o Governo Regional está motivado.

Muito obrigado Sra. Deputada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PSD, do CDS-PP e do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário Regional.

Permitam-me que saúde, em nome da Assembleia, a Sra. Ex-Deputada desta Casa, Catarina Chamacame Furtado que nos acompanha nas galerias.

Muito obrigado.

(Aplausos da câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Valdemira Gouveia:

Muito obrigado pelo tema que nos trouxe.

Efetivamente um tema muito pertinente e que merece toda a nossa atenção, porque afeta a nossa sociedade, é transversal a ela, em todas as faixas etárias. E, portanto, merece a nossa atenção.

É um problema multifatorial.

Estamos numa Região ultraperiférica, arquipelágica e autónoma, com as suas competências próprias, num país que tem outras competências dentro desta Região Autónoma.

Se bem que nós, no âmbito da saúde e da educação, tenhamos o nosso poder de decisão, já não o temos naquilo que é a Administração Interna. E eu considero que parte do problema que temos, é exatamente esse.

Nós, enquanto Região Autónoma, não temos a plenitude dos mecanismos ao nosso dispor, para podermos prevenir esta problemática.

Não interessa só a literacia que é importantíssima, seja ela para prevenir a toxicodependência, seja ela para prevenir doenças como a obesidade, a cárie dentária, a diabetes e outras.

É preciso que a droga não circule. E isso foge completamente ao controlo, seja desta Assembleia seja deste Governo, porque é uma competência exclusiva do Governo e da Assembleia da República.

Se bem que temos esse dever e temos esses mecanismos de atuar ao nível da prevenção, falta-nos depois o outro para controlar a circulação ou a entrada das substâncias dentro da nossa Região.

Posta esta perspetiva, que não podemos descurar nem ignorar, alinho com o que disse o Sr. Secretário que é preciso atuar ao nível da aliteracia, mas também é preciso dar aos nossos jovens, mais alternativas e outras oportunidades.

Falou, e bem, do desporto. Mas eu lembro que na nossa Região, felizmente, temos também muita atividade cultural, nomeadamente ao nível das filarmónicas. E aqui entra a parte da educação.

Podemos e é nosso dever, se queremos efetivamente atacar não só este problema, como todas as outras doenças que eu já referi, ou seja, dar aos jovens conhecimento, literacia, às famílias, dando lhes também oportunidade, eu creio que está na nossa mão podermos criar um sistema de ensino que ofereça às famílias, fora dos horários normais das atividades letivas, oportunidades seja no desporto, nas artes, na música ou muitas outras áreas, de forma a mantê-los ocupados, por um lado e longe da tentação e, por outro, dar-lhes literacia e conhecimento.

Era esta a reflexão que eu gostaria de partilhar aqui.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PSD, do CDS-PP e do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O fenómeno das dependências é verdadeiramente um flagelo social e é, sem espécie de dúvida, uma das preocupações centrais das famílias açorianas, nomeadamente para quem tem filhos.

Todos nós temos nas dependências uma preocupação efetiva, diária e vivemos sempre na incerteza sobre o futuro dos nossos filhos. E, portanto, a nossa Região, tal como o país e todas as sociedades, tem uma preocupação muito grande com este verdadeiro flagelo social.

A Sra. Deputada Valdemira Gouveia trouxe, por isso mesmo, aqui ao debate no Parlamento, um tema da maior pertinência e atualidade. Isso tem que ser saudado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Na nossa perspetiva, e já o dissemos anteriormente, tem faltado à nossa Região uma verdadeira estratégia de prevenção e combate às dependências. Dissemo-lo e reiteramo-lo, embora não seja este o foco da nossa intervenção, porque tivemos um percurso ziguezagueante de 2008 até agora e pretendemos que este novo Governo, para um novo tempo nos Açores, tenha uma verdadeira estratégia regional para abordar o fenómeno das dependências, que está devidamente identificada no programa do Governo e que acompanharemos com

um espírito construtivo e positivo, mas também com mesmo grau de exigência que tivemos ao longo dos últimos anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E relativamente à nossa Região, relembro um dado muito concreto para percebermos bem do que é que estamos a falar.

Para além dos dados já apontados pelo Sr. Secretário Regional em relação aos relatórios anuais, o Estudo de Caracterização dos Comportamentos Aditivos na RAA que foi elaborado na sequência duma resolução aprovada por unanimidade aqui no Parlamento, e que deixou de fora as escolas profissionais – um aspeto negativo, na nossa perspetiva – mesmo assim, comprovou que na população estudantil de cada uma das nossas ilhas, entre 21,6% (jovens da ilha Terceira) e 52,4% (jovens da ilha do Pico), tiveram a coragem de confirmar já ter tido experiências de consumo de substâncias psicoativas. E, portanto, estes dados são suficientemente graves para merecer a nossa maior atenção e para merecer uma ação muito concreta por parte do Parlamento e por parte do Governo.

Portanto, neste aspeto, penso que o Parlamento tem um papel importante. Os 3 grupos parlamentares que suportam a Coligação do Governo – o PSD, CDS e PPM – apresentaram, já nesta Legislatura, uma iniciativa com vista à criminalização das drogas sintéticas, uma anteproposta de lei que pretende que a Assembleia assumira uma posição firme e que remeta, na forma de proposta de lei à Assembleia da República...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: ... termino já Sr. Presidente.

Dizia eu, para combatermos de forma efetiva o consumo de drogas sintéticas que na nossa Região se têm afirmado como um verdadeiro problema de saúde pública, por si só, e portanto, com o contributo de todo o Parlamento e com a ação que se pretende dinâmica e eficaz do novo Governo Regional, estamos

certos que conseguiremos melhorar - não eliminar na totalidade, porque isso é impossível – de forma muito significativa o flagelo das drogas na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PSD, do CDS-PP e do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Valdemira Gouveia:

A senhora que vem de uma zona onde esse tipo de comportamentos tem sido crescente nos últimos anos, sabe bem o problema que vivemos. E, por isso, agradeço-lhe ter trazido a esta Casa um dos problemas que mais me preocupa e que, ainda nesta Legislatura e neste lugar, já falei.

Um grande político norte-americano dizia que “os planos são feitos para falhar”. Mas se não planearmos, falhamos de certeza absoluta.

Portanto, também nesse particular, e apesar de termos um Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos que foi apresentado em 2013 e que teria como resultados finais 2020, ter falhado redondamente, de resto, um plano fantástico de 140 e não sei quantas páginas, tem 7 ou 8 páginas de abreviaturas e 11 de bibliografia, nota-se que é um plano extraordinário. Mas falhou redondamente.

Falhámos todos. Não falharam os Governo anteriores. Não falhou este Governo em funções há 130 dias. Falhámos todos. E falhámos todos precisamente naquilo que foi referido pelo Sr. Secretário e que foi na prevenção. Andámos preocupados em correr atrás do prejuízo e falhámos na prevenção. Desde logo,

das dependências na sua globalidade, no álcool, nas drogas leves, nas drogas pesadas tradicionais, nos NSP's a crescer, como já ouvimos recentemente na Comissão de Assuntos Sociais, de forma exponencial. E, portanto, carece que se faça o tratamento deste problema precisamente na área da prevenção. Prevenção, prevenção e mais prevenção!

E sim, Sr. Secretário, concordo consigo quando diz que é pela ocupação dos jovens, principalmente na área do desporto, que esta prevenção se faz em primeira instância. Faz-se também, obviamente, pela literacia das famílias, quer em termos de saúde pública quer em termos de saúde particular. E até mesmo pela literacia financeira, pois é muito fácil explicar às pessoas que podem viver muito melhor, se gastarem o dinheiro bem gasto e se ensinarem os seus filhos a não gastar o dinheiro onde não devem. Portanto, também é preciso fazer esse trabalho.

Nós formamos através da Universidade dos Açores centenas de profissionais de serviço social. E eu pergunto que é que andaram a fazer esses profissionais de serviço social nos últimos anos nessas comunidades que têm mais problemas?

Este problema que começou por ser urbano há 20 anos, hoje é, como disse e bem o Sr. Secretário, transversal à sociedade açoriana. Não escolhe condição social, não escolhe se é no meio urbano ou rural. Não escolhe meio para proliferar.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, Sra. Deputada Valdemira Gouveia, muito obrigado por ter trazido a esta Câmara tão importante assunto e tão relevante debate.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Valdemira Gouveia:

Muito obrigado por ter trazido a esta Casa este determinante tema que é, no fundo e principalmente, um tema que muito constrange os nossos jovens e os pais deles.

Efetivamente, cada toxicodependente na nossa Região não tem só um pai e uma mãe. Tem muitos pais e muitas mães, porque este é um problema que nos aflige a todos, independentemente de termos ou não filhos nessa condição. O que é certo é que temos obrigação social de fazermos tudo o que estiver ao nosso alcance para contrariar essa crescente dependência, principalmente junto dos nossos jovens.

Devo dizer que concordo com todas as intervenções já aqui feitas sobre este assunto e queria lançar apenas mais um elemento que também me parece determinante naquilo que pode ser futuro dos nossos jovens. É preciso que haja esperança. É preciso que eles percebam que a sua vida pode ter um rumo. E isso é determinante para que cada um deles, a partir de bem cedo, comece a fazer o seu projeto de vida.

A esperança é muito importante na nossa juventude. O criar sentido de esperança e de oportunidade, é decisivo para que os nossos jovens não caiam no facilitismo de negar-se a ter um futuro.

Por isso, é sempre muito importante que tudo o que se puder fazer em termos de iniciativas, em termos de posições que levem a que os nossos jovens percebam que nos preocupamos com eles e que esta terra tem futuro, será sem dúvida determinante para o sucesso desses mesmos jovens.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia.

(*) Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas e Deputados, Sr. Presidente e Srs. membros do Governo:

O Partido Socialista levou a cabo inúmeras ações e programas de combate à toxicod dependência. E a prova está nalguns resultados na redução destes consumos. Mas, como todos nós sabemos, a nossa população está a ver-se confrontada com um tipo de consumo que é novo e que são as drogas sintéticas. E este impacto e grau de dependência são de tal ordem elevados, que implica fazermos um novo e coletivo esforço para compreendermos melhor os fatores subjacentes a este aumento.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do Deputado João Bruto da Costa e do Secretário Regional da Saúde)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço.

Regressamos às 15 horas com a agenda de trabalhos.

Bom almoço a todos.

Eram 13 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

A Mesa rececionou dois pedidos, ao abrigo do Artigo 81º do nosso Regimento, para apresentação de Projetos, sendo que o primeiro trata-se dum de Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 22/XII – “Medida de Apoio ao Reforço dos Incentivos à Contratação de Jovens” – apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes para apresentação do diploma.

Dispõe de 10 minutos Sr. Deputado.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores apresenta nesta Sessão Plenária uma iniciativa legislativa com o objetivo de apoiar a contratação de jovens trabalhadores, através de incentivos reforçados para promover a empregabilidade e a estabilidade laboral desta faixa etária, e também facilitar a sua integração no mercado de trabalho.

Quando se advinham tempos muito difíceis devido ao choque infligido pela crise pandémica, os Açores têm de criar condições para continuar a desenvolver e a intensificar apoios, sobretudo na área do emprego e, em particular, do emprego jovem.

Porque a crise pandémica veio agravar as desigualdades, alterar profundamente as perspetivas laborais, em particular dos grupos de trabalhadores mais frágeis, fazendo parte desses grupos os mais jovens.

Não há saída para a crise sem valorizarmos e dignificarmos as pessoas.

Podemos contribuir para uma recuperação rápida e plena da atividade económica ao mesmo tempo que promovemos uma maior qualidade e estabilidade do emprego, evitando que os mais jovens sejam os mais sacrificados pelas incertezas que estes tempos lhes trazem.

É o emprego, a manutenção e o aumento quer do emprego quer dos rendimentos que consegue permitir um crescimento económico e responder eficazmente às crises e, por isso, é que estamos hoje a apresentar este Projeto de Decreto Legislativo Regional ao Parlamento Açoriano.

Com esta iniciativa, o Partido Socialista dos Açores propõe, num processo simples e transparente, juntar as atuais medidas de apoio à contratação de jovens numa só medida, garantido, na conjuntura que vivemos hoje, um aumento dos apoios financeiros quer para os jovens trabalhadores quer para as entidades empregadoras.

A medida traduz um aumento de 30%, na maioria dos atuais apoios de incentivo, a atribuir às entidades empregadoras que celebrem contratos de trabalho com dois grandes grupos de jovens: os jovens desempregados abaixo dos 35 anos e os jovens inativos que estão desempregados.

Deste quadro de apoios de incentivo para a contratação, estão incluídas as medidas INTEGRA, na vertente do “INTEGRA JOVEM”; Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário L e T; “Estabilidade Laboral Permanente – ELP”, quer na conversão quer na contratação sem termo.

Além do mais, é de sublinhar que tão importante como o reforço financeiro é a rapidez e a simplicidade na atribuição dos apoios, e nesse aspeto este projeto também prevê que seja possível um pagamento inicial, no montante equivalente a 60% do incentivo aprovado, quando o contrato de trabalho for de natureza efetiva.

O que aqui estamos a apresentar são mais 30% em termos de incentivo financeiro e isso faz toda a diferença para apoiar e promover a empregabilidade jovem, e para reforçar a contratação de trabalhadores pelas empresas que estão há doze meses a ter uma redução contínua e constante da sua atividade.

Portanto, o efeito multiplicador que esta medida tem, é que estamos a direcionar as empresas para a contratação de trabalhadores e, por essa via, nós estamos a

promover contratos mais estáveis e a garantir um rendimento muito importante para os jovens trabalhadores, sobretudo no contexto atual.

É este o aspeto essencial, esta a matriz e o efeito multiplicador muito significativo que esta medida tem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos um tempo de incerteza, mas há certezas que garantidamente temos, uma dessas tem a ver com a centralidade da juventude na recuperação da atividade económica que se quer rápida, plena e inclusiva.

É um desígnio regional mobilizar políticas ativas de emprego para assegurar resposta aos desafios dos jovens, de forma a introduzir mais dignidade, qualidade do emprego e segurança aos rendimentos, ancorada numa estratégia de combate à precaridade.

A luta contra o vírus da precaridade laboral tem de ser tratada como uma pandemia em todas as suas formas de manifestação. Os jovens continuam a ser a geração precária, que quando consegue arranjar um emprego, muitas vezes é um emprego sem estabilidade.

E perante os grandes desafios que ainda subsistem, uns antigos que a pandemia agravou e outros com que agora somos confrontados, temos todos que trabalhar mais, agentes políticos e parceiros sociais, todos unidos para melhorar e reforçar a aposta nos apoios públicos na empregabilidade e na dinamização e criação de emprego jovem.

Portanto, reforçar o clima de segurança e estabilidade no emprego, sobretudo numa altura como esta, tem uma importância acrescida e central não apenas para o Partido Socialista dos Açores, mas para cada um dos trabalhadores e, em particular para cada um dos jovens trabalhadores.

É, por isso, que propomos reforçar e adequar incentivos à contratação, não só pelas alterações da conjuntura que ainda atravessamos, como também pelo

impacto muito positivo que terá na recuperação da atividade económica e no emprego jovem, e essa é a nossa grande prioridade.

Porque o emprego é a melhor política para fixar os jovens nos Açores.
Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Segundo o nosso Regimento, há um período de pedidos de esclarecimento.
Pergunto se há inscrições para tal?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à apresentação do outro diploma, desta feita, o **Projeto de Resolução nº 51/XII – “Modelo alternativo de Transporte Marítimo de Mercadoria nos Açores”** - apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins que dispõe de 10 minutos.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Numa região arquipelágica como a nossa é fundamental que exista uma rede de transportes marítimos eficiente, devidamente articulados e, sobretudo, dimensionados à escala das trocas comerciais entre as ilhas dos Açores e entre estas e o Continente.

A economia açoriana está estrangulada pelos transportes, sucedendo-se as queixas dos nossos empresários sobre as dificuldades que sentem quanto ao

escoamento dos produtos da pesca, da agricultura e da pecuária, bem como quanto aos atrasos verificados na mercadoria vinda do Continente. Ora por falta de capacidade de carga, ora porque os horários não estão devidamente articulados, ora porque simplesmente o navio não vem.

Não temos qualquer dúvida de que um modelo de transportes marítimos que resolva as questões logísticas das mercadorias é seguramente o investimento com maior retorno para a economia da Região.

O atual modelo de transportes marítimos, em que a cabotagem insular é realizada por três operadores, a Transinsular, a Mutualista e a GSLines, os quais, supostamente, fazem o transporte direto do Continente à ilha de destino, acarreta, aparentemente, custos demasiado elevados, que penalizam a competitividade das nossas empresas.

Este aparente sobrecusto é supostamente aduzido ao facto de neste momento a carga trazida para a Região estar a ser descarregada no porto de Ponta Delgada sendo a cabotagem insular assegurada por apenas uma delas, a qual subcontrata o serviço de outra para o efeito.

Apesar destas empresas que operam nos Açores não serem subsidiadas pelo orçamento da Região, são, na realidade, pagas pelo dinheiro dos açorianos, uma vez que os produtos chegam às prateleiras dos espaços comerciais a preços mais elevados por via desse sobrecusto.

De pouco ou nada servem todos os subsídios, apoios e incentivos quer ao escoamento dos produtos açorianos, quer à importação de fatores de produção, se a rede de transportes não for capaz de dar garantias de uma resposta eficiente.

Também o transporte e distribuição de carga inter-ilhas pode ser um fator de desenvolvimento da economia regional, potenciando os negócios com empresas locais que poderão ser, por esta via, tão competitivas como qualquer outra empresa do Continente.

Há não muito tempo, vários especialistas nesta matéria, de simpatias transversais ao espectro político-partidário da Região, têm deixado públicas as suas opiniões sobre modelos alternativos que tornariam a operação economicamente muitíssimo mais vantajosa.

Impõe-se, por isso, e é o que o CDS propõe que se estude a possibilidade de um modelo alternativo de transporte marítimo de mercadorias, nos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PS, do CDS-PP e do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimento?

(Pausa)

Não havendo, estão assim apresentados ambos os diplomas.

Vamos dar continuidade à nossa agenda, entrando no ponto 6, **Projeto de Resolução nº 1/XII – “Recomenda ao Governo Regional a atribuição de um Subsídio de Risco aos Bombeiros Profissionais ao Serviço das Associações Humanitárias dos Açores como suplemento remuneratório”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para fazer a sua apresentação.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Encontramo-nos uma vez mais aqui nesta câmara para, esperemos nós, poder ser atores de mudança positiva na vida dos açorianos, neste período que se tem

apresentado bastante delicado e complexo, considerando a conjunta epidemiológica na qual nos encontramos e à qual temos de nos adaptar.

Ora, foi exatamente o contexto em que vivemos que motivou a presente iniciativa do PAN/Açores, pois a atual conjuntura permitiu-nos olhar para as fragilidades do nosso sistema público e para algumas profissões com outra visão que há muito estavam esquecidas, como é o caso de umas das mais dignificantes ocupações ao serviço da comunidade e instituições sociais, com espírito de sacrifício e generosidade que exige um reconhecimento oficial do seu valor – a dos bombeiros. E há muito que reclamam, justamente, por uma revisão do regime legal da respetiva atividade, com vista à modernização das respostas às atuais necessidades sentidas por estes profissionais e voluntários.

Foi com este intuito, que no decurso da nossa campanha eleitoral, o PAN/Açores teve múltiplos encontros com diversas corporações de bombeiros por toda a Região e ouviu as preocupações sobre as condições em que exercem a sua atividade, sobretudo no contexto epidemiológico e de emergência sanitária, ficando, assim, latente a discriminação existente entre esta categoria profissional, bombeiros e os demais profissionais que estão diariamente expostos a situações de penosidade, risco e perigo para a respetiva saúde, como por exemplo os trabalhadores dos matadouros.

Sem prejuízo do atual contexto epidemiológico fruto do novo coronavírus, cujas evidências são incontestáveis, cremos não existirem fundamentos para essa discriminação negativa e desigualdade se perpetuar e temos condições para alterar a situação, que é aquilo a que nos propomos e que motivou a entrada deste projeto.

É evidente o célere desgaste físico e psicológico inerente à atividade dos bombeiros em resultado da natural exposição a diversos fatores de risco laboral (tais como ruído, agentes físicos e biológicos, esforço físico, entre outros) que são suscetíveis de aumentar exponencialmente a probabilidade de virem a

ocorrer acidentes de trabalho e doenças profissionais graves, suscetíveis de causar um dano excepcional na sua saúde e como tal deve ser adequadamente compensado, de entre as quais se podem destacar as mais comumente existentes entre a comunidade, como a hipoacusia, o contágio com HIV, Hepatite B, tuberculose, bronquite, asma, patologias oncológicas variadas, ansiedade, *burnout*, entre outras.

Considerando que as condições de trabalho se podem tornar penosas quando existe uma sobrecarga física e psíquica e a insalubridade exponenciada, quando as condições ambientais ou os meios utilizados no exercício da própria atividade serem tacitamente nocivas à saúde do bombeiro, há um aumento de risco. Ou seja, o risco, a penosidade e a insalubridade estão dependentes das condições concretas do exercício da profissão pelo que, devem ser, prioritariamente, eliminadas, atenuadas ou diminuídas, através de instrumentos de compensação pelas perdas e danos psíquicos e físicos que resultem do exercício desta atividade.

Para o efeito, é fulcral, merecedor, justo e determinante a atribuição de um subsídio de risco, enquanto suplemento remuneratório, aos bombeiros ao serviço das associações humanitárias dos Açores.

Desse modo, urge rever e alterar o quadro legal vigente da Região aplicado à atividade dos bombeiros. É incondicional e inquestionável o brio profissional inerente à respetiva atividade, contudo, esse brio não se coaduna com os moldes em que se encontra a ser exercida, fruto do vazio legal existente no que respeita à aplicação de subsídio de risco, semelhante ao que já se aplica na Região a outras carreiras.

Não se encontram motivos para a perpetuação dessa desigualdade, daí a necessidade de colmatar o vazio legal existente através da criação de um mecanismo que permita compensar o esforço diário e total entregue dos bombeiros, que é o que pretendemos com este projeto de resolução.

Assim, pretendemos que o Governo Regional **considere a atividade dos Bombeiros ao Serviço das Associações Humanitárias dos Açores, uma profissão de risco e a atribuição do subsídio inerente.**

O nosso compromisso é com a diminuição das desigualdades no tratamento dado pelos órgãos de soberania aos nossos soldados da paz, que estão constantemente na linha da frente da proteção da saúde e segurança dos cidadãos açorianos. Esperamos que a Assembleia e o Governo Regional tenham a coragem de dar este primeiro passo connosco, e que este seja um compromisso conjunto, para o benefício de quem se levanta (da cama), para ajudar o próximo, sempre que a sirene toca.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, nós vamos no ponto 6 da nossa agenda, de 36 pontos (neste caso, são 34). Fora, as alterações que vão caindo em cima da hora. Fora os relatórios das Comissões onde não temos assento que temos que ler.

Isto é absolutamente incomportável para um único deputado, com um staff que tem ao seu serviço. Isto não é possível.

Há que fazer uma reflexão sobre esta matéria.

Eu já disse duas vezes, com outros modos, na conferência de líderes. E trago agora ao Plenário nesta interpelação à Mesa, para que todos façamos esta reflexão.

Ainda ontem, caíram propostas de alteração em cima da hora e eu já não sabia sequer o que é que estava a ler e a votar.

Portanto, pelo menos da parte da Representação Parlamentar do Iniciativa Liberal, não esperem que eu vá votar seja o que for “às cegas”.

Portanto, muitas vezes, algumas dessas iniciativas que insistem em trazer à agenda, vão - como se diz em bom português – *bater na parede e cair*, porque eu vou ter que me abster.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata o que é que quer que eu lhe diga...?

Deputado Nuno Barata (IL): O que o senhor quiser dizer!

Presidente: O senhor é testemunha, e creio que a Sra. e os Srs. líderes parlamentares, dos esforços que tenho feito em termos de conferência de líderes, com medidas e propostas concretas, quer para resolver esta situação de forma conjuntural para adaptarmos algumas das medidas, quer de uma forma mais estrutural, com uma proposta de revisão do Regimento que já está na vossa caixa de correio, enviada pela Presidência e, portanto, está nas vossas mãos.

Um dos pontos com o qual estamos confrontados, é que até à 4ª feira à hora de almoço, a nossa agenda pode ganhar 18 pontos.

Eu já disse que isso é ingovernável e insustentável, mas é preciso um entendimento da parte das Sras. e Srs. Deputados, e dos senhores líderes parlamentares, para alterarmos esta situação.

Portanto, eu já fiz propostas concretas nessa matéria.

E, portanto, é isto que tenho a dizer-lhe, Sr. Deputado Nuno Barata, sobre este assunto.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, gostaria apenas – instado pela interpelação do Sr. Deputado Nuno Barata – de questionar a Mesa sobre qual foi a posição do Bloco de Esquerda relativamente às propostas que o Sr. Presidente levou à conferência de líderes, nomeadamente a proposta que teria

um efeito superior de redução potencial da agenda, especificamente a redução do número de urgências?

Gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse qual foi a posição que o Bloco de Esquerda defendeu na conferência de líderes?

É que não é pela nossa posição que temos potencialmente mais 18 pontos na agenda, como temos, mas são as regras que temos em vigor e é com elas que temos que lidar agora, ou seja, com as virtudes e defeitos que elas nos trazem.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Eu não tinha percebido que era para uma interpelação, mas foi concedida a palavra. E, portanto, peço ao Sr. Secretário que tenha isso em consideração.

O Sr. Deputado colocou a questão e deu a resposta. E confirmo exatamente o que disse.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa para participar no debate.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em boa hora o PAN trouxe esta iniciativa – uma proposta de alteração integral – porque dessa forma, colmatou as nossas iniciais dúvidas relativamente à forma, e não ao conteúdo, porque quanto a esse, nós acarinhámo-lo desde o início por entendermos que é importante, sobre uma eventual inconstitucionalidade quanto à questão da redução do tempo de reforma e também uma violação ao princípio da igualdade, uma vez que eram considerados apenas os assalariados e não todos os bombeiros, ficando desta forma todas essas lacunas colmatadas. E, portanto, foi em boa hora que o fez. E nós iremos certamente acompanhar esta sua proposta.

Gostaria, no entanto, de referir que muitas das coisas que disse ali na tribuna são verdade e correspondem ao que se passa, e outras nem tanto. Pelo menos uma delas, que tem a ver com a referência feita ao facto de que a atividade dos bombeiros há muito estava esquecida. Isso não é inteiramente verdade. É

verdade que nunca será suficiente aquilo que se possa fazer para ir melhorando as condições, quer do exercício da atividade quer em termos de segurança no trabalho quer ainda financeiras ou outro tipo de incentivos que se possa dar a essa importantíssima atividade de pessoas para as quais nunca teremos a gratidão suficiente por aquilo que fazem por todos nós, os nossos Soldados da Paz.

Portanto, nessa parte não o acompanho. No resto, com certeza que sim. É uma atividade muito nobre que devemos acarinhar. E o PSD tem-no feito de várias formas, sempre que pode e como pode. E desta vez será dado mais um contributo da nossa parte, no sentido de se melhorar as condições de trabalho das nossas e dos nossos bombeiros.

Portanto, admitimos que o risco da atividade dos bombeiros é reconhecido por todos, e abrange todos os bombeiros, sejam eles voluntários ou assalariados.

Votaremos consigo esta proposta, porque achamos que é inteiramente merecida. Muito obrigado Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Apenas para saudar o PAN por esta iniciativa e dizer que o CHEGA também acompanha tudo o que seja para valorizar, defender e dar alguma dignidade aos nossos bombeiros e relevar o papel importante que eles têm na nossa sociedade, quer seja nos momentos de aflição quer seja em momentos de menos aflição. Estaremos sempre ao lado dos nossos Soldados da Paz, como assim são designados.

Por isso, será também favorável o nosso voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM, apoia o presente Projeto de Resolução apresentado pelo PAN, que pretende:

“considerar a atividade dos Bombeiros Profissionais e Voluntários ao Serviço das Associações Humanitárias dos Açores, uma profissão de risco e de desgaste rápido”;

“determinar um subsídio de risco aos Bombeiros Profissionais e aos Bombeiros Voluntários ao Serviço das Associações Humanitárias dos Açores”;

“permitir que o subsídio de risco implementado seja considerado para o cálculo da pensão de reforma aposentação”.

O Grupo Parlamentar do PPM defende que a inclusão dos Bombeiros Voluntários neste Projeto de Resolução é de elementar justiça, na medida em que os Bombeiros Voluntários correm os mesmos riscos que os Bombeiros Profissionais. Para riscos idênticos deve ser acautelado um tratamento e reconhecimento idêntico.

Assim sendo, a inclusão dos Bombeiros Voluntários no referido pagamento do subsídio de risco dá uma resposta justa, no sentido de missão que os mesmos prestam, em regime de voluntariado à nossa sociedade, é bom não esquecer.

Obrigado.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, porque nunca é demais fazê-lo, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores transmite nesta que é a verdadeira Casa da Autonomia dos Açores, um elogio sentido a todos os bombeiros da nossa Região que prestam um enorme serviço às nossas 9 ilhas e às nossas populações.

Relativamente à iniciativa aqui em debate, congratulamos o PAN por trazer também a área da proteção civil e dos bombeiros a este Parlamento, como tem sido feito de forma crescente ao longo dos últimos anos e também já no início desta Legislatura.

A proposta inicialmente apresentada visava recomendar ao Governo a atribuição de um subsídio de risco apenas aos bombeiros voluntários assalariados - que são em número de 393, segundo os dados do Governo Regional na Comissão, deixando de fora 433 bombeiros voluntários não remunerados.

Essa foi sempre a nossa divergência, porque entendemos que se em matéria de risco os bombeiros estão todos sujeitos aos mesmos condicionalismos, também em matéria de subsídio deverão ser abrangidos pelo mesmo benefício.

Em boa hora efetivamente o PAN acolheu a proposta de aperfeiçoar a sua iniciativa estando, assim, criadas condições para que esta Assembleia possa recomendar ao Governo Regional dos Açores a atribuição do subsídio de risco a todos os bombeiros dos Açores.

Desta forma, salvaguarda-se a coesão interna das corporações, uma preocupação transmitida em sede de Comissão, quer pelo Presidente da Federação de Bombeiros dos Açores quer por vários Grupos e Representações Parlamentares e valorizam-se os 826 bombeiros da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Aproveito para informar, embora já seja do conhecimento de todos, que o PAN deu entrada a uma proposta de substituição integral e é naturalmente sobre ela que devemos incidir o nosso debate e a nossa votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os bombeiros dos Açores exercem uma missão importantíssima naquilo que é a salvaguarda e o socorro das nossas populações em 9 ilhas.

Em boa hora o PAN trouxe-nos esta iniciativa para que se valorizasse a atividade destas pessoas que a exercem dum modo assalariado e outras de um modo totalmente voluntário.

Apontadas que foram algumas deficiências em sede de Comissão parlamentar, o PAN realizou a necessária alteração à sua proposta inicial, deixando de haver a discriminação que havia inicialmente no texto que deixava os bombeiros voluntários sem acesso a este subsídio de risco que é merecido para todos.

Portanto, o CDS vai-se associar na aprovação desta recomendação ao Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta visa fazer aquilo que todos já evidenciaram e que é valorizar e dignificar a atividade do bombeiro, como algo que merece o respeito e a consideração de toda a sociedade. Se há atividade generosa e de “dar a vida pelo outro” esta é uma delas e duma forma que tem sido manifestada, de resto, pelas várias intervenções que me antecederam.

É, também ela, uma atividade de risco, é uma verdadeira atividade de risco, porque eles põem em risco a sua vida, pela forma como muitas vezes têm de atuar no âmbito da sua atividade.

Esta valorização e dignificação, a este nível de considerar atividade de risco e de atribuir o subsídio de risco, agora é feita, porque não estava a ser feita antes. E, por isso, percebo as declarações do Sr. Deputado Pedro Neves, quando referiu aquilo que era o tratamento relativo aos bombeiros, porque de facto, se teve a necessidade de propor, é porque não havia este tipo de tratamento e de apoio aos bombeiros.

Apesar de haver um ou outro aspeto desta proposta que merece algum acerto – estamos a falar dum Projeto de Resolução onde o que interessa é o sentido material e o objetivo substancial da resolução – entendemos que merece o nosso apoio e deverá ser concretizada no âmbito do necessário estatuto do bombeiro.

E digo isto porquê?

Porque não existe na Região o bombeiro profissional e é preciso criar o estatuto do bombeiro para poder implementar-se o que aqui está definido. O que existem são os elementos contratados pelas associações humanitárias de bombeiros voluntários para o serviço de emergência pré-hospitalar. Existem, também os elementos contratados como operadores de socorro e emergência de aeródromo. E existem, ainda, os bombeiros afetos ao serviço de transporte terrestre de doentes não urgentes.

São estes os assalariados que existem e que não têm a consideração de bombeiro profissional.

Corrige-se aquela dúvida, conforme já foi aqui referido, que se podia suscitar do diferente tratamento e o que temos aqui, de facto, é um impacto, a ser aplicado a todos os bombeiros voluntários e assalariados, que ronda 1 milhão de euros no Orçamento da Região desta medida.

Gostaria apenas de deixar aqui mais duas notas, relativamente à questão da necessidade de correção em termos da perceção de que isto depende do estatuto do bombeiro.

Por exemplo, no ponto 1 quando se diz “que se considera atividade de bombeiro profissional e bombeiro voluntário, como profissão de risco”. Ora, se é bombeiro voluntário, não é profissão de risco. É preciso também termos a noção de que isto vai ter que ser concretizado, em termos legislativos, na medida em que a implementação deste diploma, torna necessária essa intervenção.

Por outro lado, a questão que já referi, da necessidade de se criar as carreiras profissionais, para que aquilo que está aqui resolvido por esta Assembleia através desta Resolução, tenha concretização prática. Não podemos é aprovar aqui com esta unanimidade e todos a pensar que estamos a contribuir, sem estar. Por isso, é preciso que isto se concretize de facto. Uma coisa é estarmos aqui todos a dizer que está tudo muito bem e que os bombeiros merecem a atenção, a consideração e o respeito de todos, que merecem, mas é preciso que isso se concretize e de uma forma séria e frontal, como não pode deixar de ser. E, por isso, é que eu digo que isto depende exatamente da criação do estatuto do bombeiro, porque ele não existe na Região e é isso que pretendemos criar.

Trata-se de um projeto e de um compromisso deste Governo implementar o estatuto do bombeiro, por forma a podermos concretizar este Projeto de Resolução.

Presidente: Obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo, antes de mais, por saudar todas as associações humanitárias de bombeiros, pelo trabalho exemplar que realizam para a nossa salvaguarda.

A presente iniciativa, da responsabilidade do PAN, recomenda ao Governo Regional a atribuição de um subsídio de risco aos bombeiros profissionais, ao serviço das associações humanitárias dos Açores, como suplemento remuneratório, agora alterada por uma substituição integral à proposta inicial. Fundamenta-se num conjunto de pressupostos com os quais o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

É indiscutível o papel importantíssimo que as associações humanitárias representam na nossa sociedade. Tem como missão a garantia de socorro e proteção da nossa comunidade, apoiando-a nas suas necessidades mais críticas, mas também nas mais básicas e aparentemente assessorias, garantindo-lhe conforto e bem-estar.

No desempenho da sua missão, aqueles e aquelas que são designados como os Soldados da Paz, expõem-se a situações de risco, seja na busca e salvamento seja no transporte de doentes seja no socorro a incêndios, dos quais podem resultar sequelas físicas temporárias ou mesmo permanentes.

Para além das sequelas físicas, não podemos subestimar o esforço psicológico com que estas pessoas se confrontam e do qual muitas vezes só se apercebem após longo tempo, pois para estas e estes cidadãos, primeiro está a sua missão de salvaguarda do bem-estar do outro.

Tal como referi inicialmente, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda concorda com os fundamentos desta iniciativa e foi com agrado que constatámos, através da substituição integral à proposta inicial, que o Sr. Deputado Pedro Neves do PAN decidiu acolher as sugestões e contributos resultantes das reuniões da Comissão aquando da análise da proposta anterior e audições de diversas entidades.

Considerando que as alterações à proposta inicial deste Projeto de Resolução se tornam verdadeiramente exequível, em que a atribuição do subsídio de risco se alargou também ao bombeiro voluntário deixando de haver uma discriminação

inicial entre o (bombeiro) assalariado e voluntário, quando ambos se expõem aos mesmos riscos; e ainda o facto de ter sido o ponto resolutivo que continha matéria da responsabilidade da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda acompanhará a presente iniciativa, votando-a favoravelmente.

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. E Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não foi por ignorância que eu apresentei um determinado tipo de Projeto de Resolução. Também não é por ignorância que eu o alterei. O que interessa, para mim, é o benefício. Com humildade alterei-o, mesmo não concordando, mas isto não é sobre o Pedro Neves. Isto é sobre os bombeiros. E foi por isso que alterei. Não estava era à espera que utilizassem isso para capitalizar politicamente, mas ok.

Vamos por partes:

Sr. Secretário, como jurista, o senhor obviamente tem a sua interpretação, o Governo também pode ter a sua.

Eu pedi pareceres a três advogados completamente diferentes, díspares e que não têm a ver sequer com o meu partido, relativamente a esta situação. E não foi sobre a Federação de Bombeiros porque, como é óbvio, eu nem sequer acompanho aquilo que foi dito pelo seu Presidente.

Isto tem a ver com juristas que estão habituados, tanto aqui nos Açores como no continente, a lidar com situações destas onde, supostamente, não existe um vazio legal. E eu sei que existe uma falta de estatuto da carreira do bombeiro, sei disso. Sei também que designar de *bombeiros profissionais*, é apenas uma opção (etimológica) minha da escolha, somente pela dignificação do bombeiro, porque se é assalariado e recebe, é profissional obrigatoriamente – não

juridicamente, mas moralmente é – por isso eu usei essa palavra. E é por isso, que eu recuso até usar a palavra *assalariado*, porque me custa fazê-lo. É apenas por causa disso. Não é por uma questão de ignorância. Eu não quis fazer uma discriminação negativa aos (bombeiros) voluntários. É simplesmente uma opinião minha. Nós até queremos ter mais uma iniciativa sobre os voluntários - são coisas completamente diferentes. Contudo, e sobre o subsídio de risco e se podemos ou não adaptar à Região juridicamente, eu tenho pareceres diferentes. Porquê? Porque não estamos evidentemente a falar de funcionários públicos – e se o Sr. Presidente do Governo deixar eu até posso entregar os nossos pareceres, eu não sou jurista, apenas falo pela boca de alguns – mas podem ser equiparados à Administração Pública. E é dentro deste parecer, exatamente como poderá acontecer nalgumas autarquias – já acontece a nível do continente – daí estarmos a tentar passar essa interpretação jurídica aqui para os Açores. Mas não é uma lacuna, não é um erro jurídico. Foi algo bastante pensado e trabalhado. Não foi por ignorância nem foi “a correr”. E, sem dúvida, não foi – como alguém disse antes – porque se devia fazer primeiro o estatuto do bombeiro. Não concordo.

Devido às circunstâncias que vivemos, neste momento, precisamos dar primeiro o subsídio de risco.

A carreira em si, seria algo até que eu pediria a todos partidos que tivessem disponibilidade que o fizessem, porque eu como deputado único, não tenho obviamente o staff que os outros partidos têm. Portanto, se pudessem acompanhar e ajudar com um decreto legislativo regional ou mesmo uma anteposta para a República, para dar muito mais alento a todos os nossos bombeiros a nível nacional, isso seria bem-vindo.

Só quero que fique esclarecido que isto não foi feito *em cima do joelho*, foi sim, bem pensado. Simplesmente eu tenho advogados diferentes. É esta a única diferença entre nós.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. E Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma muito sucinta para referir aqui dois aspetos que nos parecem importantes.

Em primeiro lugar, destacar o consenso alcançado neste Parlamento em relação à recomendação ao Governo para atribuir um subsídio de risco a todos os bombeiros da Região Autónoma dos Açores.

Esse é, para nós, o ponto fundamental desta iniciativa agora em debate e que, tal como já referido anteriormente por várias bancadas, foi objeto de discussão e de melhoria, tendo sempre por base o objetivo fundamental de valorizar os nossos Soldados da Paz. E entendemos que é assim desta forma plural e democrática que o Parlamento serve melhor as açorianas e os açorianos.

Em segundo lugar, para que não fique a ideia de que poderá haver agora algum artifício para atrasar de alguma forma a valorização mais abrangente e efetiva dos nossos bombeiros, gostaria de informar a Câmara de que vamos dar entrada, ainda hoje, de uma iniciativa legislativa no Parlamento, no sentido de desencadear o processo de elaboração do Estatuto do Bombeiro da RAA.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Um estatuto que considere a natureza distinta, mas complementar, do bombeiro voluntário não assalariado e do bombeiro assalariado; que contemple incentivos ao voluntariado nos corpos de bombeiros da nossa Região; que conjugue e integre todas as componentes que devem estar contempladas num estatuto desta natureza, por forma a dar maior dignidade...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... também estatutária, aos bombeiros dos Açores, porque nós – Grupo Parlamentar do PSD, mas também do CDS/PP e do PPM e em sintonia com o Governo – entendemos que temos que trabalhar em conjunto para melhorar o sistema de proteção civil que, diga-se, foi melhorado de forma muito significativa ao longo das últimas décadas, para dotar as associações humanitárias das condições necessárias ao exercício das suas complexas e importantes missões e, também, naturalmente, para valorizar os bombeiros que estão na linha da frente do combate à pandemia, mas que já antes dela, estavam na linha da frente em situações e críticas e estiveram sempre disponíveis para, nos momentos mais difíceis, darem corpo ao lema “Vida por Vida”.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Neves:

Para que não fique nenhuma dúvida, seja qual for a interpretação jurídica em questão, este Projeto de Resolução que vamos aprovar hoje terá um efeito prático. Seja qual for a interpretação jurídica.

Como foi agora anunciado pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira, entrará também, em simultâneo com a aprovação deste Projeto de Resolução, uma iniciativa que visa criar o Estatuto do Bombeiro da RAA – para que não exista qualquer dúvida. E também para que fique demonstrada a boa fé do Governo Regional, nesta matéria, e da Coligação parlamentar que o sustenta.

Portanto, nenhuma dúvida em relação a esta matéria.

É muito importante que se transmita isso nesta Câmara e é também muito importante que se transmita aos bombeiros e à sociedade açoriana em geral.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, estão criadas as condições, repito, seja qual for a interpretação jurídica. Esta recomendação irá ser aplicada e terá efeitos práticos.

V. Ex^a. terá o mérito de a ter apresentado. E todos os outros partidos políticos que a aprovaram, terão o mérito de a ter apoiado.

Eu sei que não é isso que interessa a V. Ex^a., nem a mim ou aos restantes Srs. Deputados, mas o que interessa é que se resolve uma questão. Que se valoriza os bombeiros, profissionais e voluntários, com um subsídio de risco que é mais do que merecido e justo. E, nesse sentido, eu quero transmitir a esta Câmara que os instrumentos estão criados, repito, seja qual for a interpretação jurídica.

Este Projeto de Resolução terá efeito, terá execução e será aplicado, seja qual for a interpretação jurídica.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação do Projeto de Resolução n° 1/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n°1/XI, iniciativa da Representação Parlamentar do PAN, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Avançamos na nossa agenda, para o ponto 7, **Projeto de Resolução n°11/XII - “Medidas de Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros**

Voluntárias da Região Autónoma dos Açores para fazer face às contingências resultantes da pandemia COVID-19”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No contexto de pandemia que enfrentamos já há mais de um ano, os agentes de proteção civil da Região e, de forma particular, os elementos dos corpos de bombeiros, estão na linha da frente da intervenção, numa indispensável conjugação de esforços com diversas outras classes de trabalhadores e voluntários, e com a população açoriana no seu todo, cujo cumprimento das recomendações das autoridades de saúde é essencial para prevenir a propagação do vírus SARS-COV-2.

A pandemia coloca desafios diários aos bombeiros da Região em matéria de intervenção operacional, com um nível de exposição superior à generalidade da população, o que se repercute também num maior risco para as suas famílias e exige aos soldados da paz uma elevada estabilidade emocional, para continuarem a exercer cabalmente as suas complexas e imprescindíveis funções.

Em paralelo, a Covid-19 acarretou também consequências para as próprias associações humanitárias de bombeiros voluntários, que se debatem com grandes dificuldades de tesouraria e de sustentabilidade financeira.

Os constrangimentos financeiros colocaram várias associações em situação difícil no âmbito do cumprimento das suas obrigações fiscais, contributivas e salariais, havendo associações que em 2020 “tiveram de recorrer à banca para fazer contas caucionadas a fim de pagar vencimentos”, conforme está descrito no parecer anexo ao relatório desta iniciativa.

Se em maio de 2020, quando apresentámos uma iniciativa com o mesmo objetivo, as dificuldades das associações eram já motivo de grande preocupação, o prolongamento temporal da pandemia torna ainda mais urgente e relevante o apoio da Região às corporações e aos bombeiros dos Açores.

Assim, em coerência com o que defendemos no último ano da anterior legislatura, voltamos a defender no início deste novo tempo:

As corporações de bombeiros dos Açores precisam de medidas de apoio excecional para superar o período que atravessamos, designadamente medidas de apoio financeiro extraordinário destinado a compartilhar o pagamento de salários, para assegurar a manutenção dos postos de trabalho dos bombeiros voluntários assalariados e outros trabalhadores das associações.

A realidade de cada uma das 17 Corporações da Região é muito heterogénea e essa diferença deve ser considerada no apoio a prestar, em resultado de um processo de diálogo entre o Governo e as associações, que nos apraz registar que o governo iniciou logo em janeiro.

Em paralelo, importa que o Governo continue também a reforçar as orientações a todos os órgãos da Administração Pública Regional e do Setor Público Empresarial da Região, para liquidarem com a maior urgência as faturas emitidas pelas associações humanitárias de bombeiros voluntários.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo,

É neste quadro de excecional exigência, em que temos de garantir - mais do que nunca - as condições necessárias ao desenvolvimento da missão das Corporações e dos Bombeiros dos Açores, que o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a presente Resolução a recomendar ao Governo Regional dos Açores a ADOÇÃO de medidas de apoio URGENTES às Associações Humanitárias de

Bombeiros Voluntários da Região, para FAZER FACE às CONTINGÊNCIAS resultantes da Pandemia Covid-19.

Disse.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Vozes do PSD, CDS, PPM e CHEGA: Muito bem! Muito bem!

(*Aplausos das bancadas do PSD, CDS, PPM e CHEGA e do Governo*)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco** (*CH*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

À semelhança da iniciativa anterior, o CHEGA associa-se também a esta causa que, neste caso, é a mesma das associações humanitárias de bombeiros. E deixaria aqui um alerta ao Sr. Presidente do Governo e restante elenco, para que não seja apenas no COVID, mas que as associações humanitárias dos bombeiros tenham especial carinho em todas as ilhas, da mais pequena à maior, para que jamais sejam esquecidas. E que, com muita urgência, sejam consideradas uma força fundamental na nossa sociedade. E que não voltem a passar por algumas dificuldades que nos foram dadas a conhecer, desde falta de viaturas a fardas e outras coisas mais.

Espero que possamos todos acarinhar os nossos Soldados da Paz, como eles merecem, com a dignidade e importância que lhes devemos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Desculpe Sr. Deputado, vejo-o mal, porque fica aí escondido.

(*) Deputado José Ávila (PS): Obrigado Sr. Presidente.

Estou escondido, mas involuntariamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não há dúvida que esta pandemia trouxe enormes prejuízos para a economia dos Açores. E também é evidente, e até expectável, que isso viesse a acontecer com as associações humanitárias de bombeiros voluntários dos Açores.

Apesar desta crise sanitária, a operacionalidade dos corpos de bombeiros não foi afetada. Antes pelo contrário, os contingentes dos bombeiros estiveram sempre, e ainda estão, na linha da frente na luta contra esta pandemia.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: A sua presença até foi reforçada no apoio às populações neste momento difícil o que, muito naturalmente, trouxe mais encargos, nomeadamente com as despesas inerentes à organização do trabalho em espelho, higienização das viaturas e espaços nos quartéis, aquisição de material, despesas com quarentenas, etc.

No entanto, os maiores prejuízos que já foram aqui identificados, verificam-se pela redução das receitas, nomeadamente nos transportes de doentes não urgentes e demais serviços prestados às populações, como licenças de queima de sobrantes vegetais, transportes de água, manutenção de extintores, segurança em eventos, entre outros.

As associações que têm equipas de operadores de socorro nos aeroportos, também sentiram a diminuição de receitas devido à redução da atividade desses aeroportos e redução da categoria das infraestruturas aeroportuárias.

Esta é, de facto, uma realidade que infelizmente, nos acompanhará enquanto estivermos condicionados pela pandemia Covid-19. Mas esta necessidade, não

nos pode fazer esquecer os apoios de emergência atribuídos recentemente, nomeadamente o aumento da comparticipação do Governo com a atualização do Regulamento do serviço de transporte de doentes não urgentes, que injetou nas associações mais de 640 mil euros, a redução do prazo de pagamento das unidades de saúde e dos hospitais de 60 para 30 dias, o seguro de saúde, a aquisição de equipamentos diversos, nomeadamente os de proteção individual.

Por sua vez, esta proposta não define critérios e até me podem dizer que não tinha de o fazer. Mas mesmo assim, defendemos que a sua aplicação tem de ser antecedida de critérios claros, equilibrados e, sobretudo, justos.

Os Bombeiros dos Açores e as suas entidades associativas, desempenham um papel fundamental nas nossas ilhas. Papel que foi reforçado neste tempo de crise sanitária, ainda sem fim à vista. E, convictos de que esta importância perdurará para além desta pandemia, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Proposta, por entender que é necessário prosseguir com os apoios a estes imprescindíveis parceiros.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PSD, do CDS-PP e do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Cá estamos de novo a debater um ponto que decorre do impacto negativo que a pandemia tem tido em várias atividades e, neste caso concreto, numa atividade fundamental, como tem sido bem referida em toda esta sessão plenária e que tem a ver com a proteção civil e os bombeiros.

Os bombeiros, de facto, são essenciais. As respetivas associações, como refere a própria designação da generalidade delas, são voluntários. Os seus dirigentes são voluntários. E estamos perante uma atividade cívica nobre, ao ponto de ser decorrente num conjunto de pessoas que dando o seu tempo, a sua disponibilidade, a sua capacidade e envolvimento cívica para o bem comum.

Nessa perspetiva, todo o esforço que é feito e todo o impacto financeiro que esta atividade tem, deve ser olhado pela Região e pelas entidades públicas numa forma especial, porque estamos perante um evidente serviço público.

Neste caso concreto, conforme foi aqui também referido pelo Sr. Deputado José Ávila, estamos perante uma atividade que se manteve ativa e até numa ação mais intensa no âmbito da pandemia.

Muitas vezes os bombeiros atuam como parceiros ativos no combate à pandemia, aos mais variados níveis – temos vários exemplos, não vamos especificar, porque cada circunstância é uma delas – e, por isso, estamos perante parceiros fundamentais no combate à pandemia. E naquilo que é referido nesta proposta, temos duas dimensões de custos que estão afetados. Há um diferencial de faturação, isto é, de serviços que deixaram de ser prestados, por causa da pandemia; e, por outro lado, temos custos acrescidos por causa dela. São nestas duas dimensões que é preciso atuar, atenuando os respetivos constrangimentos.

Pelo levantamento que já foi feito pelos serviços de proteção civil e pela Secretaria Regional que tutela o setor, está identificada uma diferença de faturação, entre 2019 e 2020, de cerca de 900 mil euros, sendo de custos extra cerca de 150 mil euros. O que quer dizer que são estes os valores globais. O que

é importante fazer agora é definir critérios que sejam uniformes, mas adequados, a cada circunstância por parte do serviço de proteção civil e do Governo Regional que procederá a esta atenuação de custos, tendo por base os valores globais que referi, sendo preciso agora avaliar, caso a caso, de acordo com critérios uniformes e objetivos.

Por outro lado, também, esta Resolução prevê uma orientação do Governo Regional para com todas as entidades da Administração Pública que se relacionam com as associações de bombeiros, para procederem ao *acerto de contas* – por assim dizer. E, neste tempo de funções, pelo contato que tivemos com várias associações de bombeiros, uma das principais queixas reside exatamente no facto de levarem meses e meses, à espera de que os hospitais e as unidades de saúde de ilha procedessem ao pagamento do que lhes era devido. É, de facto, algo que constitui um fator de constrangimento à atividade dos bombeiros, que ficam à espera daquele valor que lhes é devido e que não é pago. E durante muito tempo, esse foi um fator altamente prejudicial da atividade dos bombeiros.

Devo dizer que, conforme já anunciei em sede de Comissão, e reitero aqui, desde 1 de janeiro até 11 de março de 2021, isto é, um prazo de 2 meses e meio mais ou menos, a Região já determinou que as unidades de saúde de ilha e os hospitais pagassem aos bombeiros cerca de 359 mil euros. Ou seja, neste período de janeiro até agora, o Governo Regional já determinou que as unidades de saúde procedessem a esse acerto de contas com os bombeiros, tendo já havido esse pagamento. E agora o objetivo é que deixe de haver esse atraso recorrente...

Deputado João Vasco Costa (PS): Já estava a ser feito há cinco anos!

O Orador: ... que só prejudica as associações de bombeiros. E, para além de prejudicar, também não dignifica em nada a relação entre o Governo e as entidades públicas com tão importantes associações da nossa comunidade.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso já vinha a ser feito antes, como sabe!

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM apoia o presente Projeto de Resolução apresentado pelo PSD que contempla as medidas de apoio às associações humanitárias de bombeiros voluntários da Região Autónoma dos Açores, para fazer face às contingências resultantes da pandemia Covid-19.

Os elementos dos corpos de bombeiros estão na linha da frente, no combate à pandemia que atinge cada um de nós.

O combate diário que estes bombeiros protagonizam, merece a maior consideração e reconhecimento do Grupo Parlamentar do PPM. São intervenientes fundamentais para prevenir a propagação do vírus SARS-COV-2. As associações humanitárias de bombeiros voluntários confrontam-se, neste momento, com grandes dificuldades de tesouraria e de sustentabilidade financeira, devido a vários fatores.

- A diminuição de receitas das associações;
- A redução dos serviços prestados nos aeroportos e aeródromos regionais, sendo esta uma importante fonte de rendimento das associações;
- A quebra de rendimentos resultante da diminuição dos serviços de transporte não urgente de doentes e
- A eliminação na quase totalidade da prestação de serviços variados, como o apoio à segurança de eventos culturais e desportivos.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PPM concorda com o teor desta iniciativa, onde se conclui que as corporações de bombeiros dos Açores carecem de medidas de apoio financeiro extraordinário, para fazer face à

manutenção dos postos de trabalho dos bombeiros voluntários assalariados e outros trabalhadores das associações.

Também é esta a opinião do Presidente da Federação de Bombeiros da RAA que na audição ocorrida a 11 de fevereiro deste ano de 2021, transmitiu que a presente proposta merece total concordância da Federação.

Resta-nos, portanto, apoiar e valorizar o presente Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Obrigado.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As corporações de bombeiros desempenham um papel fundamental na nossa Região, no socorro e na salvaguarda da vida humana e também prestam um serviço público, apesar de não serem uma entidade pública.

Não é aceitável que o Governo, ou entidades públicas por ele tuteladas, arrastem dívidas por meses e anos sucessivos, seja às associações humanitárias de bombeiros seja a qualquer outra entidade pública ou privada. Isso condiciona muito a capacidade de atuação desses agentes.

O que esta pandemia nos trouxe foi pôr a descoberto todas essas fragilidades que existiam no passado e que, como o Sr. Secretário Regional acabou de nos revelar, ascendiam a um montante superior a 350 mil euros. Ora, isto condiciona sobremaneira a operacionalidade dos bombeiros açorianos.

Acresce que, por força da pandemia, os custos de operação também aumentaram. E a procura dos serviços que geravam rendimento e receita às corporações de bombeiros diminuiu.

Portanto, criou-se aqui uma situação que deixou muitas corporações à beira da rotura.

Sendo assim, vamo-nos associar a esta Recomendação ao Governo Regional para que, por um lado, passe a ter as contas em dia e, por outro - obviamente cada associação humanitária será um caso diferente – acuda às necessidades imediatas financeiras adequadas a cada situação particular.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Penso que é do conhecimento de todas e de todos nós que as associações humanitárias de bombeiros na RAA tiveram uma grande perda de rendimentos devido às contingências resultantes da pandemia. Contingências essas que levaram a que muitos dos serviços sociais que prestam e que estão protocolados não se realizassem, nomeadamente a segurança nos aeródromos e aeroportos regionais, o cancelamento das provas desportivas e também a diminuição do transporte de doentes não urgentes.

Como tal, o Bloco associa-se a esta Proposta do PSD votando-a favoravelmente.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos passar à votação do Projeto de Resolução nº 11/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se estão.

Secretário: O Projeto de Resolução nº 11/XII da iniciativa do PSD, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, desta feita com o **Projeto de Resolução n.º 4/XII – “Apoio extraordinário aos produtores agropecuários da ilha das Flores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo para fazer a sua apresentação.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O presente Projeto de Resolução vem no seguimento dos constrangimentos sentidos pelos agricultores da ilha das Flores, no escoamento de gado vivo e pretende recomendar ao Governo Regional a atribuição de um apoio para compensar os custos inerentes à manutenção do gado nas explorações.

Teve por base as condições do porto das Flores, decorrentes da passagem do furacão Lorenzo e que causam, por si só, condicionalismos nas manobras de atracagem e na operacionalidade do navio que opera aquele porto, somando-se ainda a estes constrangimentos as condições de mar, muitas vezes adversas, a uma boa capacidade de manobra.

Assim, e considerando fatores de imprevisibilidade os atrasos e demais imprevistos nas ligações marítimas verificados, existiram atrasos no escoamento dos animais que ao terem de permanecer nas explorações, constituíram uma sobrecarga e um fator de otimização da eficiência económica para os seus proprietários.

Esta situação voltou a acontecer nos passados meses de dezembro e janeiro, deixando na ilha um número significativo de animais sendo, na altura, nosso entendimento a apresentação desta iniciativa, por forma a solicitar ao Governo Regional a implementação de mecanismos destinados a compensar os agricultores através da atribuição de um apoio extraordinário.

Assim, e tendo em conta que o XII Governo dos Açores, para resolver uma situação semelhante, implementou (e bem!) no mês de abril de 2020, uma

medida com o objetivo de compensação aos produtores pela impossibilidade de escoamento de gado vivo, na sequência da nefasta passagem do furacão Lorenzo pela ilha das Flores, designadamente através do preceituado na Portaria da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas nº 45/2020, de 22 de abril, que procedeu à atribuição de um apoio extraordinário aos produtores agropecuários das ilhas das Flores e do Corvo.

Sucede que entre a apresentação da nossa proposta e a sua discussão agora nesta Assembleia, o Governo Regional fez publicar 2 portarias que respondem apenas em parte às nossas preocupações e dos florentinos.

Por tal, apresentamos uma proposta de substituição integral deste Projeto de Resolução que recomenda ao Governo Regional a implementação dos apoios solicitados para compensar os agricultores das Flores dando, desta forma, a devida atenção ao problema, para que seja debatida e aprovada a presente iniciativa.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Como disse, e bem, o Sr. Deputado José Gabriel, o Grupo Parlamentar do PS deu entrada a uma substituição integral deste diploma e é sobre ela que o nosso debate e votação devem recair.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por dizer ao Sr. Deputado José Eduardo que percebi o esforço do senhor nos tentar convencer a não aprovarmos a proposta do Partido Socialista.

Se calhar dava jeito!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a estragar o consenso!

O Orador: E vou-lhe dizer porquê.

O Sr. Deputado acabou de dizer naquela tribuna que “porque o Governo apenas e só publicou 2 portarias que iriam ao encontro de parte das reivindicações do Partido Socialista”.

Deputado Francisco César (PS): Não seja oposição da *oposição!*

O Orador: Ó Sr. Deputado não foi assim!

A proposta do Partido Socialista já estava **na sua totalidade** a ser executada pelo Governo. E como o senhor percebeu isso, juntou mais um ponto na substituição integral para ver se iam chumbar!

Ó Sr. Deputado, não é assim!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas fique descansado que este Grupo Parlamentar vai votar favoravelmente a vossa proposta.

E vou lhe dizer mais Sr. Deputado: não canalizem as vossas energias a fazer coisas para contrariar os outros. Antes, canalizem as vossas energias para fazer coisas pelos Açores e pelos açorianos!

(Aplausos das bancadas do PSD, CDS e PPM)

Este Grupo Parlamentar estará sempre disponível para acolher as propostas, sejam de que partido for, desde que sejam boas para os açorianos, boas para o Governo e sustentáveis.

É esse sentido de responsabilidade que este Grupo Parlamentar tem e vai continuar a ter!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado José Gabriel, na sequência das audições que tivemos, e da mesma forma que na sequência delas o senhor apresenta a proposta de substituição porque percebeu que a sua proposta de resolução era parcial e não abrangia as necessidades dos agricultores, obviamente que...

Deputado Andreia Cardoso (PS): Era a proposta ou era a portaria que era parcial?

O Orador: ...era mesmo a proposta Sra. Deputada. E a senhora sabe!

Este Grupo Parlamentar também manifestou, na sequência dessas audições, a sua preocupação sobre este ponto 3 que o Sr. Deputado acaba de acrescentar ao seu Projeto de Resolução.

Assim sendo, quero perguntar ao Sr. Secretário, em primeiro lugar, se esta medida que o ponto 3 do Projeto de Resolução do PS traz, estava ou não já a ser equacionada por V. Ex^a. para dar resposta aos agricultores?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ah estava equacionada!

Deputado Berto Messias (PS): Como é que o senhor já tinha pensado nisso?!

O Sr. Deputado é um homem *à frente*, sobretudo na área da agricultura!

O Orador: Eu não quero que a minha intervenção estrague os apartes de V. Exas.

Deputado José Ávila (PS): Pode ficar descansado que não estraga.

O Orador: Sr. Secretário, na audição do Sr. Presidente da Associação Agrícola das Flores, o próprio referiu um conjunto de animais que tinham saído na viagem de 10 de janeiro; um conjunto de animais que saíram na viagem de 14 de janeiro; e um conjunto de animais que tinham saído na viagem de 5 de fevereiro; o que totalizava 378 animais de acordo com os seus dados.

A minha pergunta, Sr. Secretário, é a seguinte: após esse período de candidaturas, quantos animais foram candidatados e correspondem a que valor de apoio?

Sr. Secretário, uma última questão: está ou não garantida por parte da Secretaria Regional, a possibilidade do facto desses animais que terão permanecido mais tempo nas explorações do que deviam, virem ou não afetar os níveis de encabeçamento das explorações, pondo em causa os rácios existentes e as consequentes ajudas comunitárias?

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Executivo:

Em relação a este Projeto de Resolução agora apresentado pelo Sr. Deputado José Eduardo, da parte do Grupo Parlamentar do CDS, apenas nos compete dizer que o senhor afirmou na Comissão – e voltou agora a afirmar nesta Assembleia – que o Sr. Secretário Regional da Agricultura se precipitou e foi a correr aprovar um apoio para os agricultores florentinos, mas na verdade, vai-se a ver, e quem se precipitou afinal foi mesmo o Sr. Deputado. Porque, também agora e só agora, é que apresenta a alteração que contempla os agricultores do Corvo e também se esqueceu do prémio de escoamento de jovens bovinos (fêmeas) por terem atingido a idade máxima de 8 meses. Só agora apresentou essas propostas.

De qualquer forma, e até porque estas são matérias que o Sr. Secretário já estava a avaliar na altura e já estava a resolver...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ahhhhhhh!

Obviamente não há qualquer problema em acompanharmos esta proposta, pese embora ter-se precipitado. Mas não há problema nenhum e fica assim devolvida a sua acusação.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PSD, do CDS-PP e do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Sra. e Srs. Secretários Regionais:

A verdade é que a falta de operacionalidade do porto das Lajes das Flores, devido ao furacão Lorenzo, aliada às más condições de mar, impediram a regular exportação de animais, em concreto de bovinos, das ilhas das Flores e Corvo.

Do Corvo não se verificou nenhum procedimento negativo relativamente a esta matéria, mas sim, na ilha das Flores.

Importa perceber que essas adversidades acontecem num período crítico de maneo das explorações agrícolas nos Açores. E também nas Flores.

Porquê? Porque têm em conta o ciclo de produção animal e as disponibilidades alimentares existentes nas explorações dos Açores que são mais fracas, são mais reduzidas.

Essa conjugação de fatores, levou a que o rendimento dos produtores fosse afetado de forma negativa.

O Governo Regional, desde a primeira hora, identificou, quantificou e acompanhou este problema do rendimento que é alheio aos produtores, porque que ninguém manda nesses fatores externos que afetaram este mesmo rendimento.

Sendo assim, o Governo dos Açores está aqui para acudir a esta quebra de rendimento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste momento, contas exatas – porque o Governo dos Açores é transparente – dos animais, dos produtores e do apoio são as seguintes:

- Estão a ser apoiados 64 produtores com 440 bovinos a um valor que ascende a 15 mil euros;
- Também já estava a ser contabilizada a questão das fêmeas com mais de 8 meses; em janeiro foram 78 fêmeas, em fevereiro 20, totalizando 98 fêmeas, com a perda de 3820 euros.

Deputado Bruno Belo (PSD): Então é verdade!

O Orador: Portanto, isto não são números do imediato.

São números que já estavam previstos e quantificados para apoiar os produtores agropecuários das Flores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostaria também de dizer-vos que estão a ser acautelados – porque isto é um fator externo à produção e não é uma responsabilidade dos produtores – os níveis de encabeçamento necessários para os mesmos produtores receberem os apoios comunitários. Ou seja, o cálculo da carga animal por hectare, por via da permanência de animais que têm por justificação a não exportação, não vai afetar os apoios que esses agricultores têm para receber, porque estão justificados. E cabe ao Governo dos Açores justificar, de facto, esta permanência e o eventual aumento da carga animal (o rácio) que pode impedir os agricultores de receberem esses apoios.

É para isso que serve o Governo dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Está aqui, para justificar e acudir a uma causa externa que não tem nada a ver com as explorações ou os produtores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PSD, do CDS-PP e do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos.

(*) Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para uma pergunta muito rápida ao Sr. Secretário Regional da Agricultura.

A ilha Graciosa sensivelmente no mesmo período, enfrentou algumas dificuldades na exportação de gado vivo.

Este assunto até foi objeto dum requerimento ao Governo Regional. Nós estivemos mais ou menos 55 dias sem exportar 1 única cabeça de gado vivo para o grande mercado que é o do continente português.

Sendo assim, eu queria perguntar ao Sr. Secretário é se não será justo estender este apoio também à ilha Graciosa ou a outras ilhas que sofreram a mesma situação?

Disse.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Gustavo Alves (PPM)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução trazido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo Sr. Deputado José Eduardo, que contempla um apoio extraordinário aos produtores agropecuários da ilha das Flores, é uma boa proposta, evitando que os mesmos sejam prejudicados devido às dificuldades de exportação do seu gado no tempo desejável para obterem o maior rendimento do seu animal.

Contudo, pelas Portarias n.º 3, de 27 de janeiro e n.º 14, de 26 de fevereiro, ambas de 2021, foram atribuídos com caráter extraordinário apoios monetários por animal e por dia de retenção na ilha das Flores e também na nossa ilha vizinha o Corvo, após o dia 15 de dezembro de 2020. No dia 5 de fevereiro de 2021, todos os animais foram exportados.

Com estas portarias ficaram, assim, resolvidos os constrangimentos sentidos pelos produtores agropecuários do Grupo Ocidental.

Obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura)**: Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Presidente do Governo Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Efetivamente, para a Graciosa também estamos a avaliar. E estamos a avaliar, porque não temos apoios *à la carte*. Ou seja, não temos apoios tabelados. E tudo depende duma avaliação. E para nós a avaliação, significa perceber a quebra do rendimento, quantificá-la e apoiá-la.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Também temos que perceber outras circunstâncias. É que os modelos produtivos nos Açores são diferentes e as circunstâncias edafo climáticas para produzir, também são diversas. Se isto é uma riqueza, também levanta alguma dificuldade de avaliação.

Portanto, como nós queremos ter uma atuação responsável, ainda estamos no ato de avaliar. E, efetivamente, se assim for, se verificarmos que houve uma quebra de rendimento, a atuação será igual para todos em qualquer ilha.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Isso é uma **não resposta**

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PSD, do CDS-PP e do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): O senhor diz uma coisa e o seu contrário. Não ter apoios tabelados é ter apoios *à la carte!*

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não, não. Não temos apoios *à la carte*.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é um poliglota!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Vou deixar prosseguir os apartes. São sempre bons e regimentais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todas e todos nós temos conhecimento dos danos causados no Porto das Lajes das Flores, devido à passagem do furacão Lorenzo em outubro de 2019.

Este Porto passou a deter danos que influenciam a operacionalidade do navio que o opera, o que, somando às condições atmosféricas, que muitas vezes se fazem sentir, dificulta ainda mais a sua atracagem.

Tendo em conta estas circunstâncias, as ligações marítimas à ilha das Flores sofrem constrangimentos, que originam atrasos na exportação de animais bovinos e o que por sua vez, culmina em prejuízos financeiros dos empresários agrícolas.

No passado dia 5 de janeiro, a RTP Açores transmitiu no Telejornal, uma notícia, na qual alguns empresários agrícolas, da ilha das Flores, mostravam o seu desagrado relativamente à postura do Governo Regional, face às dificuldades que estes empresários enfrentam, no que à exportação de gado diz respeito.

Nesta reportagem, um dos empresários agrícolas referiu que tinha contactado o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural – pessoa pela qual tem o maior respeito e apreço - e que este assegurou alimento para 15 dias ao gado bovino e que tinha assumido o compromisso de que iria providenciar transporte para a exportação do mesmo.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Essa parte não fui eu!

A Oradora: Após esse prazo, o empresário e exportador agrícola ficou sem subsídio para a alimentação das cabeças de gado e não foi providenciado transporte.

Nesta peça, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural diz e passo a citar:

- “Nós tratamos todos de igual forma...”;

- “...nós vamos apoiar, dentro da responsabilidade, evitando que, quer os comerciantes quer os produtores tenham perdas económicas. É para isso que

existe o Governo Regional, é para acudir essas situações, **mas atenção, dentro da transparência e da responsabilidade.**” Fim de citação.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Isso foi o que eu disse aqui há pouco.

A Oradora: Surpreendentemente, outros agricultores na mesma situação do anteriormente referido, tiveram conhecimento do tal apoio fornecido, através da notícia já citada, o que incitou a insatisfação pelo tratamento desigual, para casos iguais.

Na sequência destes acontecimentos, a 18 de janeiro, o Bloco submeteu um requerimento por forma a compreender essa desigualdade de tratamento entre os empresários agrícolas.

Na resposta a este requerimento, o Governo Regional dos Açores referiu que este assunto estava ultrapassado, com a publicação, à data de 27 de janeiro, da Portaria n.º 3/2021.

Ora esta resposta, pareceu-nos uma tentativa de - e permitam-me usar a expressão - “atirar areia para os olhos” ou até mesmo “tapar o sol com a peneira”, pois a desigualdade de tratamento entre os empresários agrícolas, manteve-se injustificada, até porque a supracitada portaria é a prova da manifesta desigualdade entre a verba atribuída ao empresário agrícola que revelou o contacto e ajuda por parte do Sr. Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e os apoios financeiros concedidos aos restantes criadores de animais bovinos na ilha das Flores.

Também gostaria de perguntar aqui aos Srs. Deputados eleitos pelo círculo eleitoral da ilha das Flores se não receberam esta carta?

(Neste momento a Sra. Deputada mostra um documento à Câmara)

Gostava de saber se não tiveram conhecimento desta carta que foi enviada para os Srs. Deputados Bruno Belo, Gustavo Alves, José Eduardo, para o Sr. Presidente da Associação Agrícola da ilha das Flores e para o Presidente do Conselho de Ilha das Flores?

Deputado Bruno Belo (PSD): E não foi enviada para si?

A Oradora: O senhor não recebeu esta carta?!

É porque exatamente por falta de resposta a ela, é que fizeram chegar esta carta a mim. Por falta de resposta dos Deputados eleitos pela ilha das Flores, é que me fizeram chegar esta carta!

O que ela diz é – e vou ler mesmo só a parte final: “...demonstra a desigualdade que houve na ajuda atribuída àquele empresário”.

E quais são as ajudas atribuídas na portaria?

Eu respondo, muito resumidamente: foram 2,5 kg de ração de engorda de bovino normal e 5 kg de feno (isto ao dia), sendo o valor apoiado/dia por cabeça de 2,45€.

Segundo um levantamento feito no dia 8 de janeiro na loja da Associação Agrícola da ilha das Flores, o saco de ração de engorda do bovino normal com peso de 40 kg, tem o valor de 12,58 €, o fardo de feno de 27 kg tem um valor de 9€; gastos por dia com animal na ordem dos 7,86€ e o de feno 1,76€, o que perfaz um valor de 2,45€.

Face a isto, esta senhora solicita que haja um tratamento igual para as dificuldades iguais.

Sr. Secretário, eu fui ver a portaria e realmente no apoio atribuído há uma diferença de 2,45€ e 1€. Ou então se eu estiver errada, peço que me esclareça.

Deputado Bruno Belo (PSD): A Sra. Deputada está mesmo errada.

A Oradora: Já agora, relembro os Srs. Deputados eleitos pelo círculo eleitoral da ilha das Flores que esta carta chegou às vossas mãos!

Que este tratamento de injustiça e tratamento desigual chegou às vossas mãos!

E já agora, o Sr. Deputado Bruno Belo que faz parte do Governo...

Deputado Bruno Belo (PSD): Eu não faço parte do Governo.

Faço parte desta bancada!

A Oradora: ... o seu partido suporta este Governo!

Qual foi a resposta que o Sr. Deputado Bruno Belo deu a estas pessoas?

Disse.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Deputado João Vasco Costa (PS): Deviam ter mandado a carta para o Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Mas se mandasse a carta para mim...

Deputado João Vasco Costa (PS): Tinha resolvido logo a questão certo?

O Orador: ... eu não violo a correspondência oficial e há o segredo em relação aos dados, como bem sabe e, portanto, não poderia revelar aqui a resposta à carta se me tivesse sido remetida. Mas eu respondo a todas as cartas que me são remetidas. A menos que sejam ofensivas, o que também acontece.

(Risos da Câmara)

Bem, sobre a questão fundamental, queria dizer ao Sr. Deputado José Gabriel o seguinte: vê o senhor?!

Isto foi o que eu desejei ter ao longo dos 12 anos em que estive na oposição e que era ter um governo disponível para aceitar boas ideias e aceitar as propostas dos outros partidos. Isso é muito positivo. É uma mudança muito significativa.

Tantas vezes, Sr. Deputado, que eu tive razão!

Eu sabia que tinha razão!

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro sabia que eu tinha razão!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor é um incompreendido!

O Orador: O Sr. Deputado Berto Messias sabia que eu tinha razão! E mesmo assim, votavam contra!

Por isso, há uma mudança muito significativa no paradigma.

V. Ex^a. apresenta esta proposta, apesar de estar em grande parte já executada, nós estamos de acordo, o que é muito significativo.

O que eu tenho a dizer é que valorizo obviamente a intervenção de V. Ex^a. Portanto, não tenho qualquer inveja em relação a esta matéria, pelo facto do senhor ter aqui qualquer mérito político, não!

O mérito das iniciativas, seja qual for o partido, deve ser valorizado, porque o objetivo final é favorecer os açorianos.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Devo dizer também em relação a esta matéria, que há algo que nós encontrámos e que é preciso alterar.

Falo dos transportes marítimos que são muito penalizadores para os Açores. Os nossos transportes marítimos não funcionam de forma eficaz.

Temos problemas muito grandes no Grupo Ocidental, em especial no Corvo, mas isso já está em vias de resolução.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está, está!

(risos do Deputado Vasco Cordeiro)

Deputado Berto Messias (PS): Como é que o senhor sabe?

O senhor está muito bem informado!

O Orador: Está, está!

E temos problemas graves, do ponto de vista do escoamento do gado no Pico e, como bem foi referenciado e testemunhado, na Graciosa e em S. Jorge. Ou seja, os transportes marítimos são um problema na nossa Região, porque o sistema de transporte (marítimo) não funciona de forma eficaz. É preciso melhorá-lo. É evidente que isto é muito penalizador não só para a agricultura, mas para os restantes setores económicos. Não funciona o mercado interno e assim é impossível. E o Partido Socialista deixou a Região numa situação de enorme fragilidade nesta matéria.

Eu diria mesmo que este é um dos pontos fundamentais, porque se melhorarmos o sistema interno de transporte marítimo, resolvemos grande parte destas questões.

Deputado Berto Messias (PS): Cá estaremos para ver isso!

O Orador: Cá está o Sr. Deputado Berto Messias a dizer num aparte –eu também os posso citar, Sr. Deputado Vasco Cordeiro –bem audível, “pois nós não fomos capazes e os senhores também não serão capazes”!

Deputado Berto Messias (PS): Ó Sr. Deputado eu não disse nada disso!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó Sr. Deputado mentira não!

(Protestos inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Foi o que o Sr. Deputado queria dizer!

(Risos dos Deputados da bancada do PS e de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

E por isso, é evidente que é um enorme desafio para o Governo. Mas é um enorme desafio que nós temos de vencer para a prosperidade dos Açores, para resolvermos um grande conjunto de problemas, também na agricultura, mas não

só. E este é um problema que eu tenho a certeza que quando se concluir esta Legislatura, nós vamos apresentar o nosso trabalho e tenho a certeza de que vamos ficar numa situação melhor do que aquela que herdámos dos Governos de V. Ex^a.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e do Governo)

Deputado Berto Messias (*PS*): Cá estaremos, Sr. Deputado Paulo Estêvão! Cá estaremos, cá estaremos!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários:

A bovinicultura de carne na ilha das Flores tem, infelizmente – e digo assim porque é objetivo deste Governo reduzir etapas – vários elos de intermediação. Ou seja, desde a produção ao consumo, são muitos os intermediários. E isto é uma dificuldade em termos de rendimento quer para o produtor quer para preços mais acessíveis ao consumidor.

Isto é algo que nunca foi conseguido nos governos anteriores e é um objetivo deste Governo dos Açores, isto é, reduzir a distância entre quem produz e quem consome.

Porquê? Para que o rendimento ao nível do produtor seja melhor.

Deputado João Bruto Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Isto foi o que aconteceu na ilha das Flores. Ou seja, a determinada altura os produtores entregam os animais aos intermediários. E estes é que têm

o custo com a alimentação e manutenção desses mesmos animais. E naquela ilha há dois intermediários: o Sr. Marcolino Horácio Reis e o Sr. Abel Rodrigues Ambrósio.

Portanto, aqui está a tal situação que a Sra. Deputada Alexandra Manes referiu de que há diferença na produção. Mas não é. Uma coisa são os produtores, outra coisa são os intermediários.

Deputado João Vasco Costa (PS): E Regulamento Geral de Proteção de Dados?!

O Orador: O Governo dos Açores, através da minha pessoa, o que fez foi articular um diálogo de concertação e de apoio com os representantes dos agricultores, ou seja, com a Associação Agrícola e com a Cooperativa Agrícola. E tudo foi realizado dentro dum procedimento devidamente articulado com os representantes dos agricultores.

Foi isto que aconteceu.

Não houve distinção, nem qualquer diferença. Pelo contrário, penso que a Sra. Deputada, e todos os Srs. Deputados, deviam estar satisfeitos. E não vale a pena nós brigarmos por uma situação em que estamos de acordo e que é o apoio à quebra de rendimento dos produtores, por via da existência da exportação.

Inventar ou criar situações que não coincidem com este apoio à quebra de rendimento, permitam-me que vos diga, é

Criar fumo sem necessidade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): O senhor escusava era de citar o nome das pessoas aqui!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Aqui é tudo transparente!

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os motivos que levaram à propositura desta Resolução, prendem-se com uma análise séria. Aliás, espero, e terei sempre em mente esta ideia, trazer a esta Casa os assuntos que eu entender que são sérios.

Para começar, em termos de seriedade, é levar em conta a primazia desta Casa e aquilo que se falou de que é no Parlamento e pelo Parlamento que serão decididos os assuntos da Região.

Ora bem, embora tenha sido hoje criticado por isso, vou continuar a insistir no meu (nosso) Projeto de Resolução.

Foi dito que até foi feita uma alteração e que eu não tinha ficado contente.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Onde é que isso já se viu?! Homessa!

O Orador: Srs. Deputados Bruno Belo e Paulo Estêvão, também só atenderam à proposta de alteração que fiz relativamente ao ponto 3. Mas foi-me pedido pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão em reunião, porque não estava incluído o Corvo. Também está contemplado nesta proposta de alteração.

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Por isso disse que a sua proposta era parcial!

O Orador: Mas ainda há mais.

Atendendo a que é nesta Casa que se devem debater os assuntos, é preciso aludir a uma outra questão, ou seja, não estou nada melindrado pelo facto de ter sido publicada a portaria, nem a 1ª a 3 de janeiro, sem que o navio Malena tivesse esgotado todo o gado das Flores – se isto não é precipitação, não sei que palavra lhe deva atribuir. E a 2ª depois de eu ter mencionado em Comissão este

facto, o Sr. Secretário disse “vamos aguardar para que a operação fique concluída, para então publicar a 2ª”.

A tudo isto – não nos pontos resolutivos, mas no preâmbulo – eu aludi referindo-me à portaria 45 de 2020.

E o que é que acontece? – é estranho. É que toda ela foi copiada e só caiu o ponto 3 do Artigo 4º, para o qual eu hoje propus esta alteração.

Portanto, eu entendo que é nesta Casa que se fazem as alterações e é aqui que entendo que as devo trazer. E não acho que tenha sido precipitado ou que tenha sido teimoso.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não! Agora cá!

O Orador: Simplesmente mantenho a seriedade do que entendo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Oh sim, muita seriedade.

Eu já lhe vou mostrar essa seriedade!

O Orador: Achei precipitado, isso sim, foi o Sr. Secretário ter ido às Flores, ainda antes do plenário de janeiro, também na ânsia de eu retirar a Proposta de Resolução, para atribuir a portaria no dia de 26 de janeiro.

Sobre esta matéria, é importante também dizer ainda o seguinte: com a 2ª portaria publicada – e o Sr. Secretário acabou de afirmar – afinal ficavam 98 produtores a perder 3800€ na ilha das Flores.

Portanto, sobre esta matéria penso que é esta a postura a ter quando trazemos estas matérias à Casa da democracia, para aprovação, aquilo que nós propomos para benefício dos florentinos e dos agricultores das Flores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fez bem Sr. Deputado! Fez bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Havia de esperar um bocadinho que é para eu lhe dar na cabeça. *(quando Vasco Cordeiro estava a sair da sala)*

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que vou fazer chegar à Mesa, para que seja distribuída a todas as Sras. e Srs. Deputados, a carta que foi enviada aos Deputados eleitos pelo círculo eleitoral das Flores e que evidentemente vou ocultar os dados pessoais do remetente em questão.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Assim que for rececionada essa carta, será distribuída às Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar Sr. Deputada Patrícia Manes, devo dizer-lhe que este apoio que acabou de referir, e as contas que apresentou estão certas, apenas o que está mal é a análise que fez em relação ao período temporal.

O apoio dado aconteceu quando já tinham passado quase 30 dias do dito senhor ter os animais na sua posse e, passado esse tempo, já não era possível repor esse valor, tendo sido atribuído alimento para um período de 15 dias.

Se a senhora fizer as contas ao apoio dado por 15 dias e estabelecer pelo período todo em que o senhor teve os animais em casa, vai ver que a injustiça não foi assim como a Sra. Deputada disse. Este é um princípio que a senhora deve ter e que é a lealdade e a justiça entre as pessoas.

Segunda questão, Sr. Deputado José Gabriel: acabou de referir que apresentou a sua proposta numa forma séria.

Desde logo, devo saudá-lo, porque reconheceu que ela inicialmente era parcial e depois percebeu que tinha que ser alargada e fê-lo. E fez bem. E tanto fez bem,

que nós vamos aprovar. E os senhores continuam *chateados* com isso! Não se *chateiem* com isso!

O Sr. Deputado referiu que a Portaria nº3 era uma cópia da Portaria do Governo anterior, de 2019. Mas esqueceu-se de dizer que havia uma alteração: é que em 2020, o Governo do PS apresentou uma portaria, semelhante às duas portarias mais recentes, mas com um valor de 90 cêntimos. O Governo da Coligação apresentou uma portaria em que o valor é de 1 euro.

Eu questionei o Sr. Deputado na Comissão se concordava com o valor de 1 euro e o senhor disse que não. Mas nunca disse que não concordava com o valor de 90 cêntimos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PSD, do CDS-PP e do Governo)

O senhor era Presidente do Conselho de Ilha das Flores. Porque é que o senhor não disse isso lá?

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários:

Três explicações muito rápidas e simples.

Primeira – sim, o Governo dos Açores vai alterar a portaria quantas vezes forem necessárias, porque existe uma coisa chamada *imprevisibilidade edafo climática*, que significa que não conseguimos prever as condições atmosféricas

adversas com muita distância, como tal, é a legislação que tem que se ajustar à quebra de rendimento. Portanto, vamos alterar quantas vezes forem necessárias.

Segunda - Sr. Deputado, eu não fui mais cedo à ilha das Flores, porque nós estamos a viver uma situação que se chama **pandemia** e há restrições à circulação. E, responsabilmente, eu tenho de acautelar isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Terceiro - a diferença de tratamento em relação ao apoio das novilhas com mais de 8 meses, Sr. Deputado, já devia saber que este apoio está no âmbito do POSEI e tem que ser tratado de forma diferente. Não pode ser incluído nesta proposta de apoio.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já dizia Voltaire que “devemos julgar um homem mais pelas suas perguntas, do que pelas respostas”.

Neste caso, acho que não estou *chateado*, Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Parece!

O Orador: Apenas reafirmei aquilo que trouxe a esta Casa, mantendo sempre a firme convicção de ser aqui a base da decisão.

O Sr. Deputado falou na questão dos 90 cêntimos e 1 euro – e há pouco dirigindo-se à Deputada Alexandra Manes, disse que ela não parecia conhecer o prazo e não estava a fazer bem as contas.

Pois bem, 90 cêntimos foram dados para o período de 9 de outubro de 2019 a 28 de fevereiro de 2020.

Deputado Bruno Belo (PSD): Um dia vai dar-me razão!

O Orador: Meses estes, que eu saiba, não tiveram o efeito e o pesado fardo que os custos acrescidos trazidos pela pandemia tiveram nos produtores de carne e o seu efeito, desde logo, com a diminuição do preço da carne pelo que, apesar do aumento dos 10 cêntimos nesta portaria, entendo e sustento o porquê de ter dito que não concordo. Acho que deveria ser mais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Claro, se fosse Governo já era suficiente.

O Orador: Aliás, a Associação Agrícola pediu 1 euro e meio, pormenor que se esqueceu de referir - só falou do que eu disse.

O Governo entendeu dar 1 euro. E eu entendo que é insuficiente, porque realmente para os meses a que se refere agora, isto é, de dezembro de 2020 a janeiro de 2021, há que recordar que não só existem os custos acrescidos devido às condições atmosféricas, mas também os custos devido à pandemia. Portanto, foi nessa base que eu lhe disse que não concordo com o preço.

Claro que os agricultores das Flores reconhecem que 1 euro é melhor do que 90 cêntimos. Mas há uma coisa, na qual continuo a insistir, *damos com uma mão, tiramos com a outra*. E deixamos cair – e isso não vou deixar de dizer! – o tal ponto que vinha na portaria de abril, que o Sr. Secretário insiste em dizer que tem a ver com o POSEI. E eu insisto que *damos com uma mão, tiramos com a outra*.

Afinal, em vez do tal 1 euro a mais, vão ser 3800 euros, dito pela boca do Sr. Secretário, para as Flores, porque hoje vamos aprovar este Projeto de Resolução para aquela ilha.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Sim, sim, mas por outra portaria!

Isso já estava considerado, mas por outra portaria!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Gabriel:

Nós vamos aprovar esse Projeto de Resolução.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Que faria se não aprovasse!

O Orador: Tenha calma!

O senhor habitue-se a esta nova forma de fazer política!

O senhor não está habituado!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados das bancadas do PS e PSD)

O Orador: Em condições normais, o que é que acontecia?

O PSD propunha, os senhores, através do Governo, faziam. E chegávamos aqui e chumbavam, porque já estava resolvido.

Agora não é assim, Sr. Deputado!

Deputado José Ávila (PS): Não é verdade! Está a ser injusto!

O Orador: Relativamente ao preço, da mesma forma que o Sr. Deputado disse que o Sr. Presidente da Associação Agrícola tinha solicitado que o valor fosse de 1 euro e meio – e é verdade - foi exatamente o mesmo valor que ele tinha solicitado um ano antes! Mas isso o senhor não disse!

Os 90 cêntimos foram resultado duma negociação entre a Associação Agrícola e o Governo e 1 euro foi o resultado duma negociação entre a Associação Agrícola e este Governo!

Só isso, Sr. Deputado!

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PSD, do CDS-PP e do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que cada vez gosto mais deste Partido Socialista!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e CDS/PP)

Mas V. Exas. não se preocupem que eu não vou desertar!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP)

Porque eu sei que quando saírem da oposição, voltam a ser os mesmos.

Então V. Exas. agora estão generosos como nunca?!

O que antes era um problema, o que antes provocava um desequilíbrio orçamental, o que antes era uma enorme dificuldade, agora deixou de ser!

Os senhores estão *tão generosos* que, como já vimos nesta reunião plenária, até aprovam apoios, a partir daqui, e para todo o ano de 2020 em que V. Exas. ainda governavam e não tinham criado o apoio que propõem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e do Governo)

O Orador: Eu devo dizer que estou a desenvolver uma enorme empatia com o Partido Socialista em relação ao vosso novo posicionamento nestas matérias.

Nesta questão em específico, até o Sr. Deputado José Gabriel tem alguma dificuldade em explicar a sua *nova* atitude reivindicativa.

Porque antes, 90 cêntimos era muito bom - há poucos meses atrás.

Quando o Governo do seu partido estava no poder.

Agora, 1 euro é justo! Pois se agora é justo, antes os 90 cêntimos eram injustos, porque há uma diferença entre um e outro.

Por isso, quero aqui transmitir a V. Exa. – Não se zangue. V. Exa. estava agitadoíssimo na sua intervenção...

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Olhe que não!

O Orador: Olhe que não funciona!

Eu estive agitado muitos anos e não resultou!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e CDS/PP)

Foi preciso a Iniciativa Liberal e o CHEGA tirarem a maioria absoluta a V. Exas!

V. Exa. apresentou aqui uma proposta e a resposta do Governo é positiva. Sim, acompanhamos a iniciativa do Partido Socialista.

Há pouco o Sr. Deputado Manuel Ramos estava a dizer “bom e acha que para a Graciosa também é importante o apoio?”.

Eu lembro a V. Exa. Sr. Deputado, que a proposta é do Partido Socialista, por isso essa avaliação tem que ser feita por V. Exa. também.

V. Exa. é que tem que saber se é apropriado ou não.

Mas nós estamos disponíveis para votar favoravelmente a sua proposta – não há nenhuma dúvida sobre isto. E dou-lhe um conselho: quando as coisas estiverem a correr bem não complique, Sr. Deputado!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e CDS/PP)

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos passar à votação do Projeto de Resolução n.º 4/XII – “Apoio extraordinário aos produtores agropecuários da ilha das Flores”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 4/XII – “Apoio extraordinário aos produtores agropecuários da ilha das Flores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do CHEGA, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Vamos avançar na nossa agenda para o ponto n.º 9 - **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto possa participar, enquanto declarante, em diligências de audição no âmbito do Processo n.º 568/15.**

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Autorização colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Passamos ao ponto nº 10 da nossa agenda - **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 665/20.**

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Autorização colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Passamos ao ponto nº 11 da nossa agenda - **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 87/20.**

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Autorização colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Passamos ao ponto 12 da nossa agenda - **Petição n.º 52/XI – “Justiça e equidade para os TSDT Açores”**, apresentada por Carlos Alberto Medeiros Mendonça, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o Artigo 192º do nosso Regimento.

Os tempos foram aprovados pela conferência de líderes, havendo 8 minutos por intervenção para cada Grupo e Representação Parlamentar.

Para apresentar o Relatório tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa, Relatora da Comissão de Política Geral.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

“Apresentação do relatório sobre a Petição n.º 52/XI – Justiça e Equidade para os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica dos Açores.

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 05 de fevereiro de 2021, presencial e por videoconferência, para apreciação e relato sobre a **Petição n.º 52/XI – “Justiça e equidade para os TSDT Açores”**.

A Petição, reunindo cerca de quinhentas e cinquenta assinaturas, tendo como 1.º subscritor o Senhor Carlos Alberto Medeiros Mendonça, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 8 de julho de 2020, tendo transitado para a Comissão Especializada Permanente de Política Geral da XII Legislatura e cumpre as formalidades regimentais exigidas.

CAPÍTULO I ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento e do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do artigo 3.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, a matéria em apreço é competência da Comissão Especializada Permanente de Política Geral.

CAPÍTULO II APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

Em sede de exposição de motivos, os peticionários referiram o seguinte; “*A Carreira dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (TSDT) engloba 18 profissões, especializadas em diferentes áreas de reconhecida importância no apoio ao diagnóstico clínico e na Intervenção terapêutica; que “a necessidade dos meios complementares de diagnóstico é de tal forma evidente no panorama mundial de pandemia, que qualquer política ou intervenção de saúde estaria votada ao fracasso sem estes recursos. De igual forma, as áreas de intervenção terapêutica aqui incluídas são únicas e insubstituíveis no apoio à saúde do utente, primando pela oferta de cuidados*

diferenciados”. E continuam dizendo que, “*com a extinção da carreira de TDT, sendo substituída pela carreira de TSĐT, mas com as questões relacionadas com a transição para a nova carreira a serem remetidas para publicação posterior, ultrapassando os prazos previstos e sem audição dos sindicatos, numa clara violação e desrespeito dos direitos dos trabalhadores, são lesivas particularmente pela não inclusão de técnicos em todas as categorias e pelas quotas atribuídas a cada uma delas*”.

Solicitam os peticionários justiça e equidade tal como aconteceu na Região Autónoma da Madeira que em reconhecimento do valor e da importância destes profissionais, e em pleno exercício do seu estatuto de autonomia, procurou minimizar a desigualdade a que os TSĐTs foram sujeitos.

Basicamente, os peticionários referem que, os TSĐT apelam à aplicação justa e equitativa tanto dos mecanismos de descongelamento e transição, como à aplicação justa e equitativa de uma nova carreira, fazendo, para isso, uso dos mecanismos próprios da autonomia:

1. Descongelamentos com atribuição de 1.5 pontos/ano a todos os TSĐT, independentemente do seu vínculo laboral;
2. Que todo o tempo de serviço e a avaliação de desempenho anterior ao processo de transição para a carreira especial dos TSĐT releve para efeitos de progressão e alteração de posição remuneratória;
3. Promover a inclusão de TSĐT em cada uma das 3 categorias da nova carreira, abolindo quotas, mantendo os quadros circulares e acautelando uma grelha salarial equiparada a outras carreiras da Administração Pública com o mesmo nível habilitacional e profissional;
4. Aplicar integralmente o Acordo Coletivo de Trabalho publicado no *Jornal Oficial* da Região Autónoma dos Açores - II Série, n.º 8, de 11 de janeiro de 2019. Em nome da equidade que todas as carreiras merecem, em respeito pelas profissões aqui retratadas com alto grau de especialização, que contribuem para

um Sistema Regional de Saúde com maior qualidade, e em exercido da autonomia que nos distingue, que se corrijam as assimetrias, que se reponha a justiça e que se valorize definitivamente o esforço e dedicação dos TSĐT.

CAPÍTULO III **DILIGÊNCIAS**

A Comissão deliberou ouvir presencialmente, por videoconferência e ou outros meios telemáticos os 1.ºs subscritores da petição, Dr. Carlos Mendonça, Dra. Inês Cardoso e Dr. Francisco Medeiros.

AUDIÇÃO CONJUNTA DOS TRÊS PRIMEIROS SUBSCRITORES DA PETIÇÃO

A audição, realizada no dia 05 de fevereiro, iniciou-se com uma apreciação genérica da iniciativa por parte dos primeiros subscritores. O Dr. Carlos Mendonça mencionou que todos os peticionários (mais de meio milhar), que em menos de 24 horas assinaram em massa esta petição, sabem que todo o Serviço Regional de Saúde deve ser alicerçado com base em carreiras justas e dignas para todos os profissionais.

Os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica são profissionais fundamentais para os diversos serviços e valências do Serviço Regional de Saúde, sendo trabalhadores licenciados, autónomos, reconhecidos, regulamentados, produtores de trabalho científico e intelectual e com horas de formação contínua regular, sempre em prol da constante melhoria na prestação de cuidados de saúde na Região.

O Dr. Francisco Medeiros referiu que com o arrastar da revisão da carreira, assiste-se à sobreposição de um processo de descongelamento com o de reposicionamento. As regras de transição e o reposicionamento não refletem de forma alguma os 20 anos de estagnação a que a carreira esteve votada, o

posicionamento da quase totalidade dos profissionais na base da carreira e a possibilidade de apagão a todos os anos de serviço são disso exemplo.

A Senhora Deputada Alexandra Manes questionou se houve, com a anterior Secretária Regional da Saúde, algum progresso tendo em vista a resolução da situação dos TSDT e se foi já estabelecido algum contacto com o atual Governo Regional dos Açores.

O Dr. Carlos Mendonça aludiu para o facto de participarem na audição como petionários, não como representantes dos TSDT, no entanto, referiu também que não houve contactos com o anterior Governo nem com o atual, tendo por isso afirmado ser necessário esperar para perceber qual a forma de atuação do atual Governo Regional dos Açores.

O Deputado Flávio Soares questionou sobre quais os passos dados pelo anterior Governo relativamente às pretensões dos TSDT.

O Dr. Carlos Mendonça aludiu para o facto de o anterior executivo não ter dado qualquer passo relativamente ao teor da petição. O Dr. Francisco Medeiros mencionou que não houve “fumo branco” relativamente a nenhuma das questões que estavam em cima da mesa, tendo acrescentado inclusive que houve propostas do CDS e do PSD na anterior legislatura que não foram aprovadas pelo Partido Socialista. Referiu, ainda, que os TSDT reivindicam, apenas, o que já foi atribuído a outras carreiras e que, há quase duas décadas que lutam pela criação de uma carreira profissional condigna e condizente com a sua qualificação académica, diferenciação técnica e científica e adequada à importância destas 18 profissões no serviço nacional e regional de saúde.

A Deputada Alexandra Manes questionou os petionários no sentido de perceber quantas pessoas se encontram na situação relatada pelos TSDT.

O Dr. Francisco Medeiros referiu que cada caso é um caso, sendo que são 380 os TSDT nos Açores distribuídos pelas várias Unidades de Saúde de ilha e pelos 3 Hospitais. Esclareceu que, desde 2005/2006 há profissionais que nunca

progrediram ou progrediram apenas uma vez, sendo que, desde 2010 que não há qualquer de progressão na carreira dos TSDT.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º **52/XI- “Justiça e equidade para os TSDT Açores”**, a Comissão de Política Geral aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

- 1-Considerando que a presente petição foi subscrita por mais de 500 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
- 2- As pretensões dos peticionários têm origem na vontade de se repor a justiça e equidade na carreira dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica;
- 3-Do presente relatório deve ser dado conhecimento aos primeiros subscritores, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

CAPÍTULO V

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

De modo genérico, os Deputados revelaram-se sensíveis às pretensões dos Peticionários, reconhecendo que são justas as suas reivindicações quanto à necessidade de se analisar de uma forma mais abrangente a carreira dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica.

Santa Maria, 8 de fevereiro de 2021

A Relatora

Elisa Sousa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente
Bruno Belo

Presidente: Obrigado Sra. Relatora.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

(*) Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD saúda o peticionário pela iniciativa “Justiça e Equidade para os Técnicos Superiores de Diagnóstico dos Açores”.

Queremos também saudar todos os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, pelo trabalho que desenvolvem na nossa Região, espalhados por todas as ilhas, com relevante importância e intervenção clínica, em diferentes áreas da saúde, nomeadamente no tratamento e reabilitação.

As áreas de intervenção terapêutica são imprescindíveis no apoio à saúde do utente, primando pela oferta de cuidados diferenciados em diversas áreas que vão desde a realização de exames, como os Técnicos de Radiologia, Análises, Anatomia Patológica, até aos tratamentos e reabilitação com terapeutas, como por exemplo terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, técnicos de farmácia e dietistas, perfazendo, como já disse aqui, 18 profissões especializadas em diferentes áreas, num total de 380 profissionais a trabalhar no Serviço Regional de Saúde.

Esta Petição intitulada “Justiça e Equidade para os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica”, trata efetivamente duma questão de justiça e de equidade.

O descongelamento e a transição para a carreira especial dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, nomeadamente na contagem dos pontos e inclusão nas diferentes categorias da nova carreira, resume a luta destes técnicos.

Lutam por uma carreira salarial equiparada a outras carreiras da Administração Pública, com o mesmo nível profissional e habilitacional.

O Grupo Parlamentar do PSD, na Legislatura anterior, apresentou um Projeto de Resolução sobre o processo de descongelamento da carreira dos Técnicos Superiores de Diagnóstico, por entender ser urgente a retoma das negociações, a fim de corrigir as assimetrias e assumir uma justa contagem do tempo de serviço e um reposicionamento da carreira especial dos Técnicos Superiores de Diagnóstico.

O Grupo Parlamentar do PSD estará sempre ao lado destes técnicos, como já esteve no passado.

Entendemos que o trabalho por eles desenvolvido, é fundamental e indispensável. São, sem dúvida, um pilar no nosso Serviço Regional de Saúde.

É hora de se fazer justiça, atendendo às reivindicações desta classe.

Acreditamos que este problema será tido em conta, até porque este Governo teve a coragem de colocar no seu Programa de Governo que irá negociar a revisão e a valorização das carreiras dos profissionais do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente destes técnicos.

Tal como noutras profissões ligadas à saúde, os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica merecem ser tratados com todo o respeito e valorizados, pois para além de terem sido prejudicados nos seus direitos (de trabalhadores) com a nova legislação regulamentada, sem acordo prévio, para a

contagem do tempo, estão há 1 ano a trabalhar sob grande stress, muitas vezes lado a lado com o Covid porque, como sabemos, muitos exames realizados pelos técnicos de saúde terapêutica, são imprescindíveis para o diagnóstico do doente com Covid.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PSD compreende as pretensões destes técnicos e tudo fará para repor a justiça, pois a saúde da população também passa pela satisfação dos profissionais de saúde.

Disse.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputado Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda começa por saudar os Peticionários na pessoa do primeiro subscritor, Sr. Carlos Alberto Medeiros Mendonça que, pelo exercício do seu direito, nos fez chegar as suas reivindicações através desta ferramenta democrática.

A Petição “Justiça e Equidade para os Técnicos Superiores de Diagnóstico dos Açores”, reivindica a justiça e equidade para estes profissionais.

Estes técnicos são profissionais da área da saúde, com fins de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de doença ou de reabilitação.

Esta carreira, como sabem, engloba 18 profissões que, segundo o Artigo 4º do Decreto-Lei nº 111/2017, de 21 de agosto, se organizam por áreas de prestação de cuidados de saúde, nomeadamente hospitalar, saúde pública, cuidados de saúde primários continuados e paliativos, docência e investigação.

Devemos todas e todos nós que estes profissionais têm um papel fundamental na nossa sociedade, nomeadamente nos serviços de saúde prestados. Contudo, a importância que estes técnicos representam para a vida das pessoas e das sociedades, infelizmente não tem estado presente nas decisões políticas.

Como bem sabem, estes profissionais têm vindo a travar uma luta difícil e que perdura no tempo. Portanto, é de saudar a persistência com que têm lutado pelos seus direitos, com toda a legitimidade que lhes assiste.

Com o culminar das recentes alterações aos diplomas que regulamentam esta profissão, os técnicos viram-se confrontados com injustiças, todas elas elencadas na redação da Petição, no que se refere à contabilização dos anos de serviço para fins de descongelamento, a inclusão destes técnicos nas 3 categorias da nova carreira, acabando com as quotas, mantendo os quadros circulares e acautelando uma grelha salarial equiparada às outras da carreira da Administração Pública Regional.

Perante o aqui exposto, o Bloco de Esquerda lamenta profundamente que estes profissionais ainda não tenham visto as suas reivindicações resolvidas. Falamos de cerca 380 profissionais que têm vivido uma injustiça, sem argumentação possível e, portanto, não percebemos o porquê do arrastar deste processo.

Quero lembrar que o Bloco de Esquerda, em proposta de aditamento ao Orçamento Suplementar da Região para 2020, propôs a valorização da carreira dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica. Foi chumbada. Mas não desistimos. E a prova disso é o Projeto de Resolução que entregámos na passada 2ª feira.

Com este Projeto de Resolução ressalvamos que é fundamental acautelar a aplicação imediata da revisão da carreira dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica na Região Autónoma dos Açores. No entanto, e para que não surjam mais injustiças com estes profissionais, recomendamos que esta mesma revisão assente em negociações entre o Governo Regional e as

estruturas representativas destes trabalhadores, pois só assim esta luta poderá realmente garantir a justiça e a equidade para estes profissionais dos Açores, uma vez que as mesmas estruturas sindicais reclamam a contabilização de 2 pontos.

Disse.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente saudar os Peticionários, nomeadamente o Dr. Carlos Mendonça, por esta iniciativa, sendo sem dúvida este um importante contributo para uma sociedade ativa, dinâmica e próxima dos seus representantes eleitos.

Os 380 Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica são profissionais fundamentais nos diversos serviços de saúde do SRS e as preocupações quanto a estes técnicos, têm sido acompanhadas pelo Grupo Parlamentar do CDS. E a verdade é que, mesmo antes desta Petição, em setembro de 2020, apresentámos uma iniciativa que previa a contabilização do tempo de serviço dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica no Serviço Regional de Saúde, iniciativa esta que foi infelizmente chumbada pela maioria socialista. No entanto, não desistimos desta nossa reivindicação e do nosso pensamento nessa altura e, portanto, voltámos a apresentar a iniciativa que é também ponto da nossa agenda desta sessão plenária.

Consideramos que a valorização destes profissionais de saúde é fundamental para que tenham motivação para prestar o seu serviço. E essa motivação – estamos crentes – passa, sem dúvida, pela valorização das suas carreiras não só destes profissionais, mas também doutras carreiras, nomeadamente na área da saúde. E, como tal, acreditamos que desta vez vamos levar a nossa iniciativa avante.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista acompanha as reivindicações manifestadas pelos signatários da presente Petição, reconhecendo todo o valor e todo o mérito que estes profissionais têm e o contributo que dão para o desenvolvimento do Serviço Regional de Saúde. E reconhece-as como justas e que vão precisamente ao encontro de compromissos assumidos na anterior Legislatura.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista trabalhará também nesta Legislatura, no sentido de analisar numa forma mais abrangente a carreira destes Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, tendo em consideração a breve discussão do Plano e Orçamento da Região para 2021. Portanto, o PS estará ao lado destes técnicos e ao lado do Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Como se não tivessem responsabilidade.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, damos por concluída a apreciação desta Petição.

Sras. e Srs. Deputados, vamos proceder agora a eleições.

Agradecia que os Srs. Deputados ausentes pudessem regressar aos vossos lugares.

Conforme acordado em conferência de líderes, vamos fazer as eleições em simultâneo para os pontos 13, 14, 15, 16 e 17 da nossa agenda.

Regem esta matéria os Artigos 173º a 175º do nosso Regimento.

As propostas que deram entrada na Mesa preenchem os requisitos formais para serem admitidas a eleição.

Relativamente ao Conselho Económico e Social, devo informar a Câmara que no passado dia 11 de setembro de 2020, foram eleitos 4 representantes da Região, entretanto 3 desses representantes renunciaram aos seus cargos, daí que seja necessário a indicação e eleição de 3 novos representantes.

Assim sendo, são candidatos para o Conselho Económico e Social, como efetivos, o Sr. João Carlos Aguiar Teixeira, a Sra. Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba e como suplente, o Sr. Mário Jorge Belo Maciel.

Para o Conselho Nacional de Educação, cujo representante da Região renunciou no passado mês de outubro, a candidata é a Sra. Prof. Hermínia Pereira Coelho Rodrigues.

Para o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SA, o candidato é o Sr. José Manuel Monteiro Lourenço.

Para a Comissão de Análise e Acompanhamento do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada, o candidato em representação da nossa Assembleia, é o Sr. Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa.

Para o Conselho da Diáspora Açoriana, os candidatos são a Sra. Deputada Ana Luísa Luis, o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Estas eleições, sendo nominais, terão de ser por voto secreto. Por isso, peço aos nossos colaboradores da Assembleia que procedam à distribuição dos 5 boletins

de voto, para procedermos à chamada e introdução dos respetivos boletins nas 5 urnas que serão colocadas aqui à frente.

(Neste momento foram distribuídos os boletins de voto)

Os trabalhos foram interrompidos às 17 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos em condições de iniciar a chamada.

Os trabalhos recomeçaram às 18 horas e 18 minutos.

Toda a gente já tem os boletins de voto, são 5 boletins de cores diferentes. E como devem ter reparado, também temos 5 urnas diferentes.

Peço então ao Sr. Secretário para dar início à chamada.

(Neste momento procedeu-se à chamada e à contagem dos votos)

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos proceder ao anúncio dos resultados das eleições que acabámos de realizar, começando pelo ponto 13 da nossa agenda – **“Eleição de 3 representantes da RAA no Conselho Económico e Social”**.

Secretário: O candidato João Carlos Aguiar Teixeira foi eleito com 48 votos sim, 4 votos não; 4 abstenções e 1 branco.

A candidata Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba obteve 49 votos sim, 6 votos não, 1 abstenção e 1 voto em branco.

O candidato Mário Jorge Belo Maciel foi eleito com 37 votos sim, 11 votos não e 9 abstenções.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Estão, assim, eleitos os 3 representantes.

Passamos ao ponto 14 da nossa agenda – **“Eleição do Representante da RAA no Conselho Nacional da Educação”**.

Peço ao Sr. Secretário que anuncie o resultado.

Secretário: A candidata Hermínia Pereira Coelho Rodrigues foi eleita com 49 votos sim, 2 votos não e 6 abstenções.

Presidente: Muito obrigado.

Passamos ao ponto 15 da nossa agenda – **“Eleição do Representante da RAA no Conselho de Opinião da RTP”**.

Faça o favor de anunciar a votação Sr. Secretário.

Secretário: O candidato José Manuel Monteiro Lourenço foi eleito com 47 votos sim, 8 votos não e 2 abstenções.

Presidente: Passamos ao ponto 16 da nossa agenda – **“Eleição do Representante da Assembleia Legislativa da RAA na Comissão de Análise e Acompanhamento do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada”**.

Secretário: O candidato Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa foi eleito com 47 votos sim, 4 votos não e 6 abstenções.

Presidente: Finalmente, passamos ao ponto 17 da nossa agenda – **“Eleição dos Representantes da Assembleia Legislativa da RAA no Conselho da Diáspora Açoriana”**.

Secretário: A candidata Ana Luísa Pereira Luis foi eleita com 39 votos sim, 16 votos não e 2 abstenções.

O Candidato Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral foi eleito com 51 votos sim, 3 votos não, 2 abstenções e 1 voto em branco.

A candidata Catarina de Oliveira Cabeceiras foi eleita com 48 votos sim, 4 votos não, 4 abstenções e 1 voto em branco.

Presidente: Estão, assim, também estes Representantes eleitos.

Vamos dar continuidade à nossa agenda, passando para o ponto 18 - **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 45/XII – “Prorrogação do prazo de candidatura ao Vale PME Digital Açores e ao Vale Exportar Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão tem por objetivo assegurar até ao final de 2021 o apoio às empresas no âmbito do Vale PME Digital e também o Vale Exportar Açores. Por forma a aumentar o apoio às empresas regionais no esforço da sua atividade e também o reforço da sua capacidade de exportação.

Já ocorreu um anterior prolongamento do prazo para apresentação de candidaturas associadas a estes apoios, até 31 de março, mas na 2ª feira, surpreendentemente, o Governo Regional - antes do início desta semana dos trabalhos no Parlamento – prolongou à pressa o prazo até 30 de junho, tentando retirar a centralidade do Parlamento na discussão do atual diploma.

Já não é a primeira vez que isso acontece, mas mesmo assim, é pouco, muito pouco, porque é importante que esta medida possa ser aplicada e continuada no período previsível da pandemia de Covid-19.

Portanto, é fundamental manter por mais 6 meses, por forma a que as empresas também tenham confiança de que o Governo Regional vai responder a tempo, sobretudo neste período. Daí ser urgente debater e discutir no Parlamento uma proposta que pretende exatamente apoiar o investimento e a criação de postos de trabalho pelas empresas regionais. E se não tiver continuidade, até ao final do ano, o que vai significar e representar é uma diminuição dos apoios às

empresas e, sobretudo, no período de maior pressão que muitas delas estão a sentir.

Também significa que, caso esta urgência não seja aprovada, apenas em junho – se ela baixar à Comissão – é que vai ser discutida e talvez aprovada nesta Casa.

Deputado Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Em maio, há plenário em maio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não há em maio? Temos plenário em maio!

O Orador: O que vai trazer mais instabilidade à concretização de investimentos e sem saber com o que podem contar as empresas regionais.

Por isso, esta proposta é urgente ser debatida e discutida aqui e hoje no Parlamento, para salvaguardar qualquer sentimento de instabilidade e também assegurar a previsibilidade de investimento das nossas empresas.

Obrigado.

Vozes do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está, assim, justificada a urgência.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

“A pressa é inimiga da competência”, Sr. Deputado Vílson Gomes.

Que chatice!

E para não ser à pressa, vamos estudar isto bem estado.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Foi o Governo. Não fomos nós!

O Orador: E, portanto, vamos fazer baixar à Comissão para a gente perceber se é urgente ou não; ou se um mero aviso dum diretor regional prolonga ou não essa medida. Um mero aviso dum diretor regional prolonga esta medida.

Portanto, se houver aqui uma necessidade urgente de prolongar a medida para depois de 30 de junho, um mero aviso dum diretor regional resolve o problema.

Eu julguei, Sr. Deputado, que a demagogia estava reservada só a alguns partidos. Mas, afinal, não. Também está reservada ao Partido Socialista.

O Sr. Deputado Vílson Gomes tem sido, nesta semana, *o rei da demagogia!*

O ponta de lança do Partido Socialista para a demagogia!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Explique lá qual é a demagogia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PSD, do CDS-PP e do Governo)

O Orador: Portanto, acho que a gente vai ter que estudar melhor esta matéria, sem demagogias, para saber bem qual será o apoio às empresas.

O Sr. Deputado começou por dizer que não aprovar esta urgência, era não querer apoiar as empresas.

Não é verdade, Sr. Deputado, porque o apoio às empresas está garantido até ao dia 30 de junho. E nós temos dois plenários – se bem que um não deva ser utilizado para isso – até essa data.

Portanto, no plenário de maio dá perfeitamente tempo de aprovarmos esse diploma de prorrogação do prazo, até ao final do ano, destes dois vales.

Portanto, Sr. Deputado, não se justifica a urgência do debate neste momento.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PSD, do CDS-PP e do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Efetivamente, a intervenção que me antecedeu acabou por explicar exatamente aquilo que está em causa neste Pedido de Urgência. Ou seja, neste momento, não está em causa qualquer candidatura – e isso, aliás, até foi referido pelo Sr. Deputado Vílson Gomes – porque houve uma prorrogação até final de junho.

Na verdade, ainda temos 3 plenários pela frente, contando com o plenário de junho que ainda será antes do dia 30 (de junho).

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Vai terminar quando? Sabe?

O Orador: De qualquer das formas, também tem sido opção deste Governo fazer esse acompanhamento. E ao fazer a prorrogação não foi “a correr” atrás desta proposta do Partido Socialista, como é óbvio.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não foi? Parece

O Orador: Por isso, é óbvio que esta urgência não se justifica.

Justifica-se, sim, a análise destas medidas em sede de Comissão, até para podermos fazer uma discussão mais séria e aprofundada sobre esta matéria.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que os Srs. Deputados Nuno Barata e Rui Martins já transmitiram o essencial. E, na verdade, as prorrogações de medidas que estão em vigor, têm sido feitas trimestralmente.

O Governo tem adotado o critério de as fazer nesse lapso de tempo. E, sobretudo, parece-nos que não é objetivamente urgente, principalmente quando há um plenário pela frente - e todos os plenários têm comportado imensas iniciativas – que se considere urgente uma medida que uma mera assinatura dum diretor regional, coordenador dos fundos estruturais, possa prorrogar a medida.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem!

O Orador: Portanto, entendemos que havendo tempo em Comissão, pois que se discuta o assunto nela.

Invocar a urgência, neste momento e neste plenário, é absolutamente desnecessário.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está tudo dito em relação aos argumentos, que o mesmo é dizer em relação à não urgência desta iniciativa, proferidos pelos Srs. Deputados Nuno Barata, Rui Martins e também António Vasco Viveiros.

Nesse sentido, quero aqui anunciar que o Grupo Parlamentar do PPM, pelos motivos que já foram aduzidos e que não vale a pena repetir, também vai votar contra a urgência.

Deputado Carlos Silva (PS): Já tínhamos percebido.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Para participar no debate Sr. Presidente.

Presidente: Não pode Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o Pedido de Urgência, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência apresentado, foi rejeitado com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do CHEGA, 2 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal e 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou, favoravelmente, este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, exatamente, pelo histórico da entrada deste processo nesta Assembleia e que desmente algumas acusações que aqui foram proferidas.

Deputado Vílson Gomes (PS): Muito bem!

A demagogia está é nesse lado!

O Orador: O nosso voto a favor centra-se na proposta em concreto que votámos, ou seja, a declaração de urgência, porque quando esta Proposta de

Resolução e o Pedido de Urgência deram entrada, os dados que existiam era que esses apoios terminariam no dia 31 de março.

Portanto, não é possível considerar que um Pedido de Urgência é demagógico quando, no momento em que deu entrada, esta proposta fazia todo o sentido, porque este plenário era o único no qual poderia existir uma decisão politicamente com sentido em relação a esta matéria.

Posteriormente, à entrada deste Pedido de Urgência, o Governo decidiu prorrogar aquela que é a vigência das medidas sobre as quais a Resolução se refere.

O encadeamento dos factos e das datas, torna claro que tinha razão o Partido Socialista no Pedido de Urgência que apresentou...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tinha? Já não tem?

O Orador: ... como, em coerência, tem razão o Partido Socialista ao votar, favoravelmente, a sua proposta.

O que eu não percebo, mas é algo que nem sequer teremos oportunidade de esclarecer nesta discussão uma vez que a urgência foi chumbada e a Proposta baixará à Comissão para análise, é que o argumento que serve para justificar o chumbo da urgência, é o argumento de que a medida já foi prorrogada e que esta Proposta que visava a prorrogação necessita de mais estudo.

Deputado Nuno Barata (IL): Precisa, precisa.

O Orador: Não necessita de mais estudo a decisão da prorrogação, mas necessita de mais estudo aquilo que é exatamente o que se pretendia.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Há algo aqui que não bate certo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas a Assembleia pronunciou-se, decidiu, está decidido.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins para uma declaração de voto.

(*) Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pese embora o que foi aduzido pelo Deputado Vasco Cordeiro relativamente ao processo de entrada, quando entrou e à urgência que se impunha...

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: É uma declaração de voto.

Estou a justificar o facto de nós termos votado contra a urgência. É isso que eu estou a fazer. Estou simplesmente a dizer que tem razão o Deputado Vasco Cordeiro quando diz que os documentos entraram e, nessa altura, afigurava-se o término destes apoios. Mas também têm razão os partidos que votaram contra a mesma urgência, quando dizem que esta matéria não é urgente, uma vez que foi prorrogado.

Secretário Regional das Finanças (Bastos e Silva): Ora bem!

O Orador: E não há qualquer tipo de contradição.

A partir do momento em que o que foi aduzido para justificar a não urgência, é que eventualmente se possa avaliar.

Uma vez que o Governo tem tido uma postura de, trimestralmente, avaliar estas prorrogações, ou não, poder-se-á avaliar em sede de Comissão se faz sentido que o façamos trimestralmente, ou não, como o Partido Socialista bem quis apresentar.

Dão-me razão, ainda, quando eu disse que haveria três plenários até ao fim desta prorrogação que, entretanto, foi feita, pois temos o plenário do Plano e Orçamento, mas temos também o plenário de maio e o de junho que, em igualdade de circunstâncias a este – uma vez que terminava a 31 de março – esta situação também poderá ser resolvida nessa altura e entrar em vigor antes do término do diploma.

Por isso, não se justifica a urgência deste diploma.

Deputado Vílson Gomes (PS): Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje.

O Orador: E julgo que ficou claro para todos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PSD, do CDS-PP e do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É a centralidade do Parlamento!

Deputado Nuno Barata (IL): Não é a centralidade do Parlamento. É a **dignidade** do Parlamento!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros para uma declaração de voto.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra a urgência, pelo facto de ter sido novamente prorrogado o prazo pelo Governo (a 18 ou 19 de março), por mais 3 meses, isto é, a validade das subsequentes candidaturas.

Não foi a primeira vez que aconteceu. Já em dezembro de 2020 tinha sido prorrogado por 3 meses, até 30 de dezembro. E, portanto, a expectativa naturalmente é de que essa prorrogação voltasse a acontecer por mais 3 meses. Foi isso que aconteceu.

Por isso, temos 3 meses para que, em sede de Comissão e se for esse o entendimento, avaliar com profundidade esta questão.

A verdade é que, em matéria de urgência, não é urgente, porque está em vigor até 30 de junho. Este é um facto incontornável, independentemente do que se passou em termos de datas de entrada em vigor e dos avisos que saíram.

Rigorosamente até 30 de junho, as candidaturas são válidas. E esta é a questão central que faz com que não se justifique a urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou justificar porque é que votámos contra a urgência.

Sendo verdade aquilo que foi enunciado pelo Partido Socialista, de que esta iniciativa entrou antes do Governo ter prorrogado as candidaturas aos mecanismos previstos neste âmbito, também não deixa de ser verdade que o Governo coincidiu com a apreciação de V. Exas e procedeu à prorrogação que os senhores pretendiam. Ou seja, há uma coincidência.

Deputado Francisco César (PS): coincidência?!

O Orador: Coincidência de posições.

Deputado Francisco César (PS): Sim, sim!

O Orador: Os senhores consideram que esta prorrogação era importante. O Governo Regional também.

Disse depois o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que a urgência continuava a justificar-se. Bom, aí é que eu já discordo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Imagino que sim!

O Orador: Porque a partir do momento em que a prorrogação está em vigor (final do mês de junho), então qual é o sentido da urgência neste momento?

A urgência deveria ter sido retirada, porque já alcançou o seu efeito político.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não alcançou o efeito político. Só o efeito prático.

O Orador: E prático – dou-lhe tudo, faça-lhe a vontade!

Efeito político e prático. Fica contente?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Só prático, político não! O Parlamento não se pronunciou!

O Orador: Só o efeito prático? Mas aí não concordo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não concorda, porque o Parlamento não se pronunciou.

O Orador: V. Ex^a., até pelo discurso de apresentação da urgência, pretendia o efeito político. E, aliás, tanto pretendia esse efeito político que, estando este mecanismo prorrogado até junho, mesmo assim, mantém a urgência. Isto é de quem quer manter o efeito político, tendo alcançado o efeito prático.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PSD, do CDS-PP e do Governo)

O Orador: Portanto, nós temos os meses de maio e junho para proceder, se assim for decidido pelo Parlamento, a uma nova prorrogação.

Coisa mais simples não existe!

Novamente, o que sucede é exatamente esta questão que estávamos a discutir – e termino com isto Sr. Presidente – que é, de facto, tendo-se alcançado o efeito prático, e existindo uma coincidência de posições, V. Exas. não desistiram de tentar alcançar o efeito político. E, por isso, é que insistiram numa urgência que já não teria efeitos práticos.

Vasco Cordeiro (PS): É a centralidade do Parlamento!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Vamos avançar na nossa agenda.

Tendo sido reprovado o Pedido de Urgência, passamos para o ponto 20 - **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 46/XII – “Recomenda ao Governo Regional a inclusão de uma auditoria técnica ao projeto e à construção do molhe norte no estudo em modelo físico reduzido já encomendado pela “Portos dos Açores” ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil relativo ao projeto de reordenamento da bacia do porto da Horta”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Para justificar a sua urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda solicita o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão deste Projeto de Resolução, dado que segundo o que também foi afirmado por diversos intervenientes nesta matéria, o estudo que está encomendado pela Portos dos Açores ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil sobre o Reordenamento da Bacia do porto da Horta está em vias de conclusão. E considera o Bloco de Esquerda que esse estudo deve

incluir um conjunto de matérias que estão explicitadas no Projeto de Resolução e que, se for aprovado, iremos naturalmente debater. Mas tendo em conta que o processo está em vias de terminar, consideramos que é útil debater esta questão, antes que ele termine, a fim de se fazer esta recomendação expressa nesta iniciativa, se assim o entender o Parlamento.

Este é o motivo do Pedido de Urgência Dispensa de Exame em Comissão que naturalmente deixamos à consideração das Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Justificada a urgência, estão abertas as inscrições.

Não havendo podemos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, dou agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima para apresentação do diploma.

Alerto que o Bloco de Esquerda entregou uma proposta de substituição integral.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A posição estratégica do porto da Horta, a segurança do seu ancoradouro e o seu reconhecido prestígio internacional são aspetos inegáveis e que se exige preservar e desenvolver.

O desenvolvimento do iatismo e de um vasto conjunto de atividades marítimas - desde as pescas ao comércio, da reparação naval ao turismo, passando também pelo apoio ao desenvolvimento da ciência - fizeram do porto peça essencial para a economia da ilha do Faial.

O crescimento de todas estas atividades levantou necessidades de adaptação do próprio porto, de forma a proporcionar à baía da Horta um melhor aproveitamento das suas funções. A execução prática deste intento, no entanto, ficou aquém do esperado e do exigido. O processo da primeira fase do reordenamento do porto não teve como base uma visão de futuro e de respeito pelos faialenses.

A perspetiva de longo prazo foi rapidamente transformada numa outra, de curto prazo, pouco séria e atabalhoada.

O projeto inicial do molhe norte, primeiramente estudado, com determinada dimensão e ângulo, foi substituído por outro de muito menor dimensão e diferente posicionamento, sem qualquer estudo físico feito por entidade qualificada e certificada.

Apesar dos avisos imediatos dos utilizadores e conhecedores do porto, que desde logo colocaram perentórias reservas a esta alteração, a obra continuou sem ter em conta os estudos técnicos necessários e as opiniões avisadas de quem conhece o mar e o porto.

O tempo tem provado que esta grande e dispendiosa obra foi tratada com menos seriedade do que aquela que era exigida e que – mais grave ainda – não teve em conta os reais interesses da economia da ilha e o respeito que merecem os faialenses.

Na sequência dos problemas que, ao que tudo indica, terão sido originados pela primeira fase da obra, o governo anterior, através da empresa “Portos dos Açores”, ensaiou a apresentação de vários projetos para a segunda fase que não só não convenceram os diversos utilizadores do porto, como fizeram mesmo levantar uma firme objeção por parte dos mesmos.

A “Portos dos Açores” encomendou, então, um estudo em modelo físico reduzido sobre a agitação marítima no porto da Horta, tendo presente a situação de projeto relativa à denominada requalificação do Porto Comercial da Horta.

Tanto quanto é público, este estudo não contempla uma análise ao molhe norte, nem procura solucionar os seus problemas.

A 12 de abril de 2017, o Bloco de Esquerda entregou - e recorde - na Assembleia Legislativa um projeto de resolução que apontava para uma auditoria técnica às obras do molhe norte e ao estudo sobre possíveis alterações ao mesmo, para que estas obras cumprissem os objetivos pretendidos.

Esta iniciativa legislativa, que subiu a Plenário em 2018, teve a votação favorável de toda a oposição, mas foi chumbada pela maioria de então.

Temos, ainda, o entendimento de que o atual Governo, fiel às posições assumidas anteriormente pelos partidos que o compõem, e tendo em conta a importância desta obra, já deveria ter tomado as posições necessárias para alargar o âmbito e objetivos do estudo encomendado.

Perspetivar qualquer solução sem, no mínimo, analisar a dimensão e a posição do molhe norte, é uma solução que não resolve o problema. Os peticionários que assinaram a petição nº 41/XI - que registou uma adesão muito significativa - assinalam, e bem, este problema.

Uma obra desta envergadura e com esta importância para ilha, só se faz uma vez e deve ficar bem feita. Por isso, as decisões futuras relativas às intervenções no porto da Horta devem assentar no melhor e mais rigoroso apoio técnico, para que não se comentem novos erros evitáveis.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que recomende ao Governo Regional o alargamento do âmbito do atual estudo que a “Portos dos Açores” encomendou ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no sentido de incluir a realização de uma auditoria técnica ao projeto e à construção do molhe norte, avaliando a sua eventual implicação na boa funcionalidade e segurança interiores do porto.

Que encomende ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil o estudo e apresentação de soluções técnicas necessárias e consideradas ótimas para o porto da Horta, sem excluir como potencial solução eventuais modificações ao molhe norte.

Que faça completar os estudos técnicos e respetivas propostas atrás mencionadas, com projetos financeiros para cada uma delas, elaborados por entidades reconhecidamente capacitadas para o efeito. E, finalmente, que desses relatórios seja dado conhecimento ao Parlamento e também à Comissão Municipal para os Assuntos do Mar.

Termino, assim, esta apresentação, dizendo que esta proposta pretende somar àquilo que já está feito, para que se tomem as melhores decisões sobre o futuro do porto da Horta e sobre aquela que é também a boa utilização dos dinheiros públicos.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Lima:

- Desengane-se!

O senhor na sua intervenção tentou *lançar umas farpas*, no sentido de talvez procurar que os partidos que suportam a Coligação votassem contra esta iniciativa.

Está muito enganado!

Deputado António Lima (BE): não, não. De todo.

O Orador: A coerência que nos conduz, faz com que tendo votado a favor em 2018, também votemos a favor, hoje, numa altura em que há um Governo de

coligação nos Açores, formado pelo PSD, CDS e PPM e com acordos de incidência parlamentar com a Iniciativa Liberal e com o CHEGA.

Mas voltando ao Projeto de Resolução que é o mais importante, para nós, e ao que importa debatermos sempre neste Parlamento (o porto da Horta), na minha perspetiva, é um processo que marca de forma muito negativa os 8 anos de Governo Regional presidido pelo Dr. Vasco Cordeiro, sobre o qual pretendemos naturalmente continuar a ser esclarecidos e pretendemos, acima de tudo, garantir que o investimento a fazer neste porto corresponde às verdadeiras necessidades da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores. Que se encontre, para o efeito, a melhor solução técnica possível, para que deixemos de cometer erros na bacia da Horta e façamos um investimento para os próximos 100 anos, como fizeram os nossos antepassados.

Vozes dos Deputados do PSD: Muito bem!

O Orador: Voltemos, por isso, ao Projeto de Resolução e ao processo que envolveu a requalificação do porto da Horta.

Tivemos a apresentação do projeto em 2007, com pompa e circunstância, que depois não se concretizou e a obra foi encolhida.

Do cais com 400 metros, passámos a um cais com 260 metros; a profundidade que era de 12 metros, passou a 8 metros e já com dragagens a decorrer. E o ângulo de orientação dado ao molhe norte, fez aumentar a agitação na bacia sul do porto, conforme denunciam os operadores portuários que lá trabalham e operam todos os dias.

Deputado Miguel Costa (PS): Montes!

O Orador: Na Legislatura de 2012/2016, foram inscritos no plano regional para esta obra, 12,8 milhões de euros que não foram executados.

Em setembro de 2016, antes das eleições regionais, foi lançado um concurso público no valor de 14 milhões de euros que ficou deserto. E ainda bem, porque

se não tivesse ficado deserto, teríamos hoje o famoso *triângulo de betão* a avançar pelo meio do espelho de água do porto da Horta.

Depois tivemos um segundo projeto que, segundo o próprio projetista, aumentava a agitação na marina norte...

Deputado Miguel Costa (PS): Quantos centímetros?

O Orador: ... e conduzia a que deixasse de haver condições para estacionamento prolongado de embarcações na Marina da Horta.

Miguel Costa (PS): Sim, aumentava em 3 centímetros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pode fazer diferença!

O Orador: Ou seja, o Governo Regional dos Açores (o anterior), colocou em cima da mesa um projeto que arruinava a Marina da Horta, deixando-a sem condições para o estacionamento prolongado de embarcações.

Até que chegámos a uma 3ª versão que também, mas não só, em resultado de todo este processo, continuou a suscitar enormes dúvidas às forças vivas desta ilha e aos operadores portuários. Mas os faialenses não desistiram. E mobilizaram-se numa Petição que juntou 1732 assinaturas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E bem!

O Orador: E só depois dessa Petição, a 15 de outubro de 2019, é que o Governo Regional dos Açores e a “Portos dos Açores”, anunciaram então a solicitação de um estudo ao LNEC – a 15 de outubro de 2019!

Deputado Miguel Costa (PS): E a Assembleia Municipal?

O Orador: Entretanto, Sras. e Srs. Deputados, perderam-se anos.

Perderam-me muitos anos.

Convém relembrar que a 20 de fevereiro de 2018, neste Parlamento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista chumbou...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... uma iniciativa que tinha precisamente o mesmo objetivo daquela que está hoje aqui em análise – solicitar uma auditoria independente ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Nós, Grupo Parlamentar do PSD, estamos cá para ver qual será a posição assumida hoje pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, agora que está na oposição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

O Orador: Mas nós mantemos a nossa posição e a nossa coerência.

Queríamos saber na altura e queremos saber hoje. E vamos votar favoravelmente esta iniciativa, porque não é por estarmos no Governo ou na oposição que mudamos a nossa posição.

Nós somos coerentes agora, tal como fomos em 2018!

Seremos, hoje, também neste Parlamento!

Muito obrigado Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que não restem dúvidas, vou manifestar, desde já, que a Iniciativa Liberal vai abster-se nesta iniciativa do Bloco de Esquerda. Mas não sem antes – porque não quero ser apelidado de ter sido aquele que bloqueou mais um estudo para o porto da Horta – lembrar o que disse aqui no plenário passado sobre este mesmo assunto.

Lembrar também que não deve haver em Portugal, desde o ilhéu de Monchique à ponta mais extrema da costa portuguesa, um porto que tenha sido mais estudado do que o porto da Horta.

Não deve haver, Srs. Deputados! Acreditem!

Deputados Miguel Costa e José Ávila (PS): É verdade!

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador: E vou lembrar também aquilo que disse aqui e o que citei, salvo erro, da épica história dos descobrimentos portugueses, o Canto IV, Estrofe 94 dos Lusíadas: “O Velho do restelo”.

E continuamos aqui com os *velhos do Restelo* que ainda não perceberam que se não tomarmos uma iniciativa, não vamos ter um porto para 100 anos! Vamos, sim, ter um porto **daqui** a 100 anos!! Que é uma coisa muito diferente.

Portanto, não vou ser eu que vou bloquear esta iniciativa. Vou abster-me nela. Mas quero que fique bem claro perante os açorianos e que os faialenses principalmente se lembrem que a prorrogação sucessiva dessas decisões pode levar, inclusivamente, à perda de acesso a fundos comunitários para a prossecução desta obra que está agora programada e que já foi testada com modelos matemáticos e com ensaios em modelo reduzido pelo LNEC, cujos resultados – e aqui estou a fazer uso de informação privilegiada – são muito satisfatórios, tal como já tinham sido os do modelo matemático.

Portanto, que fique claro esta posição do Iniciativa Liberal.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) Deputado Tiago Branco (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz a esta Casa, através deste Projeto de Resolução com Pedido de Urgência, uma vez mais, o assunto do porto da Horta. Uma

infraestrutura portuária açoriana que, estou certo, todos nós partilhamos da sua importância para o desenvolvimento não só da ilha do Faial, mas principalmente da nossa Região. E isso é um fator que deve ficar, antes de mais, claro aqui. É que não há quem defenda melhor ou pior o porto da Horta. Estou certo de que todos nós queremos aquilo que for melhor para responder aos objetivos que é necessário concretizar.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que os senhores não concretizaram!

O Orador: O Projeto de Resolução ora apresentado pelo Bloco de Esquerda tem como principal ponto resolutivo que, no âmbito do estudo que já havia sido encomendado pelo anterior Governo e pela anterior Administração da “Portos dos Açores” sobre as obras projetadas para este porto, se incluía uma auditoria técnica à construção do molhe norte, avaliando os seus impactos na operacionalidade do porto.

O Sr. Deputado António Lima, certamente por desconhecimento, parte dum pressuposto errado quando afirma que, no âmbito do estudo do LNEC, a análise ao terminal norte do porto da Horta não foi considerada.

O Sr. Deputado, talvez por desatenção, desconhece que a “Portos dos Açores” quando, em outubro de 2019, anunciou que ia fazer esse estudo, disse precisamente que - e de acordo com nota então enviada à comunicação social - nesses novos ensaios (em modelo reduzido), “será analisada a atual situação da bacia portuária, bem como a situação que resultará da infraestrutura após as obras previstas”. E também dizia, e cito, “os ensaios que em breve se irão realizar no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, servirão para avaliar a sobrelevação do nível das águas, provocada pela agitação incidente, quer antes quer depois das obras projetadas”.

Portanto, penso que fica claro que a “Portos dos Açores” anunciou isso. Aliás, durante o processo, anunciou que estavam a decorrer a bom ritmo esses ensaios

e, de resto, vê-se na fotografia que é enviada à comunicação social, precisamente o molhe norte do porto da Horta já a ser construído durante os ensaios que estão a ser realizados no LNEC.

Por isso, e certamente por falta de atenção, o Bloco de Esquerda não percebeu que isso estava contemplado nesse estudo. E, tendo em conta que o que propõe na sua iniciativa já está a ser implementado, o Partido Socialista não tem nada a opor aos pontos resolutivos deste Projeto de Resolução.

Contudo, e quanto aos considerandos, não podemos deixar de sinalizar algumas questões aludidas pelo Bloco de Esquerda, neste caso em particular, em que o Sr. Deputado retirou na substituição integral, mas manteve na sua intervenção, questões essas relacionadas com o projeto inicial do molhe norte primeiramente estudado, com determinada dimensão e ângulo, e que não foi o efetivamente construído.

Trata-se duma (in)verdade não só transmitida pelo Bloco de Esquerda, mas também tem sido ampliada pelo PSD, procurando fazer com que esta inverdade dita muitas vezes, se torne verdade.

A realidade é que há um relatório do LNEC, datado de março de 2008, onde são feitos ensaios em modelo reduzido às obras projetadas no terminal marítimo de passageiros do porto da Horta, no ângulo em que ele se encontra. Basta consultar as fotografias para vermos o estaleiro montado e não há ângulo nenhum diferente daquele que hoje é possível observar naquele terminal.

Queria deixar isto muito claro aqui, porque esta inverdade dita muitas vezes, não se pode tornar verdadeira, daí ter que clarificar isso.

Não obstante estes considerandos, o Partido Socialista vai abster-se na votação deste Projeto de Resolução, precisamente porque o que vem proposto já está a acontecer e já está em curso, tornando esta iniciativa desoportuna. Talvez o Bloco de Esquerda pudesse até ter esperado pelo relatório do LNEC, ou por

alguma informação do Governo sobre essa matéria, para depois decidir o que faria, sabendo já mais alguma informação sobre esse mesmo relatório.

Referindo-me agora às declarações do Sr. Deputado Carlos Ferreira, quando diz que “se perderam anos a debater este assunto”, eu devo dizer que, a verdade é que se perderam todos estes anos e o que é facto é que, até hoje, também não sabemos o que é que o PSD defende para o porto da Horta.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Nós sabemos.

O Orador: O PSD passou os 8 anos de que o senhor falou, sempre contra o porto da Horta, mas nunca disse o que é que defendia.

Por isso, esperamos também que esta seja agora uma oportunidade para o PSD efetivamente dizer o que é que defende para o porto da Horta.

Dizer se é a favor de obras que cumpram os objetivos que todos defendemos ou se não defende isso. Se calhar até esclarecer, caso o resultado do LNEC seja favorável às obras projetadas, se o PSD é a favor delas ou não? Ou se a sua avaliação se sobreporá ao estudo do LNEC.

Já agora, aproveitava esta oportunidade para questionar a Sra. Secretária Regional se nos pode dar alguma indicação sobre o ponto de situação desse relatório.

Muito obrigado Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Também não percebi o que o PS pretende.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Esta proposta do Bloco de Esquerda vai ao encontro das pretensões da comunidade portuária do porto da Horta, dos faialenses que pretendem ver esclarecidas as dúvidas que a intervenção na baía a norte levantou, nomeadamente no que se refere à agitação que o molhe norte introduziu na baía interior do molhe sul ou na Marina da Horta.

O Deputado Carlos Ferreira, entretanto, já fez, e bem, a cronologia de todo este processo, por isso não vou repetir.

Por outro lado, é importante referir que foi o agora Deputado Vasco Cordeiro, à altura Presidente do Governo, que solicitou que se encomendasse ao LNEC um estudo em modelo reduzido que ajudasse a esclarecer se as novas intervenções eram as melhores ou se havia algo que pudesse ser melhorado.

O Deputado Nuno Barata também disse que este porto deve ser o mais estudado do ocidente da Europa. Mas também poderia ter dito – e não disse – que a intervenção a norte foi manca e que não foi feita como deveria ter sido e que foi inicialmente projetada.

Neste particular, também o Deputado Tiago Branco veio dizer que afinal não, que a obra sempre foi projetada assim. Concordo com a parte do ângulo, é verdade, ele é o mesmo, mas a obra projetava muito para lá daquilo que se projeta agora.

Faz lembrar John Ford do “Velho Oeste” que dizia: “Quando os factos desmentem a lenda, publique-se a lenda”.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

E é isso que acaba por dizer.

De qualquer das formas, toda a gente sabe e é inegável que qualquer intervenção deste género, implica alterações nas condições verificadas

anteriormente. Por isso, é normal que uma obra a norte viesse ter interferência na movimentação de águas na baía do porto da Horta.

Porém, a questão aqui foi sempre o facto de haver muitos faialenses, e curiosamente muitos deles eram (e são) funcionários da “Portos dos Açores” e pertencem ao Partido Socialista (estavam na Assembleia Municipal da Horta), que disseram sempre que não havia qualquer alteração na movimentação de águas no molhe sul, por interferência do molhe norte – isso foi sempre afirmado.

Estas forças vivas do Partido Socialista do Faial, perante quem afirmava o que era evidente, ou seja, o agravamento da movimentação das águas na marina, tinha a postura daquela senhora que, apanhada em flagrante na cama com o amante, disse ao marido que “não era o que parecia”. E perante a evidência que o marido apontava disse-lhe: “vê-se mesmo que não me amas, pois acreditas mais naquilo que vês do que naquilo que eu te digo”!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS).

O Orador: Ora, o estudo foi encomendado e, aparentemente, só o agora Deputado Miguel Costa é que sabe o que é foi encomendado.

(Risos do Deputado Miguel Costa)

Eventualmente, até já saberá o que é que consta do relatório. Eu não conheço. Relativamente ao Projeto de Resolução em apreciação, e sobre os considerandos, julgo que descrevem, na sua generalidade, o sentimento de quem tem preocupações acerca das condições de operacionalidade do porto da Horta.

Já quanto aos pontos resolutivos, logo no seu ponto 1, vamos ver se ainda vamos a tempo, Sr. Deputado António Lima, não sei. Eu espero que sim, estou consigo nessa preocupação. Mas vamos ver se ainda vamos a tempo, porque o estudo foi anunciado, se não estou em erro, no final do verão de 2019. E soube-se em novembro, pela voz do então Presidente da “Portos dos Açores”, agora Deputado Miguel Costa, que demoraria 4 a 6 meses a realizar-se e estará agora aparentemente na fase de relatório.

Ora, no ponto 2 desta resolução, como aliás, no ponto 3 também, está expresso e tudo o que se espera é que, na verdade, estejam já a ser feitos ou que tenham sido feitos, porque foi isso que na altura o então Presidente da “Portos dos Açores”, e agora Deputado Miguel Costa, afirmou perante a Comissão Especializada da Assembleia Municipal da Horta. Ele disse que isso faria parte do estudo.

Relativamente ao ponto 4 desta resolução, gostaria de pedir ao Bloco de Esquerda que incluísse, talvez em sede de redação final (fica desde já registado), que a distribuição dos documentos fosse feita também à Assembleia Municipal da Horta, pois tendo este órgão pedido anteriormente documentos, tais como o caderno de encargos entre outros, nunca os recebeu da parte da “Portos dos Açores”, como tinha sido acordado pelo agora Deputado Miguel Costa e aquela Assembleia, para que esta possa pelo menos receber os relatórios e informações sobre este Projeto de Resolução ora apresentado. Portanto, peço que depois possam incluir essa distribuição à Assembleia Municipal da Horta.

De resto, do lado do CDS e dos partidos desta Coligação e deste Governo Regional, há todo o interesse em que esta matéria fique bem esclarecida; que os investimentos a realizar no espelho de água e na baía sejam do melhor interesse do Faial, dos faialenses, dos Açores e dos açorianos.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Comentado [RM1]: introduzir: e

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PSD, do CDS-PP e do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência das intervenções que foram feitas, gostaria de dar aqui três notas sobre este assunto.

Em primeiro lugar, para reafirmar – Sr. Deputado Tiago Branco – que a posição do PSD neste processo tem sido coerente em todos os órgãos: na Assembleia Municipal da Horta, no Conselho de Ilha do Faial e aqui no Parlamento Regional. E a nossa posição é esta: queremos ser esclarecidos de todas as dúvidas que foram suscitadas pelos operadores portuários, antes de se avançar com as obras no espelho de água. É esta a nossa posição desde o início. E é isto que continuamos a defender neste momento.

Isto não significa – e aproveito também para responder ao Sr. Deputado Nuno Barata – que nós queiramos arrastar este estudo ao longo dos anos, não. Nós queremos estudar rapidamente tudo o aquilo que for preciso e a seguir, através de um diálogo profícuo entre o Governo, as forças vivas e os operadores portuários, avançar para a melhor solução e concretizar a obra como esta ilha necessita, nomeadamente para potenciar todas as atividades do porto. E recordo a navegação transatlântica, o transporte de carga e de passageiros, a reparação e manutenção naval, fundamental para, em conjunto com o início do funcionamento da Escola do Mar dos Açores, criar novas empresas nesta ilha e criar emprego que tanto necessitamos para manter os nossos jovens aqui no

Faial; a pesca, a náutica de recreio internacional, as atividades marítimo-turísticas, os desportos náuticos e o apoio à investigação científica.

Todas estas valências têm que ser potenciadas com o investimento que se pretende fazer no porto da Horta.

Relativamente à posição do Partido Socialista, o que eu registo – Sr. Dr. Vasco Cordeiro – é uma enorme *cambalhota política* do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Que em 2018 chumbou, com a sua *musculada* maioria absoluta uma iniciativa desta natureza e hoje muda o seu sentido de voto.

Nós congratulamo-nos com essa alteração em sentido positivo, mas não podemos reescrever a história, não podemos apagar o que foi feito e não podemos apagar também o facto de que, na altura, se tivesse avançado com auditoria do LNEC, hoje sim, teríamos condições para avançar com as obras no espelho de água do porto.

Deputado Tiago Branco (PS): O que o senhor está a dizer não é sério, Sr. Deputado!

O Orador: E não temos, porque os senhores chumbaram em 2018 uma iniciativa idêntica à que está hoje aqui em apreciação.

Muito obrigado Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que é natural que este assunto gere preocupação, porque realmente é um assunto que, desde logo, já se arrasta há vários anos. Mas o facto de se arrastar há vários anos, não é propriamente por vontade dos operadores do porto da Horta, nem da população da ilha do Faial, nem sequer dos partidos que defendem – como o Bloco de Esquerda – que se deva estudar a matéria mais a fundo.

Mais vale decidir um pouco mais lentamente, mas com maior segurança, do que decidir mais depressa e, depois, tomar decisões das quais nos venhamos a arrepender. E, tal como referi na minha intervenção inicial, uma obra deste tipo não pode ser feita e refeita anos depois.

Por isso, e não querendo criar qualquer polémica sobre isto, julgo que aqui não há propriamente *velhos do restelo*. Há, sim, pessoas que estão verdadeiramente preocupadas com aquela infraestrutura. E volto a recordar que quando apresentámos um Projeto de Resolução em 2017, para que se estudasse com uma auditoria técnica as obras do molhe norte e o projeto que existia na altura para o reordenamento deste porto, se esse estudo tivesse sido aprovado e tivesse sido feito nessa data, não estaríamos agora aqui a falar dele novamente. E já estaria o assunto melhor estudado, melhor ponderado e o poder político poderia, assim, melhor decidir.

Ora, não vejo – pelo menos da parte do Bloco de Esquerda e julgo que da parte de ninguém – que essa possa ser uma intenção. Não, de modo algum da nossa parte, qualquer intenção de criar qualquer tipo de obstáculo ou arrastamento do processo. Há, sim, uma vontade para que se decida da melhor forma.

Respondendo às restantes intervenções e ao Sr. Deputado Carlos Ferreira, não também qualquer intenção de provocar o PSD, ou os partidos da Coligação, mas sim, uma vontade (e esperança) de que mantenham a posição que tiveram e bem, neste caso, em 2018, relativamente a este mesmo assunto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é uma certeza!

O Orador: Sobre o estudo encomendado pela “Porto dos Açores”, naturalmente que a mudança que existiu e a vontade de encomendar o estudo, nós valorizamos e consideramos que é positivo. Porém, o facto de ter sido encomendado um estudo, não significa – pelo menos que nós tenhamos conhecimento – que ele ponderasse tudo aquilo que propomos no Projeto de Resolução, nomeadamente as possíveis alterações/modificações ao molhe norte. E todos sabemos que existiram alterações no projeto de construção do molhe norte – isso é público. Ou seja, o projeto que foi executado não foi exatamente aquele inicial o que, possivelmente, teve consequências negativas na posterior agitação marítima que ocorreu dentro da baía.

Tanto quanto sabemos, isso não está previsto no estudo encomendado ou, se está, também teria sido um ato de transparência, terem (a Portos dos Açores) enviado essa informação aos interessados, nomeadamente aos operadores, ao Parlamento, à Assembleia e a quem mais se achasse por bem.

Para terminar, gostaria apenas de dizer que o Bloco de Esquerda nada tem a opor, pelo contrário, considera pertinente, aquilo que o Sr. Deputado Rui Martins referiu de introduzir num último ponto resolutivo a questão relativa ao envio para a Assembleia Municipal, faz todo o sentido. Sendo o Bloco de Esquerda o único partido que pode alterar o Projeto de Resolução, estamos a fazê-lo e, se for necessário antes da votação, pediremos um pequeno intervalo regimental, para que a substituição integral dê entrada e possa ser aprovada, porque julgo que, em redação final, será uma alteração um pouco substancial demais para ser feita em sede disso mesmo.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estava à espera do Sr. Deputado Miguel Costa, mas ele ainda não apareceu na baía da Horta!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

De forma que sou eu que apareço!

Eu devo dizer, Sr. Deputado Nuno Barata, que eu sempre achei que os velhos do Restelo foram muito mal tratados na nossa historiografia. Toda a gente os maltrata e os diaboliza.

Mas oiça o que aconteceu e que eles prognosticaram.

Foi uma “dura inquietação da alma e da vida”.

Foi “uma fonte de desamparos e adultérios”.

“Sagaz consumidora conhecida

De fazendas, de reinos e de impérios:”

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor sabe isso de cor?

O Orador: Os velhos do restelo tinham razão!

Deputado Nuno Barata (IL): E o Sarraceno está aí à porta, já viu?

O Orador: Mas eu acho que há também um outro aviso que se aplica aqui neste porto – os velhos do restelo tinham e têm razão em relação à baía da Horta.

Veja bem o que é que eles nos dizem?

“A que novos desastres determinas
De levar estes reinos e esta gente?
Que perigos, que mortes lhe destinas
Debaixo dalgum nome preminente?”

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Tinham e têm razão.

Diz ainda V. Exa., Sr. Deputado Nuno Barata, que esta é a matéria mais estudada. Bom, se é a mais estudada da Europa Ocidental, por que razão são os resultados tão maus?!

Deputado Nuno Barata (IL): Mas que resultados maus são esses?!

O Orador: Tanto estudo, tanto estudo e o que foi feito está cheio de erros e aquilo que se pretende fazer é – apontado por vários especialistas – um perigo para a baía da Horta.

Todos os especialistas o dizem... que não o Sr. Deputado!

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Por isso, gostaria de dizer-lhe que, nesta matéria, é óbvio que este estudo tem que ser feito. Eu mantenho a minha posição de 2018.

O que é curioso é a inversão da posição do Partido Socialista em relação a esta matéria!

Então, e aquela determinação do “está tudo estudado!”. “Temos certezas absolutas!”. “O nosso projeto é o melhor!”.

O que é que aconteceu a esse discurso...?

Pelos vistos, não se alterou apenas o Governo. Também se alterou a posição do Partido Socialista em relação a esta matéria.

Eu tenho mais umas coisas para dizer. Mas como sei que me vão responder, vou ficar com algum tempo.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Deputado Miguel Costa (PS): Eu não tenho nada para lhe responder!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por falar em especialistas...

(* Deputado Miguel Costa (PS): Nem lhe vou responder.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Eu não lhe vou responder, porque não há nada para responder. Apenas dizer que quando diz que os resultados são tão maus, pois está completamente equivocado, porque os resultados são **realmente muito bons** e vai tê-los muito em breve na sua posse, tal como já foi solicitado por esta Assembleia. E quando diz “é óbvio que este estudo tem que ser feito”, o estudo já está feito! E, portanto, no que diz respeito ao ensaio em modelo reduzido, e de acordo com aquilo que foi encomendado pela Portos dos Açores, e ao contrário do que diz o Deputado Rui Martins, não sou só eu que sei.

Pode perguntar aqui ao Sr. Deputado Nuno Barata que, só por acaso, é que fez as notas públicas que saíram sobre essa matéria, com as fotografias que resultaram do modelo reduzido no Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Portanto, se tiver alguma dúvida sobre a publicação dessas notas, fale com o Deputado Nuno Barata que ele ainda deve ter isso nos seus arquivos.

Relativamente ao modelo reduzido, o que foi pedido pelo então Presidente do Governo Regional à “Portos dos Açores”, foi com uma missão clara, porque qualquer governo, com o ruído gerado à volta de todas as soluções que foram apresentadas, estudadas e ensaiadas para o porto da Horta...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mal ensaiadas.

O Orador: ... dizia eu, qualquer governo, menos preocupado com o futuro deste porto e desta cidade, teria desistido do investimento. É que foi de tal maneira ruidosa, muita dela, sem qualquer fundamento.

Quando o Sr. Deputado Carlos Ferreira diz que é preciso ouvir a comunidade, é preciso ouvir **toda** a comunidade, a que estava a favor também. Os senhores esqueceram-se de ouvir essa. E quando os senhores vão chamar especialistas – verdadeiros especialistas – como por exemplo, o mestre Manuel Humberto, uma pessoa que conhece este porto como pouca gente conhece, o que é que ele disse? Os senhores não falam disso!

Ele disse que esta era uma boa solução para o porto da Horta. Que esta solução que estava a ser projetada pela “Portos dos Açores” era uma excelente solução. Isto foi dito numa Assembleia Municipal que durou umas 5 ou 6 horas, na qual tive o cuidado de estar presente e de dar todas as explicações.

O ensaio em modelo reduzido encomendado a solicitação do então Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, consistiu em três elementos fundamentais: ensaiar a situação existente, ou seja, que é o que temos hoje cá com o porto comercial e depois com a construção do molhe norte, sendo que esse ensaio (modelo reduzido) tem em consideração a batimetria, a ondulação, os vários quadrantes, as marés, isto é, todas componentes que envolvem um projeto portuário; depois, foi ensaiado com a construção que se pretende levar a efeito neste porto, ou seja, já esta nova solução que tem como critério essencial a segregação entre as áreas portuárias e também um aumento de cais acostável na zona do núcleo de recreio náutico – especialmente por razões de segurança operacional; e, ainda, esta eventualmente os senhores podem não saber – eu até tive o cuidado de anunciar na Assembleia Municipal que assim faria – foi pedido que, além disto, fosse ensaiado o reperfilamento do cais comercial, retirando o cotovelo daquele cais. A conclusão disso tudo é que – espante-se! – os resultados do modelo físico são melhores do que os resultados do modelo matemático.

Portanto, agora a pergunta que se impõe é: os senhores concordam com a obra, querem avançar com a obra ou não?

Só há aqui um senão – e o Sr. Secretário se calhar pode acrescentar alguma coisa a este assunto – que é única e exclusivamente aquilo a que o Deputado Nuno Barata já fez referência: saber se ainda vamos a tempo de recorrer aos fundos comunitários. Este é um alerta que se deixa no ar, para saber se ainda existem condições de execução em termos de fundos comunitários...

(Apartes inaudíveis dos Deputados João Bruto da Costa e Rui Martins)

O Orador: porque isto está no âmbito duma pasta global, a nível nacional, que se chama COMPETE 2020 que é um programa que tem um calendário muito apertado em termos de execução.

Portanto, Sr. Deputado Rui Martins, mais claro e mais público do que isto eu não consigo.

Eu ganhei aquelas horas de esclarecimento na Assembleia Municipal e no Conselho de Ilha – tive um dia inteiro dedicado a isso, tentei explicar tudo o que podia sobre a matéria. Reuni dezenas de vezes...

Deputado Rui Martins (CDS/PP): o senhor só falhou no envio dos documentos.

O Orador: ... com os operadores portuários, de todas as áreas.

Reuni com os Deputados que entenderam reunir comigo. Com a equipa técnica da Portos dos Açores – para não abusar – reuni centenas de vezes. E reuni com especialistas das várias áreas. Não foi só o projetista que se pronunciou sobre esta matéria, porque tive o cuidado de consultar outros projetistas, para perceber se havia novas ou melhores soluções.

Resumindo, mais do que isto eu julgo que era impossível ser feito.

Neste caso, a abstenção do PS não é uma mudança de posição, ela justifica-se pelo facto de já estar a decorrer um ensaio que inclui tudo o que estava a ser pedido pelo Bloco de Esquerda.

Mais do que isto, é impossível, Srs. Deputados.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Mas porque é que nunca enviou o caderno de encargos?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação.

Presidente: Interpelação para...?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação à Mesa para solicitar uma informação a V. Exa.

Presidente: Faça favor.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas esta é verdadeiramente uma interpelação Sr. Presidente.

Risos dos Deputados da bancada PS

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Agora é que é!

Deputada Andreia Costa (PS): Esta é que é a sério!

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, nada disso.

Ao contrário do que alguns deputados já fizeram ao longo desta semana, eu não fiz nenhuma. Esta é a minha primeira interpelação.

Sr. Presidente, eu ouvi o Sr. Deputado Tiago Branco a dizer que ia votar a favor...

Deputado Tiago Branco (PS): Não, não! Não ouviu nada disso!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Não, não ouviu!

O Orador: E ouvi agora o Sr. Deputado Miguel Costa dizer que se irá abster.

Para tirar estas dúvidas, peço-lhe uma cópia deste momento da intervenção do Sr. Deputado Tiago Branco e também da intervenção do Sr. Deputado Miguel Costa.

Se eu ouvi mal peço, desde já, desculpa aos dois protagonistas destas intervenções.

Presidente: Está registada a sua interpelação Sr. Deputado.

E posso informar que o Sr. Deputado Tiago Branco falou em abstenção não em voto a favor.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ah. Vê?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Então, Sr. Presidente, quero transmitir as minhas desculpas, pois realmente ouvi mal. Pensei que havia aqui uma contradição e tentei aproveitar a situação, pronto!

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Prometo demorar tanto tempo como o Sr. Deputado Miguel Costa.

Lamento não ter a eloquência do Sr. Deputado Paulo Estêvão que mais parece o Dom Juan, quando declama Camões.

(Risos da Câmara)

Vou ser extremamente rápido.

O PAN estava entre votar contra e a abstenção. Se houver uma substituição integral, como o Bloco de Esquerda disse que provavelmente iria fazer, caso haja um intervalo, o PAN irá votar a favor.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A proposta de substituição integral a deu entrada na Mesa e vai ser distribuída de imediato.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu participo neste debate com a consciência de que não consigo igualar o lirismo do Sr. Deputado Paulo Estêvão...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

... que oscila entre o papel de *Tágide* da baía da Horta, de *Ninfa* da baía da Horta, ou de *Adamastor* deste projeto – pronto, de *adamastorzinho*. Vá lá...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Mas no meio disto tudo, a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi já expressa, pese embora o Sr. Deputado Paulo Estêvão não a tenha percebido bem. Mas há algumas questões que me parece importante, a este propósito, serem esclarecidas. E algumas delas, aliás, já foram levantadas aqui, nomeadamente, pelas intervenções que me antecederam, quer do Sr. Deputado Nuno Barata, quer do Sr. Deputado Miguel Costa.

Antes disso, eu gostaria de frisar que nós não estamos a discutir uma proposta para que o assunto seja estudado. O assunto **está** estudado! Mas para além de todo o estudo que já foi feito, quer-se estudar mais. Ótimo!

Eu tinha duas questões para colocar ao Governo, não sei em concreto a quem, ou ao Sr. Secretário Regional dos Transportes ou a outro Membro do Governo que possa esclarecer.

A primeira questão tem a ver com a questão dos fundos comunitários e é a seguinte: a ajuizar pelo tempo que estas coisas levam, e que não dependem apenas da vontade dos envolvidos regionais, mas que têm a ver com disponibilidades do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, seguramente levará um ano ou um ano e tal, para se conseguir realizar isto que estamos, hoje aqui, a debater. E a pergunta é: se o Governo considera que nesse universo temporal, ainda será possível que esta obra beneficie de fundos do atual Quadro Comunitário de Apoio?

Em alternativa, a pergunta é: não sendo possível beneficiar de fundos do atual Quadro Comunitário de Apoio, poderá o Governo dar, neste momento, a garantia a esta Câmara, que esta obra é elegível no próximo Quadro Comunitário de Apoio? E beneficiará, assim, de fundos comunitários?

E a terceira questão tem a ver com o seguinte: há um conjunto de outros intervenientes no espaço atlântico que, obviamente, estão também neste tabuleiro, e não estão propriamente distraídos, a começar por alguns protagonistas da costa continental portuguesa. E, entretanto, há o risco da importância da baía e marina da Horta para este que é um desígnio estratégico - não é da ilha do Faial, é da Região Autónoma dos Açores! Ficar para trás e perder-se, porque, entretanto, há um conjunto de outros investimentos e de atratividade de outros protagonistas.

Portanto, a pergunta que se impõe é se esta avaliação está feita pelo Governo, tendo em conta este espaço temporal?

De que forma é que nos poderemos posicionar e, concretamente, a ilha do Faial e a Marina da Horta, nesse contexto, decorrido que seja, seguramente, mais de um ano?

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Folgo em saber que o Sr. Deputado Paulo Estêvão se munuiu de uma fotocópia do Canto IV d’Os Lusíadas, provavelmente sabendo ao que vinha.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Confesso que no meu caso, não tenho o mesmo engenho e arte.

O Orador: “E cantando espalharei por toda a parte
Se a tanto me ajudar o engenho e arte”.

É que o Sr. Deputado Paulo Estêvão está... deslumbrado com a função de...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Carro vassoura!*

O Orador: Não, não. Hoje eu estou mais para chamá-lo de *ponta de lança* do Governo!

Esqueceu-se duma das estrofes do Canto IV d’Os Lusíadas:

Ó glória de mandar! Ó vã cobiça

Desta vaidade, a quem chamamos Fama!”

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Prescindo Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(* **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Bem, não vou entrar em declamações. Apenas quero referir que o Deputado Miguel Costa, enquanto Presidente da “Portos dos Açores” – e esta é a minha interpretação obviamente – pareceu-me incansável a procurar reunir, esclarecer - isso sem dúvida.

Não vou dizer o contrário, porque mostrou-se sempre muito disponível para reunir com quem quisesse reunir e para responder às perguntas. Sendo que nem sempre deu as respostas ou, pelo menos, não deu toda a informação.

A única coisa que eu lhe pergunto, aliás já o fiz há pouco em aparte quando o senhor estava a intervir, a bem da transparência (isto é genuíno mesmo!), na altura em que estavam a produzir o caderno de encargos sobre o estudo encomendado pelo então Presidente do Governo e agora Deputado, Vasco Cordeiro, por que motivo é que não divulgou o caderno de encargos?

Teria esclarecido a comunidade portuária e os faialenses, para que pudessem dizer: “sim senhor, está-se a estudar aquilo que nós queremos que seja estudado”.

Era simples. Bastava pegar no caderno de encargos e enviar à Comissão Especializada da Assembleia Municipal da Horta, com quem, aliás, se comprometeu que iria enviar. E dizer, sim senhor, que se estava a estudar aquilo que eram as dúvidas que as outras forças vivas (não as socialistas) do Faial, defendiam que deveria ser estudado. O efeito do “mar velho”, do Pico etc. Ou seja, se tudo isso foi estudado, fico contente – não sei se foi, vamos ver.

O Deputado António Lima apresenta agora este Projeto de Resolução para ver se temos esses resultados. E se não os tivermos, que sejam feitos.

Vamos ver se vamos a tempo. Se não formos a tempo, não vamos. De qualquer das formas espero que isso tenha sido incluído.

No entanto, a bem da transparência e do real esclarecimento de toda a gente – se calhar pouparíamos muitas discussões que tivemos *à posteriori* – se tivesse divulgado esse caderno de encargos, talvez já estaríamos todos a defender a

solução que foi apresentada, porque efetivamente ninguém vai destruir o molhe norte, neste momento, independentemente de ter sido bem, mal, menos mal ou mais ou menos bem projetado; ou pelo menos, implementada a obra que acabou por ser.

Uma vez que não se vai destruir nada, poderá eventualmente corrigir-se alguma coisa, mas não vai desaparecer o que ali está. Teria sido mais benéfico e ter-se-ia poupado muita discussão, muita tinta e tempo de troca de argumentos, se tivesse feito esse ato tão simples que era o de divulgar o caderno de encargos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por informar a Câmara que já foi despachada pelo Sr. Presidente a proposta de substituição integral ao Projeto de Resolução que inclui, por sugestão do Grupo Parlamentar do CDS, o envio dos relatórios à Assembleia Municipal da Horta. Faz todo o sentido naturalmente que assim seja. E julgo que o intervalo regimental, pelo menos da nossa parte, deixa de ser necessário nesta fase.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que se há vantagem em trazer este assunto novamente a discussão, é que ficámos a conhecer, desde logo, um pouco mais sobre ele, o que é extremamente positivo. Não posso deixar de o dizer, porque tivemos informações que não tínhamos até aqui ou, pelo menos, desenvolvemos algumas delas.

Porém, surgiram, ainda, algumas dúvidas no seguimento de certas intervenções que me antecederam. Desde logo, disse o Sr. Deputado Miguel Costa que o que nós propomos já está a ser feito. Pois, se é verdade, ainda bem, ficamos verdadeiramente satisfeitos – a ser verdade. E se aquilo que nós propomos na

íntegra neste Projeto de Resolução, estiver a ser feito, é sinal que se pensou bem.

Temos pena de não termos tido conhecimento – tal como disse o Deputado Rui Martins – anteriormente, mas é bom que tenha sido feito.

Deputado Tiago Branco (PS): Está no jornal, Sr. Deputado!

O Orador: Agora, se está a ser feito, eu sinceramente não percebi a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quando questionou o Governo, apontando que isto poderia levar um ano. Pois, se está feito, não vai demorar mais tempo do que já demorou.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

É que esta dúvida ficou aqui no ar e penso que seria importante esclarecer.

Julgo que o Governo que certamente também conhece o processo, poderá esclarecer-nos ou pelo menos dar o seu contributo a esta discussão, trazendo aqui a informação que tem e a sua posição, até no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro que também pediu alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre fundos comunitários.

Termino esta minha intervenção, dizendo que esta informação que já conseguimos trazer ao Parlamento é fundamental. E é também imprescindível que o Governo dê o seu contributo, para ficarmos todos na mesma linha e com a mesma informação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Os trabalhos no ordenamento da bacia do porto da Horta constituem para o Governo matéria da mais elevada importância. Mas sobre a questão em concreto que me colocou relativamente aos fundos comunitários, a resposta – infelizmente – não pode ser unívoca e determinada.

O Quadro Comunitário PO 2020 está em *overbooking*, apesar de ter ainda uma execução encostada aos 80% ou ligeiramente inferior. E, portanto, o prolongamento por mais de um ano não permite dar-lhe um compromisso firme. E o QC 2030 está numa fase ainda embrionária e, portanto, só mais para o final do ano.

Nesse sentido, estamos de facto num ano com boas perspetivas, mas num ano de transição e de alguma indefinição.

Por isso, fica aqui perante a Câmara um compromisso de prioridade, de interesse e de importância, mas uma resposta adiada até à concretização do novo Quadro Comunitário de Apoio que será bem mais lá para o final deste ano, embora talvez antes disso se possa começar a vislumbrar melhor e a poder responder a questões como esta que colocou, e que é pertinente, mas que eu – infelizmente - não posso dar uma resposta definitiva.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) e **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) Deputado Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui a falar dum assunto extremamente sério. E Lusíadas à parte, há uma preocupação grave que afeta o Faial para resolver e que é precisamente fazer tudo o que estiver ao nosso alcance, para que as obras da requalificação do porto e do molhe norte da baía da Horta sejam efetivamente feitas com seriedade, numa forma transparente e inequívoca.

O que nós temos assistido aqui, entre alguns *risinhos* que denotam uma coisa tipo “eu tenho aqui um reбуçado escondido e não o dou a ninguém”, faz com que nós estejamos a discutir há mais de 1 hora um assunto muito simples que é saber se há ou não há estudo.

O Sr. Deputado Miguel Costa diz que há um estudo.

O Sr. Deputado Nuno Barata conhece as conclusões, porque foi responsável, *a mando* do Deputado Miguel Costa enquanto Presidente da “Portos dos Açores” e o Sr. Deputado Nuno Barata enquanto funcionário da “Portos dos Açores”.

Deputado Nuno Barata (IL): *A mando?! A mando, manda o senhor na sua casa! A mando?!*

Era só o que me faltava aqui!!

O Orador: Foi o que eu percebi.

Que o Sr. Deputado conhecia e fez publicar umas conclusões dum estudo, enquanto funcionário da “Portos dos Açores”.

Deputado Nuno Barata (IL): Agora é diferente!

Nós não andamos *a mando* de ninguém!

O Orador: Eu vou reformular, para que não haja dúvidas.

O que foi aqui dito na intervenção do Deputado Miguel Costa, foi que enquanto Presidente da “Portos dos Açores”, encarregou o Sr. Deputado Nuno Barata, enquanto funcionário da “Portos dos Açores”, para dar conhecimento dum estudo que foi efetuado.

Vamos ser sérios!

Deputado Miguel Costa (PS): Isso não é verdade.

O Orador: Então o que se passa aqui é muito simples: ou existe um estudo oficial e escusamos de estar aqui a perder tempo e avançamos com as obras a *todo o gás*; ou então vamos ter que fazer um estudo, como faz o Sr. Deputado – e bem – com a Resolução que apresenta.

Nesta medida, eu faço já uma pergunta ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, para que informe esta Casa se tem ou não tem conhecimento oficial dum estudo, conforme consta da Resolução do Bloco de Esquerda?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção teve pelo menos um efeito positivo, ou seja, mostrou aqui que o Sr. Deputado Nuno Barata conhece bem os Lusíadas e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro também tem esse conhecimento.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tenho umas *luzes!*

O Orador: Acho que é bom e é positivo que V. Exas. tenham esse conhecimento específico.

Em relação a esta matéria, devo dizer que a questão fundamental é que as intervenções no âmbito do porto da Horta, têm sido absolutamente desastrosas.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Não há como negar isto! **Desastrosas!**

Aquilo que foi prometido, os grandes iates... não foi prometido isto? Eu vi nos jornais. Não foi? “Os maiores iates do mundo podem aqui amarrar”.

“Os maiores iates terão oportunidade de contar com uma das melhores bacias do mundo”.

E o que é os senhores fizeram? Isso aconteceu?

Não aconteceu!

Isso aconteceu, Sr. Deputado Miguel Costa?

Deputado Manuel Ramos (PS): Não, porque os senhores exigiram os estudos!

O Orador: O que foi prometido pelo Governo do Partido Socialista aconteceu?!

Não aconteceu!

E depois V. Exas. dizem: “tanta contestação” – diz o Sr. Deputado Miguel Costa completamente desesperado...

Deputado Miguel Costa (PS): Eu?! Desesperado?!

O Orador: ... “eu sou uma vítima” - diz V. Exa.

“Fui tão contestado, tanta gente a contestar, tantos chatos” – diz V. Ex.

Se foi contestado, é porque a população verificou, em relação aos resultados e às intervenções já realizadas, que estão muito longe de terem sido os que foram prometidos por V. Exa. e pelo Governo do Partido Socialista!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É por isso que a população está desconfiada!

Porque se V. Exa. e o Governo do Partido Socialista tivessem obtido bons resultados nesta matéria, as intervenções não estariam a ser contestadas agora.

A desconfiança surge exatamente porque os resultados são maus!

Maus em relação à expectativa criada!

Maus em relação ao potencial do porto da Horta!

Maus nesse sentido.

E, por isso, é óbvio que as pessoas estão desconfiadas e não acreditam. Não acreditaram no desempenho do Partido Socialista nesta matéria.

Não acreditaram publicamente!

Não acreditaram através das petições!

Não acreditaram nas eleições, porque os senhores perderam as eleições! E a baía da Horta e as intervenções que realizaram, terão sido também uma das causas da vossa derrota eleitoral aqui na ilha do Faial.

Por isso, quero dizer-vos também que não vale a pena – Sr. Deputado Miguel Costa – agarrar-se como um náufrago a outro náufrago que é aqui o Sr. Deputado Nuno Barata que também está em dificuldades.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu?! Não tenho dificuldade nenhuma!

O Orador: E diz V. Exa. “bom, eu disse isto”. Mas está ali quem é que comunicou isto ao povo. Quem fez os comunicados.

Não terá sido *a mando*. Terá sido *em comandita*.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS e PPM)

Mas a verdade é que V. Exa. se agarrou a outro náufrago, porque nesta questão, nenhuma de V. Exas. se safa duma forte contestação da população da Horta e da ilha do Faial relativamente a esta obra.

Se perguntarmos à população, mais de 90% das pessoas dir-lhe-ão que está errado, que as expetativas não se cumprem e que há uma enorme desconfiança em relação a esta matéria. E nada melhor do que apresentar os estudos.

Mas, Sr. Deputado Miguel Costa, então se o estudo era assim tão fantástico, porque é que V. Exa. não o apresentou?!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Pergunte ao Sr. Secretário!

O Orador: Diga-me!

Numa altura em que existiam responsabilidades, porque é que não apresentou esse estudo?!

Veja bem este meu raciocínio: V. Exa tem nas mãos um estudo extraordinário que lhe dá razão. Está, como diz V. Exa, apoquentado e perseguido por *adamastores*, que o perseguem por todo o lado, como V. Exa. disse.

Deputado Miguel Costa (PS): Eu não disse nada disso Sr. Deputado. E o senhor sabe muito bem!

O Orador: Mas então... se tivesse tanta certeza dos resultados, V. Exa e o Sr. Deputado Nuno Barata teriam apresentado as conclusões do estudo. Mas isso não aconteceu.

Termino por aqui para ficar ainda com alguns minutos. E, Sr. Presidente, aproveito para pedir um intervalo regimental em relação a esta matéria.

(Protestos inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, sendo um direito regimental, vejo aqui alguma contestação por parte do Partido Socialista que quer falar nos dois minutos que restam. Portanto, eu retiro o pedido de intervalo regimental, para que V. Exas. tenham a oportunidade de falar nos dois minutos que restam para esta discussão. Não vamos acabar hoje, como já se viu.

Deputado José Contente (PS): O senhor não resiste ao seu registo real.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia. Tem a palavra Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo caros colegas Membros do Governo:

O que me parece relevante referir aqui é que o Governo tem conhecimento de que a “Portos dos Açores” encomendou um estudo ao LNEC, estudo esse, feito através do projetista que, na altura, intervinha nas obras no porto da Horta.

A denominação do estudo em questão, é a seguinte e é relevante: “*Requalificação do porto comercial da Horta – estudo de agitação*”. E depois em rodapé tem “Análise comparativa dos resultados obtidos no modelo físico e no modelo matemático”.

Deputado Miguel Costa (PS): É óbvio. É o que se faz sempre!

O Orador: Eu repito: “Análise comparativa dos resultados obtidos no modelo físico e no modelo matemático”.

Tanto quanto nós temos conhecimento, o relatório provisório foi entregue há um par de meses e estamos a aguardar que o relatório definitivo nos seja entregue, para nos pronunciarmos sobre o mesmo.

Também queria transmitir que o Governo está disponível para...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Afinal não há estudo!

O Orador: ... promover uma auditoria técnica que esta Assembleia entenda promover e aprovar, sempre no sentido de garantir a manutenção das boas condições, ou melhoria das condições de operacionalidade, no porto da Horta. Tão simples como isto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é a posição e a comunicação da parte do Secretário Regional dos Transportes.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Vozes do PS: Afinal há estudo!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E a resposta à minha pergunta Sr. Secretário?

Presidente: Obrigado Sr. Secretário.

Srs. Deputados, a Mesa ainda tem duas inscrições, nomeadamente do Sr. Deputado Carlos Ferreira e Miguel Costa. E atendendo à nossa hora regimental,

vamos encerrar os nossos trabalhos. Regressamos amanhã às 10 horas com a agenda de trabalhos.

Boa noite.

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

(*) Texto não revisto pelo orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Rui Filipe Vieira Anjos

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

A Redatora: Ana Paula Lemos.